

Defesa Nacional



OUTUBRO
1955

NÚMERO
495

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

DE JANEIRO

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1955/1958

Diretor-Presidente

Gen. Rafael Danton Garrastazú Teixeira

Diretor-Secretário

Ten.-Cel. João Baptista Peixoto

Diretor-Gerente

Ten.-Cel. João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Gen. Benjamin Rodrigues Galhardo

Gen. Djalma Dias Ribeiro

Conselho Fiscal

Gen. Nizo de Viana Montezuma

Cel. Aurélio Lyra Tavares

Cel. Aguinaldo José de Sena Campos

Suplentes

Cel. Augusto Fragoso

Cel. Antônio Carlos de Silva Muricy

Maj. Nilton Freixinho

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano LXIII	BRASIL — RIO DE JANEIRO, OUTUBRO DE 1955	N. 495
-----------	--	--------

SUMÁRIO

	Págs.
Páginas alusivas ao aniversário da revista — 42 anos de existência.....	3
CULTURA PROFISSIONAL	
"A Defesa Nacional" e o seu 42 aniversário — Major F. Ruas Santos.....	9
Cinquentenário da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — Major Rui Alencar Nogueira.....	13
Os nossos batalhões rôdo-ferroviários : escolas de trabalho e civismo — Major de Engenharia Fernando Allah Moreira Barbosa.....	19
"Memento do Instrutor". Organizado pela Escola de Instrução Especializada Como o Marechal Montgomery vê uma eventual III G.M. (Conferência pronunciada pelo famoso Marechal britânico e traduzida do "Journal Royal United Service Institution" — pelo Capitão Milton Gaspar.....	26
	27
CULTURA GERAL	
O problema florestal brasileiro — General Danton Teixeira.....	37
Os transportes terrestres no Brasil — Conferência pronunciada pelo Engenheiro Otávio Marcondes Ferraz, Ministro da Viação, no Instituto de Engenharia de São Paulo.....	49
Recursos minerais do continente sul-americano — Coronel José Valença Monteiro	55
Educação, Instrução e Cultura — General Parga Rodrigues.....	71
DIVERSOS	
Uma preciosidade histórica encontrada na Biblioteca do Forte Marechal Luz (1ª/5ª G.A.C.M.) — Aspirante Edson Keller.....	81
O porto do Rio Grande.....	83
"Serviço de defesa nacional" — Organograma elaborado pela Diretoria de Recrutamento	85
Traços biográficos do General Câmara — Dr. Darío Crespo (Diretor da Caixa Econômica Federal).....	87
A segunda revolução industrial.....	93
Participação nos lucros — Técnica legislativa — Pontes de Miranda.....	95
O Código de Justiça Militar Argentino — XI — Tradução do General Niso de Vianna Montezuma.....	97
Produção nacional de trilhos. Dados fornecidos pela Cla. Siderúrgica Nacional	105
BRASILIANAS	
Imigração — Industrialização do nordeste — Aproveitamento dos recursos hidráulicos do vale do Paraíba — Dívida pública externa — Papel moeda em circulação — Combustíveis — Produção de Mataripe — Produção nacional de trigo — 33 barcos japoneses serão adquiridos para nossa frota mercante — S. Paulo: características demográficas — Notícias rodoviárias	107
NOTÍCIAS MILITARES	
Centenas de Tenentes e todos os Subtenentes e Sargentos, seriam prejudicados com a criação do Q.A.A. — 1º Tenente Q.A.O. Serafim Freire de Lima	115
ATOS OFICIAIS	
Resenha das Leis, Decretos e Avisos publicados nos "Diários Oficiais" durante o mês de agosto do corrente ano.....	123

O EMBLEMA DO SEGURO DO BRASIL



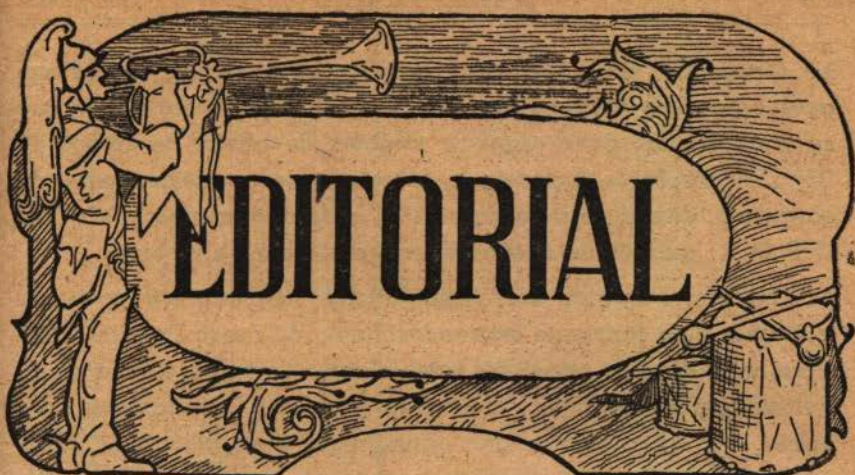
A MÁXIMA GARANTIA EM SEGUROS

Cr\$ 904.150.965,60

De indenizações até 1954

INCÊNDIO, TRANSPORTE, ACIDENTES DO TRABALHO, ACIDENTES PESSOAIS, HOSPITALAR OPERATÓRIO, AUTOMÓVEIS, FIDELIDADE, RESPONSABILIDADE CIVIL E LUCROS CESSANTES

114
1555



"A Defesa Nacional" faz no corrente mês 42 anos de existência.

Foi fundada, como sabemos, por um ardoroso grupo de oficiais que haviam estagiado nos exércitos europeus e que regressaram desejosos de empenharem-se na obra de reorganização do Exército planejada e executada pelo Marechal Hermes da Fonseca.

Desde então, tem a nossa Revista acompanhado tôdas as fases da evolução do Exército, publicando em suas páginas os mais variados temas, prestando assim uma preciosa colaboração ao aprimoramento cultural da classe e ao esclarecimento dos próprios escalões de comando, sem haver se afastado de uma elevada linha de conduta.

Daquela data até hoje, tem o nosso Exército progredido continuamente. Várias reestruturações deram-lhe feição moderna. Quartéis novos foram construídos em todos os rincões da Pátria. Surgiram várias fábricas de material bélico. A Escola Técnica passou a preparar os engenheiros para nossa própria indústria militar, com benéficos resultados para a economia nacional. A experiência colhida nos campos de batalha da Itália, e os ensinamentos trazidos pela 2ª Guerra Mundial, elevaram substancialmente o nível profissional de nossas forças armadas.

Cogita-se agora de dar-se ao Exército, uma nova estrutura, inclusive com uma revisão da Lei do Serviço Militar. Já se ultima

no Congresso uma nova Lei de Promoções, que permitirá um acesso paralelo entre as diversas armas. A nova legislação que se anuncia, não deve esquecer também de aliviar os corpos de tropa da tarefa de formação e sobretudo de aperfeiçoamento de sargentos, dando essa incumbência a Unidades especiais e aos C.P.O.R. quando se destinarem ao oficialato da reserva.

Fiel ao escopo de nossos fundadores, continua esta revista a trabalhar pelo constante engrandecimento do nosso Exército. Outrora, uma de suas principais tarefas era a de suprir a falta de regulamentos e manuais. Hoje êste problema praticamente não existe. Há ao contrário, uma abundância dêste gênero de publicações, que difundem pormenorizadamente a parte técnica e tática das armas e dos serviços nos pequenos escalões. Temos por outro lado de atender a novas exigências próprias da evolução. Precisavamos colocar a nossa Revista no mesmo nível das melhores publicações congêneres do mundo, incluindo em suas páginas, além dos assuntos militares, destinados à atualização de conhecimentos profissionais, estudos categorizados sôbre os principais problemas de que dependem a prosperidade e a soberania nacional, tornando-a assim um instrumento realmente útil ao aprimoramento cultural dos seus leitores, revestido de um alto cunho de brasilidade.

Para alcançar os objetivos que temos em vista resta-nos apenas publicar uma série de temas táticos selecionados e resumidos, que nos serão fornecidos pelos próprios estabelecimentos de ensino do nosso Exército.

Ao ensejo dêste novo aniversário de "A Defesa Nacional" desejamos agradecer por um lado aos nossos fundadores o rumo certo que nos traçaram e por outro, o apoio que temos recebido para o cumprimento de nossa missão, não só da parte do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, como do Exmo. Sr. Gen. Chefe do E.M.E., e outros chefes e camaradas, fazendo votos para que a nossa revista continue a desfrutar o elevado conceito que tem no seio de nossa classe.

42 Anos de Existência

PÁGINA DE HOMENAGEM

O GRUPO FUNDADOR

ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO

MÁRIO CLEMENTINO DE CARVALHO

JOAQUIM DE SOUZA REIS

BERTHOLDO KLINGER

FRANCISCO DE PAULA CIDADE

EPAMINONDAS DE LIMA E SILVA

CESAR AUGUSTO PARGA RODRIGUES

EUCLIDES FIGUEIREDO

JOSÉ POMPEU CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

JORGE PINHEIRO

AMARO DE AZAMBUJA VILLA NOVA

SEU ESCOPO

O escopo dos fundadores não foi outro senão colaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram, e da enorme soma de interesses que sobre ele se acumulam.

De resto, os interesses militares se acham de tal forma entrelaçados aos interesses nacionais, que trabalhar pelo progresso dos meios de defesa de um povo é, senão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses gerais desse povo.

O caso do nosso país apresenta, além disso, algumas características particulares.

Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, — o Exército — única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente — vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social.

SUAS OPINIÕES

Olhando para trás e contemplando a longa estrada dêsses quarenta anos de labor profissional, nós, que formamos o núcleo daquela força renovadora, não podemos deixar de exultar com o progresso realizado em todos os setores de atividade do Exército Nacional. E felizes vemos a bandeira que erguemos avançar conduzida em outras mãos, igualmente fortes, perseguindo o mesmo destino. Como o humilde pedreiro que trabalhou na construção da catedral e, ao contemplá-la, dizia ufano: esta é também obra minha; assim, no recolhimento da velhice, a consciência patriótica dos antigos lutadores proclama em face dos objetivos já alcançados: nós formamos na primeira linha dos que empreenderam a modernização do Exército Brasileiro.

Gen. E. Leitão de Carvalho

A história deste órgão está intimamente vinculada à história contemporânea de nosso Exército; cabe-lhe indisputável porção capital na glória do grande progresso por este realizado nestes últimos quatro decênios.

Paradoxalmente, este próprio progresso, a tornar pouco a pouco em realidade os sonhos, as indefesas pregações dos sucessivos dirigentes da Revista e mais "irmãos de armas", havia de repercutir na perduração da mesma, forçada a enfrentar as novas condições de vida do Exército, notadamente de sua cultura e atividade profissional. Assim, veio a evolução a determinar que, em vez de tenentes e capitães a fazerem de coronéis e generais, passasse a direção da Revista às mãos dos **rigth men**, coronéis e generais, destarte beneficiando o prestígio do órgão, ao mesmo passo que o da hierarquia.

Gen. Bertholdo Klinger

Revista que tem prestado inestimáveis serviços à classe militar, através da difusão dos conhecimentos profissionais e geral, incentivando o estudo, impôs-se, por êsse tempo todo, graças à perseverança dos seus diretores, à consideração das Forças Armadas, cujos quadros, cada vez mais, se fazem recomendar pela dedicação à profissão.

Gen. Euclides de Figueiredo

Foram quarenta anos que, para a "A Defesa Nacional", constituíram uma existência assaz expressiva pelo acervo e a idoneidade dos trabalhos realizados com elevado espírito público por um conjunto de moços, cuja primeira credencial foi seu idealismo. Resulta-lhe por isso mesmo, senão maior responsabilidade, pelo menos maior necessidade de alertar-se em um mundo em convulsão, no qual os estadistas, parece, não mais dominam os acontecimentos e os filósofos, por sua vez, não têm tempo de bem interpretá-los. E em que ou prevalece, entre os dirigentes, a asfixia da liberdade em nome de periclitante autoridade ou, no seio do povo, a subversão de valores, em nome de reivindicações não de todo amadurecidas e de uma liberdade ainda mal utilizada pelas massas.

Gen. Pompeu Cavalcanti

HONROSOS CONCEITOS

"Tendo em vista que "A Defesa Nacional" vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos, devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército."

Gen. Camrobert P. da Costa

As memoráveis páginas de sua volumosa publicação registram os traços áureos de nossa evolução militar, pontilham a experiência e os conselhos de nossos acatados mestres militares, e aglutinam um forte manancial onde a nossa mocidade militar hauri e cultiva os seus mais promissores anelos profissionais.

Prossigue, pois, na senda do mesmo ritmo e aproxima-se do meio centenário, assinalando mais uma década brilhante de fecundas publicações. — Leitor e colaborador, desde os seus primeiros números, conforta-me rememorar estas impressões e saudar o seu benemérito grupo mantenedor sempre atento à prosperidade e às finalidades de "A Defesa Nacional".

Gen. Fiuza de Castro

A árvore plantada por seus fundadores continua a vicejar e a produzir frutos, e é para êsses camaradas, alguns desaparecidos prematuramente, e outros ocupando na reserva os mais altos postos, que, no dia de hoje, se deve voltar o pensamento dos leitores de "A Defesa Nacional", e, mais do que isso, a gratidão de todo o Exército.

Gen. João de Segadas Vianna

Nenhuma publicação pode viver por muito tempo sem que seja útil, sem que conte com um público que por ela se interesse e que lhe assegure circulação. E se isso é verdade em se tratando de qualquer publicação, torna-se ainda mais verdadeiro quando se refere a uma revista técnica, destinada a um público determinado e restrito.

Melhor que todos os elogios, os 40 anos de existência de "A Defesa Nacional" são uma afirmação de vitória no meio militar a que se destina, graças ao valor constante de seus quadros dirigentes, às normas de ação traçadas para cumprir seu programa e à atualidade permanente dos temas debatidos e dos problemas agitados.

Gen. Ciro Cardoso

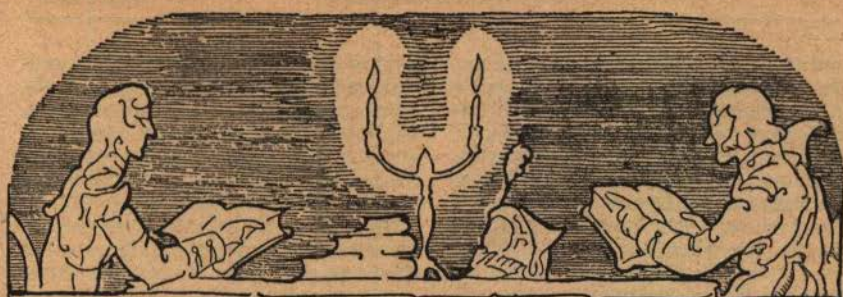
NOVA EMBALAGEM!



MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA





CULTURA PROFISSIONAL

A "A DEFESA NACIONAL" E O SEU 42º ANIVERSÁRIO

Major FRANCISCO RUAS SANTOS

"A verdadeira função da história é a de nos libertar do passado, de esclarecer o presente."

„(José Honório Rodrigues, em sua obra *Teoria da História do Brasil*.)

Quarenta e dois anos estará completando esta Revista, quando este número estiver chegando aos quartéis, estabelecimentos e residências dos seus assinantes. Na mesma ocasião devemos dar por acabada a tarefa de percorrer, página por página, cada número dos 493 que a este antecedem, anotando tudo o que ali ficou de interessante para a elaboração da história do Exército, a bio-bibliografia dos colaboradores e as referências para consultas dos que estudam. Pudemos, assim, ver confirmada a idéia sugerida ao início pela teoria, de que não seria possível escrever-se a história do Exército, de 1908 para cá, sem, preliminarmente, preparar-se e valorizar-se como fonte primacial, que é, a nossa querida *Defesa*.

O alentado volume a ser entregue, ao mesmo tempo, à Revista e à Biblioteca do Exército, provará, aos incrédulos, a transcendental im-

portância intrínseca de *A Defesa*. E mais ainda: demonstrará que a sua coleção corresponde a uma verdadeira biblioteca militar, com cerca de 500 volumes cheios de substância cultural e histórica.

O que isto representa como trabalho material é notável.

Basta que tenhamos em mente que a coleção de *A Defesa* é o dôbro da série de obras dadas a lume pela Biblioteca do Exército no período de suas atividades como editora, ou de 1937 para cá! E notemos, de passagem, que esse trabalho editorial da Biblioteca do Exército já constitui, por si só, algo de impressionante como esforço metódico para proporcionar aos militares, por preço acessível, uma boa estante de obras de cultura profissional e geral.

Se levarmos, agora, em linha de conta, as obras publicadas pela Revista e a edição, em *separata*, de

muitos e muitos dos artigos que publicou, verificaremos, não sem certo assombro, que a obra editorial de *A Defesa* vem a ser, em última análise, o mais amplo repositório profissional de que dispôs o Exército, justamente na fase em que era impossível ou difficilimo o acesso às fontes de consulta, por inexistentes ou de edição restrita os regulamentos mais necessários aos oficiais.

Lembremo-nos, agora, de que a *A Defesa* tem sido o produto do esforço de um grupo de companheiros que se revezam, na horas disponíveis, na tarefa de editar e manter a publicação. A conclusão imediata é a de que muito pode a iniciativa particular quando superiormente orientada. Mas a nossa admiração não conhecerá limites, se lembrarmos a constante luta pela sobrevivência da Revista, travada por esse grupo de oficiais desde 1913. Em períodos de crise, que os teve, e muitos, os seus mantenedores, já parques de recursos, como sói ser, via de regra, o oficial do Exército, tiveram de cotizar-se para conservar acesa a chama de um nobre ideal. Nessas conjunturas não esmoreceram os mantenedores na luta árdua e penosa a que se haviam lançado em prol da eficiência do Exército. E ainda quando a incompreensão ou a ignorância, em nome da disciplina supostamente ferida, tentou abafar a voz da verdade, que partia do mais profundo sentimento do dever para com a Pátria.

Mais, muito mais, poderíamos dizer e relembra.

É escusado, porém, alinhar as razões pelas quais o Exército de hoje e a Nação têm uma dívida para com a nossa Revista. É uma dívida simbólica, da mesma natureza da que os povos têm para com seus heróis — soldados, idealistas, homens de Estado — que se sacrificam para que seus irmãos não sofressem, ou tivessem minorados os seus sofrimentos. Pois foi ela a campeã — muitas vezes sózinha em campo — das idéias que propiciaram a transformação da absoleta máquina de 1908 num Exército que, se bem não

seja o dos melhores sonhos de muitos, e uma instituição que sente seus problemas e deficiências e, mais do que isso, espera solucioná-los um dia, muito embora, em certos casos, não haja atinado ainda com a solução.

Ora, é precisamente esse conhecimento do que resta a fazer, essa ânsia de progresso que não vê obstáculos, o melhor ideal que a *Defesa* implantou na mentalidade militar moderna, através da sua luta incessante de quatro décadas.

“O progresso é obra dos dissidentes”, afirmava a Revista no seu editorial de apresentação e com plena ciência de que esses dissidentes eram, no caso, restritíssima minoria na liça das idéias e ações.

Ainda hoje o progresso é obra dos dissidentes ou dos inconformados com o atraso e a ignorância. Com uma diferença, todavia: é que os dissidentes, por obra do longo e árduo batalhar da Revista, são, mercê de Deus, não mais apenas o pugilo de *jovens turcos* de 1913, mas legião numerosa e não menos combativa.

Só podemos nos dar conta disso, realmente, se procurarmos situar-nos num ponto em que possamos ter uma visão larga do nosso passado militar.

Então veremos que os filhos espirituais de *A Defesa* estiveram e estão hoje em todos os lugares. São os que procuram encontrar novos rumos para produzir e não se contentam apenas em fazer o que se lhes pede. São os que se grudam a uma idéia e porfiam por levá-la a bom termo, como o selô do Correio naquela célebre imagem de que lançou mão aquêle pai americano, e com a qual tanto se comprazia a Revista nos seus tempos heróicos. São aqueles que, muitas vezes, sem ponderar suas conveniências pessoais, ousam discordar das idéias que a razão e os fatos não sancionam. São os que não cortejam e os que não se compadecem com o erro, o comodismo ou as falsas aparências. E muitos tornam-se heróis nesta sua luta de todos os dias e se ombreiam com os sacrificados no campo de batalha.

Porque se a êstes a morte liberta de todos os sofrimentos, aos primeiros a vida pode continuar a proporcionar efeitos negativos da sua coragem moral, como a inveja, a má vontade, a perseguição surda ou a difamação mascarada por conceitos reticentes.

São filhos espirituais da Revista os que estudam, meditam e produzem para o Exército, sem esperar outra recompensa que a do contentamento interior. São, acima de tudo e de todos, os que, mesmo encanecidos e com a carreira encerrada ou cruelmente cortada, ainda pensam e trabalham para o Exército, como nos dias esperançosos do seu tempo de Tenente.

Em tudo isso temos, apenas, uma pequena parte da ação e da obra da Revista...

E o que não dizer das profundas lições que sua existência encerra?

Quantas sugestões não se escondem entre as dezenas de milhares de páginas de sua coleção? Quantas diretrizes para os reformadores que se dispuseram aperfeiçoar a nossa instituição!

Ali as gerações atuais e as vindouras hão de ver como certos problemas, que são de hoje, e talvez serão também de amanhã, teimam em permanecer insolúveis na prática, embora já com seus termos discutidos e perfeitamente equacionados!

Qual a razão disso? Haveremos de interrogar.

A própria coleção da Revista poderá nos auxiliar e muito na busca de tão estranha causa.

Escreveu Goethe, com genial intuição, que o conhecimento histórico é uma forma de libertar-se do passado, conclusão a que iriam chegar, por outros caminhos, alguns dos maiores historiadores e filósofos do presente.

Libertamo-nos do passado, com o auxílio da história, quando isolamos

nossos erros, examinamo-los e os comparamos com acertos, decifrando, enfim, os segredos que a experiência pretérita contém. Esquadrinhamos o passado social, como o fazemos com o nosso próprio passado, a fim de não sucumbirmos de novo no erro e ao influxo, do eterno *decifra-me ou devoro-te* da mitologia helênica.

Assim, encarada a Revista como meio para se atingir essa libertação de um passado cheio de experiências malogradas, havemos de ver que ela é como espelho polido a refletir as imperfeições de nossa instituição, deficiências que são de hoje, mas não vêm de nossos dias, senão que recuam bem no tempo até se perderem nas linhas indecisas do passado mais remoto. É que, com o perpassar dos anos, as páginas da Revista foram registrando, mês a mês, passo a passo, ainda palpitantes de vida, tôdas as cogitações tôdas as queixas, todos os anseios, todos os desabafos, tôdas as fraquezas e todos os erros do Exército, de modo a que, hoje, apresenta-nos, em verdadeira grandeza, o que somos realmente, o que podemos e o que devemos ser para poder mais e mais.

Contemplar-nos nesse espelho é um imperativo a que não podemos fugir se quisermos inteirar-nos de nossas falhas para, afinal, compreendermos sua etiologia e avançarmos céleres no caminho do aperfeiçoamento almejado.

A nossa Revista, que nos havia prestado serviços incontáveis e da mais alta valia, é, hoje, e poderá vir a ser ainda por muito tempo, o melhor veículo para êsse verdadeiro tratamento catártico de que as gerações atuais, mais do que as de ontem, precisam submeter-se para resolver os grandes problemas militares, econômicos e políticos que nos assaltam nesta quadra difícil da vida nacional.

Companhia

ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º And.

RIO DE JANEIRO

A PRIMEIRA FABRICANTE DE CLORO E DERIVADOS
NO BRASIL

ALGUNS PRODUTOS DE SUA FABRICAÇÃO :

SODA CAUSTICA — CLORO LÍQUIDO — CLORETO
DE CAL (CLORÓGENO) — ÁCIDO CLORÍDRICO CO-
MERCIAL (ÁCIDO MURIÁTICO) — ÁCIDO CLORÍ-
DRICO ISENTO DE FERRO — ÁCIDO CLORÍDRICO
QUÍMICAMENTE PURO (PARA ANÁLISE P. E. 1,19) —
HIPOCLORITO DE SÓDIO — HEXACLORETO DE BEN-
ZENO EM : PÓS CONCENTRADOS, PÓ MOLHÁVEL,
ÓLEO MISCÍVEL



PEÇAM AMOSTRAS, PREÇOS E DEMAIS INFORMAÇÕES A :

COMPANHIA ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

RIO DE JANEIRO :

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º And.

TELS. : 23-1582 E 23-1599

CINQUENTENÁRIO DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Maj. RUI ALENCAR NOGUEIRA

"O Quadro de Oficiais é o coração e a alma de qualquer organização militar. Deve ser o reservatório de caráter e integridade, a fonte de competência profissional e o fator dinâmico da chefia".

GEN. MATTHEW RIDGWAY

Meio século de proveitosa existência completa neste mês a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Para que se possa entender bem a sua situação, no vasto campo do ensino militar, faz-se mister rememorar as condições das nossas Forças de Terra na época da sua fundação.

Realmente, o Exército surgido da revolução de 1889 continha, em essência, quase tudo da antiga organização imperial. Espalhavam-se, ainda, por todo o país, as unidades e os elementos dos serviços, sem constituírem Grandes Unidades ou Repartições especializadas que satisfizessem aos imperativos da segurança nacional, pois atendiam muito mais aos nucleamentos populacionais, à manutenção da ordem pública, à guarda e segurança dos edifícios e repartições do governo do que mesmo aos imperativos nacionais.

Os órgãos de direção e chefia compreendiam: o Estado-Maior Geral do Exército, o Corpo de Estado-Maior de 1ª Classe, o Corpo de Estado-Maior de 2ª Classe, o Corpo de Estado-Maior de Artilharia, o Corpo de Engenheiros, o Corpo de Saúde e o Corpo Eclesiástico.

No primeiro, estavam todos os generais oriundos das forças imperiais, enquanto os demais forne-

ciam os comandos das Armas, a direção dos estabelecimentos militares ou atendiam aos outros misteres profissionais.

A Lei do Serviço Militar obrigatório, instituído em 1874, ainda não tivera existência real, pelo que o completamento dos claros se fazia, em grande parte, mediante o voluntariado e através do ingresso nas casernas dos desocupados, perseguidos das autoridades, moços pobres ou filhos de família mal comportados.

As missões e serviços policiais, que chegaram até os nossos dias, constituíam regra geral e absorviam grande parte dos contingentes, na solução das queixas contra a malta dos desordeiros.

O Quadro de Oficiais dividia-se em duas grandes categorias: a dos que possuíam cursos e a dos que alcançavam os postos, vindos da "tarimba", sem ter frequentado qualquer escola de formação.

Daí os profundos antagonismos, tão prejudiciais ao serviço, existindo de um lado o academicismo, a desprezar os conhecimentos práticos e a garantir-se na sólida cultura adquirida na Escola Militar, com base nos altos estudos das ciências físicas e matemáticas; do outro, sobressaindo-se as minudências da administração, da disciplina e da vida rotineira, agravadas pelo semi-analfabetismo.

Era a época em que os militares pertenciam aos partidos políticos; em que a barba grande era símbolo de virilidade, o espesso bigode dístico da austeridade e em que o Exército vivia embalado pelas tradições coloniais.

Além da Escola Militar da Côrte, compreendendo o curso preparatório e os cursos de infantaria e cavalaria; da Escola Superior de Guerra, abrangendo os cursos de artilharia e engenharia, funcionavam concomitantemente a Escola Militar do Rio Grande do Sul, a Escola Militar do Ceará e as Escolas de Tiro de Campo Grande e Rio Pardo.

A instrução prática dos oficiais, muito precária e deficiente, não abordava o estudo dos "casos concretos" e do tema tático, sendo que as leituras especializadas, a história das guerras e o conhecimento dos processos novos de combate eram privilégios avaramente guardados por alguns.

Nesta quadratura da vida militar brasileira, no governo do Presidente Rodrigues Alves, tendo como Ministro da Guerra o Marechal Francisco de Paula Argôlo, foi fundada a Escola de Estado-Maior, conforme Dec. n. 5.698, de 2 de outubro de 1905, cujo primeiro comandante — o Gen. de Bda. Miguel Maria Girard, deu incio à sua grandiosa tarefa.

A seguir, nomeavam-se os seus primeiros professores: o Maj. do Quadro Especial do Corpo de Engenheiros, Antônio Marcos Franco Rabelo, para a primeira aula (Geografia Militar); o Maj. do Quadro Especial do Corpo de Engenheiros, José Dias de Oliveira, para a segunda aula (Tática Aplicada); o Cel. graduado do Corpo de Engenheiros, Henrique Augusto Martins, para a terceira aula (Fortificação do campo de batalha); o Cel. graduado do Quadro Especial do Corpo de Engenheiros, Roberto Tromposwsky Leitão de Almeida, para a quarta aula (Astronomia); o Major médico de 3ª classe, Dr. Afonso Lopes Machado, para a quinta aula (Higiene e Serviço de Saúde dos exércitos em campanha).

Lançavam-se, assim, as bases para o começo de uma nova era no Exér-

cito, por forma a poder acompanhar os ensinamentos dos países mais adiantados e orientando-se no sentido de manter um corpo de oficiais competentes e capazes.

Mal estavam sendo dados os primeiros passos e já se cogitava de estabelecer as normas para a admissão e matrícula.

Efetivamente, a Ordem do Dia n. 9, de 23-3-1906, do comando da Escola, publicava as primeiras instruções, organizadas na 1ª Seção do Estado-Maior do Exército e aprovadas pelo Ministro da Guerra, segundo Aviso n. 419, de 10 daquele mês, determinando o concurso de admissão, processo que passou a constituir uma tradição.

As provas realizavam-se, como agora, na sede dos Distritos Militares, perante uma comissão de oficiais, havendo um tema para cada matéria, preparado e remetido antecipadamente pelo Estado-Maior, em três sobrecartas lacradas.

A 19 de março de 1907 estavam prontas as obras do 2º pavilhão do antigo edifício da Praia Vermelha, onde deveria ter lugar a instalação provisória da Escola, sendo, então, matriculados os primeiros alunos: 1º Ten. Cav, Arnaldo Brandão; 2º Ten. Cav, Leopoldo Jardim de Matos; 2º Ten. Cav, Olímpio Bandeira Teixeira; 1º Ten. Art, Emílio Rosauro de Almeida; 1º Ten. Cav, Joaquim de Castro; Cap. Inf, Antônio José de Lima Câmara; 2º Ten. Inf, Augusto Pereira; 2º Ten. Inf, Luiz Gonzaga dos Santos Paraíba; Cap. Inf, Rafael Arcanjo da Fonseca e 2º Ten. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante.

Dêstes, o Cap. Antônio José de Lima Câmara e o 2º Ten. Augusto Pereira tiveram as matrículas trancadas, logo após, por motivos considerados inadiáveis e justos.

Já naquele tempo procurava-se dar um cunho de realismo ao ensino de forma que, em agosto, participavam os oficiais-alunos e os professores de Tática e Fortificação, das manobras realizadas com grande brilhantismo no Curato de Santa Cruz pelo 4º Distrito Militar, notando-se, inclusive, a presença do Marechal Hermes da Fonseca, então Ministro da Guerra e cujo cen-

tenário de nascimento comemorou-se no corrente ano.

Em virtude da realização da Exposição Nacional de 1908, cedidas as instalações da Praia Vermelha ao Ministério da Indústria, teve lugar a mudança para o casarão da antiga Direção Geral de Saúde, somente ali retornando em 1910.

Uma das suas características é a constante evolução. Todas as idéias novas, que redundem num benefício para o ensino, são logo aproveitadas, isto acontecendo desde os primórdios do seu funcionamento. Assim, as alterações no Regulamento dos Institutos Militares, datadas de 27 de fevereiro de 1909, trouxeram acentuados reflexos na vida escolar, prescrevendo três períodos distintos, que eram o início do curso de três anos, introduzindo-se, a seguir, o chamado "jogo da guerra", adotado nos exércitos europeus e trazido ao nosso meio pelos oficiais que ali estiveram no desempenho de comissões.

Aos poucos, também a Astronomia cedia lugar aos estudos do "Serviço de Administração Militar, Material e Tática dos Abastecimentos", certamente o ponto de origem dos estudos logísticos que, gradativamente, vêm alcançando um crescente desenvolvimento e um relevante papel nas operações militares.

O desencadeamento da 1ª Grande Guerra, na Europa, deu novo impulso à instrução e o "jogo da guerra" ampliou-se consideravelmente, realizando-se exercícios na carta e no terreno, para emprêgo das Armas nas diversas situações em campanha, utilizando-se o tema tático de ação simples e dupla para pequenas e grandes unidades.

Com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, a 14 de janeiro de 1918 e em face da necessidade do recompletamento dos corpos de tropa, o Ministro da Guerra determinou o seu fechamento, o que proporcionou as expressivas palavras do seu comandante, vasadas no seguinte teor: "Cessa, hoje, a sua atividade, ainda que temporariamente, para surgir e brilhar em outra época mais calma da vida nacional, conforme as previsões judiciosas do

Governo. Teve uma existência relativamente curta, onze anos, mas deixa bem nítida uma série de benefícios valiosos prestados ao Exército. Ai se acham em vários lugares de destaque, os jovens oficiais que passaram firmes, resolutos e conscientes pelos bancos acadêmicos, agora retirados da sua atividade e entregues ao silêncio forçado do momento."

Terminado o conflito, a 7 de abril de 1920, a Escola de Estado-Maior, sob o comando do Cel. Nestor Sezefredo dos Passos, abria as suas portas para iniciar um novo período de brilhantes realizações, rejuvenescida com a presença dos ilustres preceptores franceses, que nos traziam a sua cultura, o tirocinio e a experiência dos chefes saídos da refrega com sobrançeria e altivez, aureolados pela merecida vitória, pois haviam sobrepujado um inimigo da mais alta estirpe e valor militares.

Reinstalada, a princípio, em uma nova ala no edifício do Quartel-General, nela passaram a ter exercício o Gen. de Bda. Eugène Durandin, comandante superior; Cel. Maurice Louis Derougemont, diretor de estudos; Ten.-Cel. Ferdinand Pascal, Ten.-Cel. Gabriel Barrand, Cmt. Louis Thiebert, Cmt. Henry Chavantie, Cmt. Dal Dalmasay e Cmt. Jean Guerriot, professores.

Notável foi, sem dúvida, o trabalho desenvolvido. Empenhados no cumprimento exato dos seus deveres, esses destacados mestres trataram de constituir a base para os seus trabalhos futuros, transformando-se a Escola de Estado-Maior num curso puramente tático, escoimando-se o de toda a parte científica e permitindo que os pensamentos se voltassem para as soluções dos problemas da guerra.

A nova estruturação estabelecia o estudo da Topografia, Tática de Infantaria e Cavalaria, Tática Geral, Serviço de Estado-Maior em Campanha, Cartografia, Estratégia, História Militar, Artilharia, Aviação, Engenharia, Transmissões, Geografia Militar, Espanhol e Francês.

Impunha-se, também, nova ampliação das suas instalações, o que foi feito com a transferência para

a sua nova sede, no Andaraí, inaugurada com grande solenidade pelo Presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa Cavalcante.

Destarte, cresciam os meios materiais como aumentava o desejo incontido de torná-la mais vigorosa no seu aspecto cultural e intelectual, preparando oficiais competentes para as tarefas dos estados-maiores e chefes à altura de um exército que se renovava à luz dos mais recentes ensinamentos.

O advento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais muitos proveitos veio proporcionar, suprimindo uma lacuna existente e tomando a seu cargo a revisão e a atualização dos conhecimentos referentes ao emprêgo dos pequenos escalões, ao passo que tratava de formar o comandante das unidades até o escalão regimental.

Dentre as novas modalidades do ensino prático, adotaram-se os estágios nos corpos de tropa da Vila Militar e no Estado-Maior da 1ª Região Militar, os exercícios de direção de automóvel, os exercícios de voo, estes últimos com a cooperação da Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos, além das grandes manobras em Minas e São Paulo, bem como as sessões especiais sobre morteiros, demonstrações de pontoneiros e visitas aos submarinos da Esquadra.

Brilhantes, por todos os títulos, foram essas manobras militares, notando-se a participação direta e efetiva do Chefe do Estado-Maior do Exército, Gen. Tasso Fragoso, do Chefe da Missão Militar Francesa, Gen. Coffec e de outros generais brasileiros, nos comandos das Grandes Unidades de exercício.

Em 1930, em virtude do movimento revolucionário que eclodira de norte a sul, como seria lícito nessa emergência, o governo fez suspender as aulas, sendo os oficiais mandados apresentar ao Departamento da Guerra, para integrarem unidades recém-formadas, enquanto o edifício era ocupado pelo Batalhão Acadêmico, cuja existência foi muito efêmera devido a vitória absoluta da revolução.

Logo depois, surgia o funcionamento, no mesmo prédio, da Escola Militar Provisória, destinada a preparar os ex-cadetes do Realengo e que, rebelados de outras épocas e excluídos do Exército, voltavam às fileiras como oficiais comissionados.

Também a revolução de São Paulo de 1932 exigiu uma nova suspensão das aulas e ocupação do edifício pelo Batalhão-Escola de Infantaria, em vista das medidas adotadas para a completa e total neutralização desse movimento sedicioso e da necessidade do aproveitamento dos oficiais e praças nas unidades organizadas para tal fim.

Felizmente, tudo ficou solucionado em pouco tempo, voltando a calmaria que permitiu o retorno ao ritmo de trabalho que já se tornara habitual e contínuo.

No ano seguinte, na previsão do término do contrato da Missão Militar Francesa, criava-se o cargo de Subdiretor do Ensino, a ser exercido por Oficial Superior brasileiro, com o curso de estado-maior feito depois de 1920, complementando-se, portanto, as medidas anteriores, que haviam estabelecido a designação de professores-adjuntos, também brasileiros.

Da mesma forma, substituiu-se o antigo Curso de Revisão, destinado a atualizar os diplomados antes da participação da Missão Francesa, por um Curso de Informações e, posteriormente, pelo de Alto Comando, nos moldes mais modernos e tratando do âmbito estratégico.

Graças a esta sadia orientação imprimida ao ensino quando, em 1940, deixou o nosso país o último dos valerosos discípulos de Foch, nenhuma solução de continuidade nem outro qualquer contratempo sofreu a Escola de Estado-Maior, pois que os seus instrutores eram bastante experimentados e capazes de enfrentar com sobrançeria os problemas e as questões militares.

No mês de junho de 1940, novamente a sua sede foi transferida para o moderno prédio da Praia Vermelha, construído especialmente com o fito de atender às suas novas exigências, talvez numa feliz coincidência ou numa antecipação

do muito que se lhe solicitaria de esforço e trabalho.

Na emergência da guerra a que o nosso país foi conduzido ao lado das Nações Unidas, a Escola teve uma honrosa participação e ficou patenteada a excelência do seu curso através da valorosa equipe integrante da Força Expedicionária Brasileira.

A vitória das democracias trouxe-lhe, como a todo o Exército, circunstanciais modificações.

Novos hábitos introduziram-se no sistema de aprendizagem; suprimiram-se assuntos julgados dispensáveis e ampliaram-se outros tidos como importantes; criaram-se os cursos de Estado-Maior e Serviços, Blindados, Logística, Estado-Maior Especial, Instrutores e estagiários; sistematizou-se o trabalho de equipe, tão necessário; imprimiu-se uma nova diretriz ao estudo da História Militar, que abandonou a forma descritiva para considerar os "casos vívidos"; cogitaram-se das operações aeroterrestres e anfíbias, do combate nas selvas, nas cidades e no deserto, assim como da travessia dos cursos d'água à viva força.

Inúmeros têm sido os distintos Oficiais dos Exércitos das Nações vizinhas matriculados, destacando-se bolivianos, equatorianos, peruanos, paraguaios, venezuelanos e uruguaios.

Dentre os visitantes ilustres, sinalam-se o Gen. Dwight Eisenhower, o Gen. Mack Clark, o Gene-

ral Pierre Juin, o Gen. Marcel Carpentier, o Gen. De Latre de Tassigny, o Gen. Higino Morinigo, o Ten.-Gen. Carlos Corbanillas e o Gen. Teófilo Gomez.

O novo regulamento ampliou-se para Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e criou a Divisão de Estudos e Pesquisas, já em pleno funcionamento, possibilitando melhor atividade na investigação dos ensaios doutrinários, da eficiência e do rendimento dos métodos e processos de instrução.

Neste meio século de funcionamento, muito há sido feito pela elevação do nível cultural do Exército, havendo o máximo empenho para que não somente o Oficial esteja preparado intelectualmente, porém, ainda melhor, fique capacitado para transmitir livremente as suas idéias defendê-las e justificá-las sinceramente.

Procurando fugir aos esquematismos negativistas e que são fruto dos espíritos limitativos, pretende-se criar uma liberdade de imaginação e dar um sentido real à solução dos problemas apresentados, por meio dos estudos de situação e dos debates apropriados à busca de uma solução equânime, enquadrada nos princípios de guerra.

Reverenciando, pois, o passado, saudamos a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, formulando os melhores votos de um porvir glorioso a serviço do Brasil.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

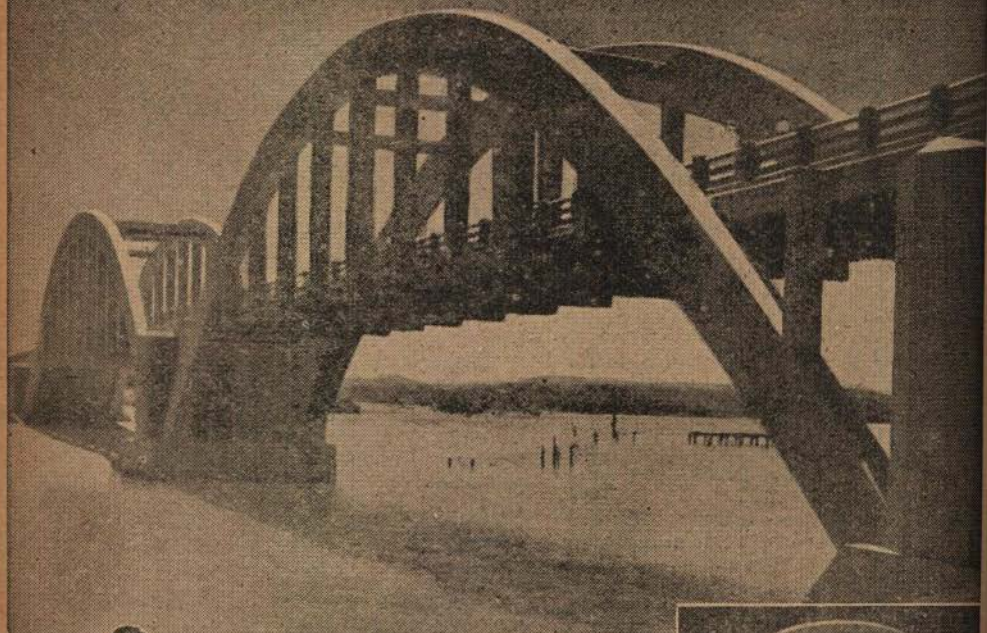
Telefone: 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência: 43-1112 — Diretoria: 23-0556

RIO DE JANEIRO

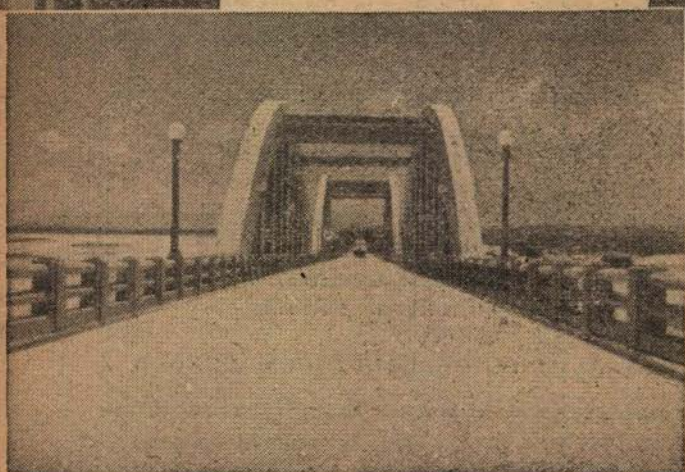
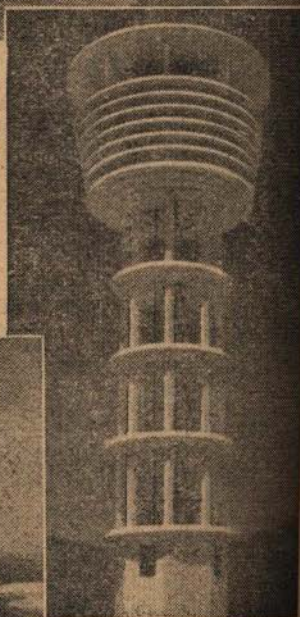
ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)



O CIMENTO MAUÁ NA MODERNIZAÇÃO DO EXERCITO

O Poligono de Tiro da Marambaia apresenta em suas obras uma visão agradável de linhas harmoniosas, ás quais se alia a solidez e segurança que lhes assegura o emprego do cimento Portland MAUÁ.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

OS NOSSOS BATALHÕES RÔDO-FERROVIÁRIOS

— ESCOLAS DE TRABALHO E CIVISMO

Maj. de Eng. FERNANDO ALLAH MOREIRA
BARBOSA

Em nosso artigo anterior, sôbre o trabalho e a vida das unidades de construção da nossa Arma de Engenharia, tivemos oportunidade de descrever, em síntese rápida e incompleta, os trabalhos mais importantes incorporados, até aqui, por essas unidades ao patrimônio nacional.

Hoje, valendo-nos, mais uma vez, da generosidade dos dirigentes da "A Defesa Nacional" e apelando para a paciência de seus leitores, desejamos fazer alguns comentários sôbre a vida dessas unidades.

Não é nosso intuito tratar de nenhuma delas, em particular, mas, ao contrário, abordar os aspectos em que tôdas se parecem e que, portanto, as caracterizam, mais de perto.

Há, entre os camaradas do Exército, uma certa incompreensão a respeito dos Batalhões Rôdo-Ferrovários. Por se tratar de unidades empenhadas na construção de obras de interesse coletivo, algumas de grande vulto, certos companheiros são levados a crer que aí não se cultiva, convenientemente, as boas normas da vida militar.

Nada pode haver de menos verdadeiro do que essa falsa concepção da vida dessas unidades, verdadeiras sentinelas avançadas no culto de nossas tradições e na difusão de sadios costumes.

A particularidade dessas unidades empregarem, normalmente, operários civis em seus trabalhos lhes confere a situação invulgar, entre os corpos de tropa do Exército, de verdadeiros traços de união entre as

comunidades civil e militar. Aí, e em consequência desse fato, se vêm mesclar problemas os mais diversos de administração civil e militar, de assistência social, de transportes, de suprimentos, etc., que representam outros tantos encargos para o comando e outras tantas fontes de preocupações para os quadros das unidades.

Outro fato que, desde logo, cria uma situação diferente para essas unidades, diversificando-as de suas co-irmãs, é o vulto das verbas que lhes cabe gerir, na execução de obras importantes. E, como nenhum de nós desconhece, onde há dinheiro a empregar há, também, problemas administrativos, casos a resolver, aborrecimentos, incompreensões e interesses feridos, com as necessárias decorrências de tudo isso, como sejam: cabelos brancos para os responsáveis, horas de dúvida angustiosa e de perplexidade para aqueles que devem tomar decisões e acúmulo de serviço para os executantes. Parece-nos, assim, bem evidente, que nossos camaradas rôdo-ferrovários bem merecem a nossa compreensão, o nosso estímulo e o decidido apoio dos dirigentes do Exército. É exatamente louvado no princípio de que "conhecer e compreender" que me animo a redigir estas precárias notas, destinadas sobretudo aos companheiros de outras Armas, onde procurei compen-sar as deficiências de meus dotes intelectuais com o tom sincero de "uma conversa na hora do cafézinho" e um inabalável apêgo à verdade, nos menores pormenores.

Vários companheiros me têm ponderado, em ocasiões diversas, que as unidades rôdo-ferroviárias gastam quantias fabulosas em instalações, diminuindo, dessa forma, as verbas a serem empregadas nos trabalhos propriamente ditos. Esses companheiros, certamente bem intencionados, parecem supor que, se determinada unidade recebe uma quantia para construir uma estrada, deve consumi-la tôda no trabalho. Esquecem-se, no entanto, que para construir uma estrada, mister é dispor de materiais, de equipamento, de meios de transporte, de oficinas de manutenção para o equipamento, etc. Acontece, porém, que o material não pode ser armazenado ao tempo; o cimento, por exemplo, não só exige depósitos, como depósitos com determinadas características, pois o cimento deve ficar ao abrigo da umidade, não pode ser guardado em pilhas muito altas (a pressão dos sacos superiores empedraria os inferiores), etc. A maquinaria, por sua vez, não pode ficar ao relento, senão em períodos curtos, a menos que resolvamos aceitar a diminuição vertical de seu tempo de duração. Isso representa a construção de galpões cobertos, em número condizente com o vulto do equipamento disponível. O mesmo pode ser dito em relação aos meios de transporte, caminhões de carga, basculantes ou tratores, viaturas-transporte de pessoal, etc., para os quais não se pode prescindir de garages.

As oficinas de manutenção, por sua vez, não podem ser montadas "no meio da rua", como facilmente se compreende, particularmente quando se pensa que tais oficinas possuem maquinaria cara, sensível à poeira e à umidade e de difícil substituição.

Feitas essas construções, que são "absolutamente indispensáveis ao cumprimento da missão", teremos as tão decantadas sedes, pelo menos em 70%.

Resta o problema humano, que também se justifica de maneira lógica, cabal e intuitiva. Quando em campanha, os militares são alojados em barracas desmontáveis, mas

isso não pode ser aceito como solução normal. Mesmo na guerra, sempre que uma tropa permanece certo tempo em determinado lugar, apela-se para o acantonamento ou são construídos barracões de madeira, pois o conforto do alojamento é componente de real significação do moral. Ora, as unidades de construção, via de regra, permanecem em uma mesma sede durante alguns anos, pois as obras de que são encarregadas, pelo vulto e pelas características técnicas próprias, demandam dilatado tempo de execução. Além disso, frequentemente, as localidades onde essas unidades se instalam não dispõem de prédios que possam ser alugados. Portanto, a unidade é levada, pelas próprias injunções da necessidade do serviço, a construir casas para seus oficiais e sargentos.

De resto, porém, as tão malsaindas sedes são construídas em madeira, sem requintes de luxo e, não raro, com o aproveitamento da própria mão-de-obra da unidade. Dessa forma, não há por que investir contra os batalhões rôdo-ferroviários, pelo fato de dispenderem uma parcela, relativamente diminuta, de suas verbas com instalações.

Outro aspecto da vida dêsses batalhões, comumente, motivo de restrições por parte de companheiros de outras Armas, é o atinente ao cumprimento dos preceitos militares. Temos ouvido dizer-se, com bastante freqüência que, nessas unidades, os militares se deixam absorver pelos trabalhos de construção e relegam a vida militar a segundo plano, com os inevitáveis reflexos sobre a disciplina, o garbo marcial e a eficiência tática da unidade.

Não iremos ao ponto de negarmos que isso sucede, por vezes. Mas, a tal respeito, devemos nos abster de atribuir à organização o que não passa de simples falhas pessoais.

Com as unidades de construção, as coisas não se passam de maneira diferente dos demais corpos de tropa do Exército. E, como todos sabemos, perfeitamente, sempre que uma unidade tem a infelicidade de ser integrada por oficialidade pou-

co devotada, sofre uma diminuição de eficiência nos aspectos disciplinares e militares de sua vida. As constantes inspeções realizadas pelos comandos dos mais altos escalões da hierarquia têm por finalidade, precisamente, corrigirem tais falhas, por uma orientação sábia e contínua, pela correção imediata das deficiências observadas e pela satisfação das mais urgentes necessidades da tropa.

A êsse respeito, as unidades rodoferrviárias se situam no mesmo plano de suas co-irmãs, sofrendo os reflexos das injunções individuais, de acôrdo com o grau de proficiência de seus elementos dirigentes. Nelas, como em qualquer outra unidade, é integralmente verdadeiro o aforisma segundo o qual "nenhuma unidade é superior a seus quadros".

A solução do problema, portanto, não reside em se investir contra os Batalhões Rôdo-Ferroviários, como instituição, mas em dotá-los de quadros à altura de suas necessidades.

Ao lado disso, no entanto, a vida dessas unidades é rica de situações, as mais variadas, que muito concorrem para o aprimoramento das qualidades militares de seus integrantes, mesmo sem darmos particular realce ao aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos, que é decorrência natural do trato diário e permanente com problemas de técnica de todos os quilates.

Para isso, vários fatores se conjugam. Temos, em primeiro lugar, o caráter de descentralização dos serviços. Essas unidades, sobretudo nos trabalhos de construção rodoferrviária, se vêem obrigadas a dispersar-se ao longo de toda a extensão do trecho a construir, ficando cada subunidades encarregada da construção de um trecho, cuja extensão média é de cerca de 30km. Nesse trecho, o capitão comandante da companhia é obrigado a atender a solicitações de toda ordem. Além de ser o responsável pelo andamento da construção, do qual presta contas ao comando, sempre desejoso de maiores rendimentos, tem que dar soluções a centenas de casos pessoais, que lhe são

submetidos pelos servidores da subunidade, quer isso seja ou não de seu agrado.

Sendo a autoridade suprema no trecho atribuído à sua companhia, tudo se espera dêle.

Entre suas atividades, pouco atinentes à técnica de construção, avulta, em especial destaque, as de manutenção da ordem pública. Não é raro que o capitão seja retirado do conforto do lar para ir solucionar brigas de operários, em alguma tasca de beira de estrada. Até mesmo sobre problemas domésticos o capitão é chamado a opinar. Sabemos de um fato dessa espécie, cuja veracidade poríamos em dúvida, se todos os personagens envolvidos não fôssem do nosso conhecimento pessoal.

Certa vez, o comandante de uma companhia de um batalhão de construção foi procurado, após o encerramento dos trabalhos diários, por um dos seus operários, que, após muitos rodeios, contou-lhe a seguinte história:

"— O senhor sabe, "seus" capitão, ando muito desgostoso da vida, nem tenho mais gôsto para trabalhar! Minha mulher, nesses últimos tempos, vem relaxando as obrigações de casa. Quando chego do trabalho, cansado, às vêzes não encontro a com'ida pronta; minha roupa de trabalho vive por conserstar e não é lavada com a regularidade necessária. As crianças vivem jogadas pela casa dos vizinhos. Não sei o que há com a mulher. De modo, que vim aqui pedir licença ao senhor para "disciplinar" a mulher, para ver se ela entra na linha."

Imagine-se, agora, a situação desse capitão, ao qual um marido vinha, sem a menor cerimônia, pedir autorização para surrar a mulher. Não sei como os companheiros que me lêem solucionariam o caso. O nosso personagem, porém, já experiente em situações como essa, não titubeou, e respondeu ao operário:

"— Acho, meu velho, que seu caso é sério. Entretanto, talvez não seja necessário uma solução tão

drástica. Vá para casa e, amanhã, mande sua mulher falar comigo, no escritório, durante o expediente. Darei uns conselhos a ela e creio que tudo se arranjará."

O operário retirou-se e, no dia seguinte, foi pessoalmente levar a mulher para receber as reprimendas do capitão, que terminou o "sermão" dizendo que, caso ela não levasse a sério os afazeres de casa, concederia a autorização solicitada pelo marido. Como nenhum dos dois voltou a procurar o oficial, é de presumir-se que o casal haja solucionado pacificamente suas divergências.

Outra grande fonte de preocupações para os oficiais é o tédio de que são atacados os homens, por falta de distrações, já que não se pode permitir reuniões de trabalhadores nas vendas, após o encerramento dos trabalhos do dia. A tal respeito, a experiência tem provado que os casos disciplinares oriundos de embriaguês diminuem na razão direta das condições técnicas do campo de futebol. De fato, é preferível reunir o pessoal em volta do campo, alguns como jogadores e outros como torcedores, a permitir que os homens vão se embriagar nas vendas.

Aí, no entanto, surge um problema sério. Como construir o campo? Esse trabalho, normalmente, exige terraplenagem mais ou menos vultosa e não seria razoável tirar elementos da construção para serviços dessa ordem. Vários comandantes de subunidade, porém, têm conseguido solucionar o assunto mediante apêlo ao entusiasmo dos "craques", que não se furtam a dar algumas horas de serviço gratuito, nas tardes de sábado ou nas manhãs de domingo, para que sua companhia venha a possuir o "melhor campo da região".

Outro setor de fecundas atividades, nessas unidades, é o das relações entre militares e civis. Quase todas as companhias destacadas possuem escolas de alfabetização, em princípio, destinadas às crianças em idade escolar, mas nas quais, frequentemente, são organizadas tur-

mas noturnas para a alfabetização de adultos.

Conhecemos um comandante de companhia que, aos domingos e feriados, reunia a totalidade dos operários da subunidade para preleções sobre assuntos morais ou atinentes à data, nas quais aproveitava os subalternos ou graduados mais desembaraçados como oradores. Esse processo deu excelentes resultados disciplinares, pois, quando menos, fez com que todos os trabalhadores aprendessem as letras dos Hinos Nacional e à Bandeira, cujo canto constituía a parte final dessas reuniões.

Como se pode depreender desse sumário, a vida das unidades rodoferroviárias gira, precisamente, em torno das atividades de seus capitães, como, de resto, a de qualquer corpo de tropa.

Entretanto, cumpre ressaltar devidamente que, em tais organizações, os capitães geralmente ficam destacados, longe das vistas diretas do Comandante, que só aparece de vez em quando, como "visita" ou em inspeções.

Isso contribui, como não podia deixar de ser, para que esses oficiais adquiram, desde logo, grande tirocínio administrativo e incorporem ao próprio patrimônio intelectual um copioso acervo de normas e processos de ação que, certamente, lhes será de grande utilidade no decorrer da carreira militar.

Alguém há de ponderar que o aprendizado "pelos próprios erros" não é o mais eficiente e que as escolas se destinam, exatamente, a eliminar essa forma de ensino. Entretanto, não resta a menor dúvida que os conhecimentos auridos dessa maneira são os que melhor se gravam na memória.

Por outro lado, o caráter objetivo e prático do trabalho dessas unidades é, também, fator de entusiasmo pela missão. Todo homem gosta de "ver o resultado daquilo que faz".

Uma sessão de instrução de ordem unida, por exemplo, por melhor preparada que seja e por melhor ministrada, não deixa evidências, depois que os instruendos de-

bandaram. Um trecho de estrada, um boeiro, uma caixa d'água, porém, ficam e podem ser mostrados, fotografados, documentados. Pode haver coisa mais confortadora para um espírito humano?

Há, além disso, a emulação que se estabelece entre as companhias de um mesmo batalhão ou mesmo entre unidades diferentes, pois, todas querem apresentar melhor rendimento no serviço, possuir as melhores equipes esportivas e, não raro, o melhor resultado na instrução.

Tais sentimentos são preciosos elementos, de que podem lançar mão os comandos, para levar suas unidades a índices de produção quase insuspeitados. O nosso homem, salvo raríssimas exceções, é vivo, tem facilidade de apreensão e rapidez de raciocínio; quando bem assistido e orientado, pode atingir padrões de eficiência acima de qualquer previsão. E, em nenhum lugar, pelo menos do nosso conhecimento, há um campo experimental tão vasto, para isso, como nas unidades de construção. Aí, os oficiais, praticamente entregues aos próprios recursos, se vêem na contingência de buscar soluções específicas para os casos surgidos, sem o auxílio de textos regulamentares.

Quem nunca visitou uma dessas unidades não pode fazer idéia da imensidade de problemas que são resolvidos, com o simples auxílio da imaginação e do bom senso, com recursos rudimentares e precários, às vezes, com o simples incentivo à iniciativa do executante.

Em uma dessas unidades, certa ocasião, uma companhia esteve com seus trabalhos de manutenção bastante prejudicados, porque se gastara uma engrenagem de fibra de um grupo eletrogênico e não se conseguiu uma igual, em parte alguma. Por solicitação do respectivo capitão, a unidade apelou para os mercados do Rio, de São Paulo e Porto Alegre mas, mesmo assim, foi impossível conseguir-se a peça necessária. Certo dia, o capitão foi às oficinas da companhia e mandou que um mecânico desmontasse o grupo, em sua presença, e mostrasse o local exato onde devia trabalhar

a engrenagem estragada. No caso, ela fazia a ligação entre duas outras engrenagens, ambas de ferro. Então, raciocinou o nosso capitão, uma engrenagem metálica devia solucionar o caso; tudo estava em se conseguir uma liga suficientemente resistente e dúctil, de modo que resistisse ao esforço e pudesse amortecer os choques, pois, esta lhe pareceu ser a função principal da engrenagem estragada. Feito esse raciocínio, o capitão apanhou a peça inutilizada e foi às oficinas gerais do batalhão, onde, após muita conversa, conseguiu que um operário habilidoso se prontificasse a fundir a engrenagem em alumínio e fresá-la. Pronta a peça e colocada no devido lugar, o grupo trabalhou algumas horas, mas a peça nova não resistiu aos choques e teve vários dentes partidos. Segundo pareceu ao oficial, o insucesso fôra devido à dureza da liga empregada, que não tinha suficiente capacidade de absorção de choques. Nova tentativa foi feita, dessa vez com uma liga mais mole, onde se misturara certa porção de antimônio ao alumínio. Novo insucesso e nova tentativa, com outra liga. Na quarta experiência foi conseguida, finalmente, uma liga que resistiu ao trabalho e o grupo eletrogênico voltou ao serviço, com um real júbilo de todo o pessoal da companhia.

De outra feita, também em uma companhia destacada, houve necessidade de uma carroçaria nova para um caminhão. As oficinas do batalhão, em virtude do acúmulo de serviço não podiam realizar o trabalho antes de seis meses. O capitão, então, resolveu solucionar o problema com os meios da própria subunidade: dispunha de um carpinteiro, um ferreiro e bastante madeira. A princípio, tudo parecia difícil, pois o carpinteiro alegava nunca ter feito trabalho dessa espécie, nem ter conhecimentos a respeito. O capitão, entretanto, não se deu por vencido; a carroçaria velha foi desmontada e sua ferragem, após ser recuperada, serviu de modelo à confecção da nova; a parte de madeira foi cortada, tam-

bém, à vista das peças antigas. Aquelas que, por muito estragadas, não serviam para modelo, foram desenhadas pelo próprio capitão, que acompanhou, pessoalmente, o trabalho de confecção e montagem da carroçaria. Tudo pronto, o ferreiro conseguiu, por iniciativa própria e usando amizades pessoais, que as oficinas do batalhão fundissem uma pequena placa com a inscrição "confecionada nas oficinas da ...ª Companhia" e foi, todo entusiasmado, solicitar permissão ao capitão para pregá-la na nova carroçaria. De então em diante, era de se ver o pessoal dessa subunidade pavonear-se, perante os companheiros das outras companhias, afirmando "nós, da ...ª Companhia..."

Tudo isso faz dos Batalhões Rôdo-Ferrovários uma Escola de Trabalho, onde, de certo, nossos oficiais de Engenharia muito terão que aprender e onde poderão aperfeiçoar, ao máximo, suas qualidades de administradores e de técnicos e de porem em destaque sua iniciativa e engenhosidade, tudo isso a serviço de um Brasil melhor, mais próspero e mais feliz.

Antes de encerrarmos este rápido esboço da vida das unidades rôdo-ferroviárias, há um outro setor de suas atividades ao qual não queremos deixar de nos referirmos. Trata-se daquilo que aí é feito no domínio da educação cívica das populações locais e da assistência social a elas.

Tôdas essas unidades ou, pelo menos, as mais antigas, dispõem, hoje, de órgãos assistenciais de múltiplas e intensas atividades, para atenderem às necessidades do seu pessoal, entre os quais estão centenas de operários e funcionários civis e suas respectivas famílias.

Os operários dessas unidades são contribuintes obrigatórios do IAPI e gozam das regalias decorrentes dessa condição. Paralelamente, porém, os batalhões possuem órgãos internos, que os atendem de muito mais perto.

Os mais importantes desses organismos são os armazéns reembolsáveis, cujas atividades constituem

uma perpétua dor-de-cabeça para os Fiscais Administrativos, mas que prestam serviços inestimáveis. Os lucros auferidos por eles, apesar de pequenos, permitem a manutenção das escolas de alfabetização, inclusive material escolar, vestuário, e merenda para os alunos, de cinema, de ambulatórios médico-farmacêuticos e servem para a aquisição de material esportivo, além de financiarem reuniões festivas, sobretudo quando do Natal e do transcurso do aniversário da unidade.

São igualmente bastante desenvolvidas as atividades de assistência à maternidade, geralmente muito prejudicadas pela péssima educação e baixo padrão-de-vida das populações locais, contra os quais têm de lutar, denodadamente, os médicos das unidades.

É muito freqüente que mulheres de operários se esquivem ao tratamento pré-natal e ao internamento na maternidade, preferindo entregar-se aos cuidados de parteiras, nem sempre tecnicamente habilitadas. Quando, porém, as coisas se complicam, então é um "Deus nos acuda!" E, nesses casos, a intervenção do médico se faz, sempre, nas condições mais desfavoráveis.

Como é evidente, essas coisas representam sobrecarga de afazeres para os responsáveis pelo serviço que, entretanto, encaram tudo com bom-humor e compreensão humana.

Essas atividades assistenciais, entretanto, têm ainda o mérito de se associarem, intimamente, à elevação do padrão-de-vida das populações locais e contribuírem para sua educação, pelo que representam indiscutível fator de educação cívica. Para isso contribui, também, de maneira direta, o ambiente patriótico em que se vive nessas como em tôdas as unidades do Exército. O hasteamento da Bandeira Nacional, as reuniões cívicas, nas grandes datas, a execução do Hino Nacional nas ocasiões apropriadas, exercem salutar efeito sobre o ânimo do pessoal e constituem mais uma faceta da profícua e salutar ação dessas unidades, nos meios onde desenvolvem suas atividades.

Verdadeiras Escolas de trabalho e de civismo, traço de união entre o Exército e o meio civil, as unidades rôdo-ferroviárias bem merecem nossa estima e apoio, na ingente obra que realizam, de ampliação do patrimônio nacional e de integração efetiva de novos núcleos demográficos.

Parabens, pois, aos denodados companheiros que, anônima, dedicada e eficientemente, vão rasgando estradas pelas invias paragens de nosso "hinterland", elevando cada

vez mais alto o renome da técnica militar, em nada inferior à sua irmã civil e, como esta, empenhada, arduamente, em fazer a grandeza do Brasil de amanhã.

Parabens, também, aos chefes esclarecidos que, cada vez mais, vêm compreendendo a necessidade da multiplicação dos Batalhões Rôdo-Ferroviários e que, dessa maneira, forjam o precioso instrumento para as incruentas batalhas do progresso e da riqueza da Pátria.

LIVRARIA AGIR EDITORA

Prezado Leitor:

Selecionamos dez obras fundamentais de cultura cristã e indispensáveis à compreensão dos problemas máximos do mundo contemporâneo.

O valor incontestável de seus autores, dá a estes estudos uma autoridade que, aliada à clareza e segurança da argumentação, torna estas obras ponto de partida para a criação de uma nova sociedade.

	Cr\$
Fulton J. Sheen, O PROBLEMA DA LIBERDADE.....	30,00
Fulton J. Sheen, FILOSOFIA DA RELIGIÃO.....	80,00
Jacques Maritain, O HOMEM E O ESTADO.....	50,00
Jacques Maritain, PRINCÍPIOS DE UMA POLÍTICA HUMANISTA	25,00
Jacques Maritain, CRISTIANISMO E DEMOCRACIA.....	12,00
Yves Simon, FILOSOFIA DO GOVERNO DEMOCRÁTICO.....	90,00
Pe. Leonel Franca, A CRISE DO MUNDO MODERNO.....	55,00
Alceu Amoroso Lima, A REALIDADE AMERICANA.....	70,00
Gustavo Corção, AS FRONTEIRAS DA TÉCNICA.....	45,00
R. Kothen, PROBLEMAS SOCIAIS DA ATUALIDADE.....	25,00
Eugenio Gudín, PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA, 2 vls.	180,00
Paul Samuelson, INTRODUÇÃO À ANÁLISE ECONÔMICA, 3 vls.	300,00

Em tôdas as boas Livrarias e na

Livraria **AGIR** Editôra

RUA MÉXICO, 98-B

CAIXA POSTAL 3291

RIO DE JANEIRO

Rua Bráulio Gomes, 125
São Paulo

Av. Afonso Pena, 919
Belo Horizonte

Atendemos a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

MEMENTO DO INSTRUTOR

O trabalho anexo ao presente número, "MEMENTO DO INSTRUTOR", foi organizado, no corrente ano, na Es IE, pelos oficiais : Cel Moacir Araujo Lopes, Cmt da Escola ; Maj Stoessel Guimarães Alves, da Subdição de Ensino, e Cap Diógenes Vieira Silva, do Departamento de Guerra Química, para o Curso de Aperfeiçoamento de Instrutores. É uma adaptação de trabalho semelhante de "The Infantry School, USA", e do FM 21-6, "Techniques of Military Instruction", respeitando a terminologia adotada pelos C 21-5 e T 21-250.

Pressupõe, da parte do instrutor, o conhecimento da metodologia da instrução, e constitui um resumo, muito útil, para o planejamento e a execução da sessão de instrução. Em particular, inclui sugestões e recomendações, valiosas, para a condução da sessão e o controle da turma. Todas as suas expressões, simples, práticas e objetivas, têm sólida base científica em preceitos de psicologia educacional ("Assegure a atenção", "Mantenha o interesse", "Dê bom exemplo", "Trate os casos difíceis pela instrução individual", etc., etc., etc.). Convém, ainda, focalizar a inclusão da "APRECIÇÃO", entre os "PRINCÍPIOS DA APRENDIZAGEM", o que materializa a fundamental responsabilidade do instrutor, na formação moral do instruendo militar.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

COMO O MARECHAL MONTGOMERY VÊ UMA EVENTUAL

3ª G.M.

Extrato de uma conferência pronunciada pelo famoso Marechal britânico, e publicada pelo "Journal Royal United Service Institution". (Traduzido pelo Capitão Milton Gaspar).

Há quem acredite que a G.M. III já está em curso e que, como cada nova guerra, adotou uma modalidade diferente de todas as anteriores. Denominamo-la "guerra fria", mas também poderíamos chamá-la "paz fria".

Quanto mais progredimos no desenvolvimento das armas de destruição em massa, mais evidente se torna que uma "guerra quente" significaria o suicídio de ambos os partidos contendores.

O objetivo na guerra fria deve ser, portanto, ganhá-la sem desencadear a guerra quente. Porém como a guerra fria (da qual fazem parte guerras quentes locais) pode, por erro de cálculo de qualquer de seus atores, degenerar na G.M. III, temos que constituir uma força militar de tal forma que, convencendo a nosso inimigo de que poderemos destruí-lo se ele iniciar aquela, possa dissuadi-lo de empreendê-la.

Da a política militar dos países ocidentais, é-nos impossível constituir dita força apenas com os meios clássicos. Não nos resta outro remédio, portanto, senão apelar também para as armas atômicas e nucleares. Ante esta necessidade, o Quartel-General Supremo dos Aliados na Europa (SHAPE) fundamenta seus planos de operações na certeza de que, se o ocidente for atacado, empregará as aludidas armas atômicas e nucleares. Porém o emprego destas exige certa reorganização de nossas forças e alguma modificação de nossa estratégia. O

SHAPE já tem ambas estudadas, mas para colocá-las em prática necessita da ajuda das autoridades nacionais dos diversos países ocidentais.

Entre as medidas necessárias ressaltam-se, por sua importância, as que afetam à defesa civil. Que eu saiba, nenhum país ocidental tem hoje uma defesa civil adequada. As enormes destruições e as numerosas baixas civis que a guerra nuclear pode ocasionar, exigem uma organização da defesa civil que lhe permita "absorver" um ataque de surpresa, para evitar o avassalamento da frente interior. Só assim se poderá continuar a luta. A nova estrutura da defesa civil exigirá algo mais que núcleos de voluntários: terá de possuir também pessoal instruído e disciplinado e bons comandos. Deverá, ademais, existir desde o tempo de paz.

O FUTURO

Para especular sobre o futuro, partirei de uma suposição realista. Vou supor, então, um bloco oriental e outro ocidental, e dentro deste, entre outros países, os da NATO.

Parto do princípio de que o bloco ocidental tem atualmente superioridade em armas atômicas e nucleares, superioridade que diminuirá à medida que passem os anos. Opino, além disso, que estas armas, que têm indubitavelmente um efeito de dissuadir, e por isso podem evitar a guerra, serão empregadas pelos dois lados contendores no ca-

so de que, apesar de tudo, se produza a G.M. III.

Seria um grande erro confiar exclusivamente no bombardeio atômico para ganhar a G.M. III. Só é possível ganhar as guerras lutando, e não apenas por obra e graça de uns bombardeios, por mais fortes que sejam. Em uma G.M. III, os combates aéreos, navais e terrestres durarão até o fim. Devemos contar com isso e preparar-nos em consequência.

Por outro lado, o hábil emprêgo e a adequada aplicação de fogo nuclear superior em combinação com a atuação de umas forças terrestres "aero-dinâmicas", pode ser o fator decisivo na batalha aérea e terrestre. O problema será como forçar o inimigo a concentrar suficientemente suas forças e a oferecer um objetivo adequado para nossas armas termo-nucleares, sem expor ao mesmo tempo as nossas forças a uma ação inimiga similar.

Ao prever o futuro, devemos dedicar uma atenção especial à organização, às concepções táticas e às armas e equipamentos de que necessitaremos para lutar na forma que o queiramos. Porque nosso futuro depende de que encontremos agora soluções adequadas aos problemas que mais tarde se possam apresentar-nos. Passarei em revista êstes problemas partindo de duas possibilidades distintas: que a guerra se produza por erro de cálculo e que se trate de uma G.M. III deliberadamente projetada.

CASO DE UMA G.M. III POR ERRO DE CALCULO

Nesta eventualidade, possível a qualquer momento, poderíamos preparar-nos com o fato de que a constituição das forças aéreas, terrestres e navais que atribuímos aos vermelhos não seja a verdadeira. Se tal acontecesse, o partido ocidental poderia atravessar um período inicial de desconcerto; porém, se se mostrasse capaz de reagir rapidamente, ganharia a guerra.

O leste precisaria de muito tempo para constituir as forças necessárias para infligir-nos danos graves, e a êsse tempo nossas forças

aéreas já haveriam causado grandes perdas aos orientais.

Como esta guerra "por equívoco" pode surgir em qualquer ocasião, teremos que fazê-la com os meios de que então disponhamos e pelo modo com que estejam instruídas as nossas tropas. Ou seja — se ela começar, teremos de fazer o que pudermos com os meios que tenhamos, sem ligar a planos que houvermos projetado para fazer frente a uma situação completamente distinta.

CASO DE UMA G.M. III DELIBERADAMENTE PLANEJADA

Creio que neste caso a guerra teria três fases:

Primeira. Uma pugna pelo domínio do ar e dos mares de todo o mundo. Durante ela, será vital impedir que as forças terrestres inimigas invadam e neutralizem as bases e territórios ocidentais.

Segunda. De destruição das forças terrestres inimigas.

Terceira. Período de negociações, durante o qual a metrópole inimiga, conquanto ainda em seu poder, estará à mercê das forças aéreas ocidentais. Nesta fase prosseguiremos nossos ataques aéreos até que o inimigo aceite nossas condições.

A segunda e terceira fases podem ser simultâneas.

Passemos a considerar a guerra aérea, a marítima e a terrestre, dentro do quadro geral da estratégia enunciada.

A GUERRA AÉREA

A meu ver, da aludida estratégia geral enunciada se depreende claramente que o fator dominante na guerra futura será a aviação. Embora esta grande verdade seja geralmente aceita, o certo é que muito falamos dela, mas não agimos em consequência.

O maior recurso da aviação é sua flexibilidade, e os fatores principais desta são: os métodos de comando e de controle, o rádio de ação dos aviões e a mobilidade do material auxiliar. Em qualquer teatro de guerra, a flexibilidade e a direção centralizada de tôdas as forças aé-

reas são indispensáveis ao êxito.

Porém no ocidente temos sacrificado a flexibilidade, ao basear a organização do comando nas necessidades do "apoio imediato" às forças terrestres, ao invés de baseá-la na necessidade de conseguir um grau máximo de superioridade aérea.

A potência aérea é indivisível. Se a fragmentamos, não fazemos outra coisa que desmontá-la em peças e destruir seu recurso principal: sua flexibilidade.

Se perdermos a guerra aérea, perderemos toda a guerra, e perde-la-emos rapidamente. Os métodos que empregamos nas últimas fases da G.M. II, não são *necessariamente* os que tenhamos de adotar na G.M. III. Naquela tivemos uma superioridade aérea quase absoluta a partir de 1943. Isso não sucederá na G.M. III, e não poderemos permitir-nos sacrificar a flexibilidade na nossa organização de comando aéreo.

Devemos ter o cuidado de não tirar, dos últimos anos da G.M. II, conclusões falsas para a guerra futura: naquele tempo, já havíamos ganho a guerra aérea.

A aviação com base em terra deverá proporcionar sempre todo apoio aéreo ofensivo que para a guerra terrestre seja necessário, empregando forças aéreas muito instruídas para tal apoio. Mas deverá levar a cabo esta tarefa sem prejudicar sua própria flexibilidade. Em determinadas ocasiões, terá que empregar todas as forças aéreas disponíveis para ajudar a salvar da destruição os exércitos, e a aviação deverá poder enfrentar essa contingência, ainda que surgida inopinadamente.

Feitas estas considerações de ordem geral, passarei a ocupar-me da guerra propriamente aérea.

Se nos for possível mantermo-nos permanentemente em condições de iniciar um tremendo bombardeio nuclear sobre o leste, *no momento em que sejamos atacados*, os Soviéticos serão impotentes contra ele. Isso *deverá afetar* ao emprego de suas forças aéreas.

Deverá forçá-los a dedicar grande parte de sua aviação estratégica

visando a destruir nossas forças do mesmo tipo e as instalações de que dependam.

Deverá também compeli-los a aumentar seus esforços de proteção antiaérea, problema difícil para os Soviéticos.

Assim focalizado o assunto, creio que devemos considerar três eventualidades na guerra aérea propriamente dita:

Primeira. Que a G.M. III se verifique num futuro imediato:

Neste caso, creio eu, ambos os lados empregariam *aviões com piloto*, tanto no campo estratégico como no tático. E será decisiva a *ofensiva aérea*, que nos favorecerá se pudermos reagir tão pronto sejamos atacados.

Não creio que durante este período imediato qualquer dos dois contendores possa criar um sistema defensivo antiaéreo que neutralize e prive de sua capacidade decisiva a *ofensiva aérea*.

Os resultados da grande batalha pelo domínio do ar terão uma enorme influência no curso de toda a guerra. Devemos ganhá-la.

Mas não podemos confiar em recursos aéreos que dependam da mobilização. As forças aéreas de que necessitemos, juntamente com os meios para mantê-las em serviço, devem existir desde os tempos de paz. E devemos devolver à nossa aviação a flexibilidade que perdeu, centralizando seu comando no escalão mais alto possível.

Segunda. Em futuro não muito longínquo, o leste pode criar uma reserva suficiente de armas atômicas e contar com os meios necessários para lançá-las a grande distância, com o *eficácia* bastante para assestar-nos um golpe aniquilador em nossa aviação estratégica. Sendo assim, não poderíamos empregar nossas reservas superiores de armas nucleares, e *quicá* perderíamos a iniciativa aérea no começo das hostilidades.

Nesse período, creio que os dois partidos continuariam ainda dependendo principalmente dos *aviões com piloto*, tanto para fins ofensivos como defensivos.

Antes que chegue esse período será de enorme importância que tenhamos conseguido um sistema de alarme aéreo muito eficaz e a defesa antiaérea mais perfeita que os nossos homens de ciência possam proporcionar-nos. Só assim poderemos impedir a mutilação de nossa aviação estratégica que uma agressão de surpresa seria capaz de ocasionar-nos no princípio da guerra.

Terceira. Mais tarde ainda, lá por 1960, segundo meus cálculos, pode ser que o leste haja conseguido meios práticos de lançamentos de armas termo-nucleares que não precisem de piloto, aplicáveis ao bombardeio a curta e a longa distância. Nossas possibilidades de neutralização desta ameaça mediante operações ofensivas e defensivas, serão muito escassas, porque tais métodos de lançamento (estáticos e móveis) oferecem alvos pouco vulneráveis. Teremos de pensar muito cuidadosamente em quais deverão ser, então, os objetivos da nossa aviação estratégica.

Estaremos nessa época em condições de influir diretamente nas possibilidades de ataques inimigos, mediante o emprêgo de nossos aviões e de nossos projetis dirigidos?

Não acredito que nem mesmo em tal período hajam desaparecido completamente os aviões. No campo tático sempre haverá missões de apoio às forças terrestres e navais para os aviões pilotados. Os aviões que o inimigo empregue para esse fim, bem como suas bases, constituirão um objetivo importante para nossos aviões e projetis dirigidos.

Uma vez que tenhamos resolvido o problema da permanência prolongada por todo tempo, dos aviões no ar, o poder aéreo será o fator decisivo na guerra. Tal permanência, que ainda não foi conseguida, poderá chegar a ser uma realidade.

O que devemos fazer *agora* é organizar o comando e controle de nossa aviação de modo que ela conserve a maior flexibilidade possível, centralizando o comando-em-chefe mais elevado que possa exercer-se eficientemente, a fim de que as forças aéreas de um teatro da

guerra possam empregar-se com a eficácia máxima.

Se formos atacados, deveremos pôr em marcha uma ofensiva aérea *imediate* e em massa contra a aviação inimiga e contra o território hostil. Os meios para levar a termo essa ofensiva devem existir desde os tempos de paz.

Devemos forjar um sistema de alarma antiaéreo mundial eficiente, para estarmos em condições de tomar a ofensiva se formos atacados. E devemos estudar urgentemente a defesa antiaérea. Em breve me estenderei sobre este ponto.

É questão de vida ou de morte que nossa aviação seja capaz de "enfrentar" um ataque nuclear para a ele resistir ou a ele replicar. O princípio da dispersão deve ser estudado sob todos os ângulos. Tem-se que abandonar as enormes pistas de cimento de hoje em dia e conseguir aviões que possam decolar e aterrar em pequenos aeródromos disseminados no interior; isso teria uma influência revolucionária na infra-estrutura e nos pouparia muito dinheiro. Neste aspecto oferecem grandes possibilidades os aviões de decolagem vertical.

A GUERRA MARÍTIMA

Nenhum acontecimento moderno diminuiu ou tem possibilidade de diminuir em futuro previsível a necessidade que têm os ocidentais de transportar seus meios de subsistência através dos oceanos em tempo de paz e em tempo de guerra.

Creio que o oeste não poderia triunfar em nossa hipotética G.M. III se perdesse o domínio do Atlântico, porque se não conseguíssemos despejar na Europa o poderio do continente americano, a Europa cairia.

No mar, os perigos principais são o submarino e o ataque aéreo. Próximo das costas, aumenta este último, e ainda existe o das minas.

A primeira tarefa das forças navais ocidentais é a de manter-se em condições de poder fazer frente a qualquer ameaça contra o domínio do mar que agora exercem.

As forças navais, como as terrestres, necessitam de apoio aéreo. É indispensável, nas circunstâncias

atuais, que as esquadras operando nos oceanos tenham suas forças aéreas próprias. As dos países cujas tarefas tenham que se desenrolar inteiramente em mares mediterrâneos, a meu ver não precisarão, por sua vez, de possuir aviação própria.

Minhas considerações anteriores sobre a guerra marítima são válidas para a situação atual e para a previsível durante uns quantos anos mais. Porém quanto mais penso no futuro, mais difícil me parece resolver o problema do domínio dos mares. De onde serão dominados no futuro? Do mar ou do ar

Quando penso no rádio de ação e no poder dos aviões do futuro, e nos aperfeiçoamentos prováveis do radar e de eletrônica, chego à conclusão de que virá o momento em que o fator principal para o domínio dos mares será a aviação.

Parece-me que já são passados os dias dos grandes navios de superfície. É possível que no futuro os pequenos barcos de superfície e os submarinos detenham a maior importância.

Se conviermos em que futuramente o domínio dos mares se exercerá principalmente pelos ares, teremos de considerar se tal domínio não deverá ficar a cargo da aeronáutica propriamente dita ou da aviação naval. Em tal caso, as Marinhas não necessitariam ter aviação própria. Esta eventualidade ainda não ocorreu mas acredito que ocorrerá, e então os custosos porta-aviões não terão razão de existir.

Porém, deixando que o futuro nos esclareça sobre a hipótese exposta, o que desde já não se deveria permitir às Marinhas era a constituição de comandos costeiros, de bombardeio e de caça, que dupliquem a execução de missões que correspondem às aeronáuticas nacionais propriamente ditas.

Em resumo: creio que as novas armas ainda não tornaram antiquados os porta-aviões, mas que o futuro de futuro. E considero que o domínio dos mares passará a ser exercido, eventualmente, pela aviação.

A GUERRA TERRESTRE

Para lutar vitoriosamente em terra necessitamos, como um mínimo, partir das seguintes premissas:

Primeira. Deveremos ter, desde o tempo de paz, forças ativas de alta qualidade, com efetivos de guerra, dispostas a atuar como cobertura, a qualquer instante, *sem necessidade de qualquer trâmite de mobilização.*

Essas forças deverão estar equipadas e instruídas ao máximo, ser muito móveis e contudentes, ter uma moral muito alta e uma perfeita disciplina, sob o comando de chefes jovens e dinâmicos. Essas tropas e esses chefes serão os que têm de aguentar com firmeza, frente aos horrores e terrores nos encontros iniciais de uma guerra atômica, e somente o poderão fazer se estiverem muito bem instruídos e disciplinados. A essas chamaremos "forças do Dia D".

Segunda. Necessitaremos reservas bem organizadas, mobilizadas escalonadamente, cada escalão com a instrução necessária para garantir sua disposição para o combate, no momento em que se necessite. Serão essas as "forças do Dia D - 1.º x."

Terceira. Nossas forças, ativas e de reserva, deverão estar apoiadas por uma organização logística existente, no grau necessário, desde o tempo de paz, e em condições que garantam seu perfeito funcionamento nas primeiras semanas de guerra.

Quarta. Deveremos ter uma defesa civil devidamente estruturada em cada país ocidental.

Essas quatro premissas equivalem a um princípio doutrinário: Que as forças ativas existentes em tempo de paz devem bastar para que se torne impossível ao leste a realização de um ataque vitorioso *sem uma constituição de forças* que nós calcularíamos qual fôsse. E assim seria muito difícil que o inimigo nos surpreendesse. A missão dessas forças ativas seria impedir que os orientais atingissem as nossas zonas vitais enquanto providenciássemos para reunir e fazer avançar as nossas forças de reserva.

RESUMO GERAL

Para mim é óbvio que uma força aérea adequada, tornada potente por sua capacidade para o emprêgo maciço de armas nucleares, aumente as nossas possibilidades de defender com êxito o oeste em caso de agressão.

Devemos ter em conta o grande efeito que o progresso das ciências pode ter no fator tempo, durante a guerra. Necessitamos, mais que nunca, ter antes do Dia D, forças dispostas, bem situadas e completamente eficazes contra o ataque de surpresa.

As forças de reserva devem ser organizadas em função do momento em que devam estar dispostas para seu emprêgo. Isto afetará ao estado de preparação em que se devam manter e, até certo certo ponto, em sua organização e material.

Creio que as fases iniciais de uma G.M. III determinarão muito rapidamente o curso da mesma. Seria loucura que predicesse agora que se chegará a uma decisão em tantas semanas ou meses; mas sugiro que uma política que preveja a utilização máxima das armas nucleares na fase inicial imediata da guerra, fação duvidar do valor militar da preparação em tempo de paz de esforços que estejam destinados a produzir um efeito demorado.

A GUERRA AÉREA

Temos que ganhar a guerra aérea, e não a ganharemos a menos que se permita à aviação recobrar a sua flexibilidade e sua unidade, e a menos que o comando se organize para esses fins. *É indispensável que este assunto se resolva imediatamente, no escalão político mais elevado.*

Devemos conservar em tempo de paz a capacidade para lançar uma ofensiva imediata contra quem quer que nos ataque.

O oeste é vulnerável ao ataque nuclear. Portanto, seria um desperdício inútil manter uma capacidade ofensiva que não seja conjugada com a potência defensiva adequada para que aquela possa aplicar-se partindo de uma base segura. A medida que passa o tempo, e se vão equi-

librando as capacidades ofensivas do leste e do oeste, a vantagem irá pendendo para o lado que melhor possa proteger-se para conservar sua força e contra-atacar.

Atualmente não há defesa segura contra o avião nem contra o foguete de guerra, nem parece hoje possível que se chegue a encontrá-la nunca. Não devemos consentir que persista essa situação. Para acabar com ela deveriam recrutar-se os nossos melhores cérebros para que ajudem, cooperando estreitamente com a aviação. E digo "aviação" porque creio que a defesa antiaérea deve ser organizada e servida por ela.

A GUERRA MARÍTIMA

Se nossas forças terrestres conservarem suas posições, nossos riscos marítimos poderão manter-se dentro de proporções razoáveis.

Hoje em dia esta guerra corre a cargo da Marinha, e deve prover-se a esta com os meios que garantam o domínio dos mares e com o acesso aos portos que não sejam essenciais, porém a mais nenhum outro. É vital que esses meios não se dissipem em tarefas que não afetem a guerra no mar.

Porém não devemos encerrar-nos em tradições já postas em cheque. Chegará o momento em que teremos de planejar e de organizar-nos para dominar os mares partindo do ar.

A GUERRA TERRESTRE

Das três forças é a de terra a que tem diante de si a tarefa mais difícil no que respeita a sua organização com vistas ao futuro.

Devemos estudar seriamente a futura modalidade de guerra terrestre. É de pouca utilidade sobrepor novas armas à estrutura das Unidades da G.M. II, para depois tratar de deduzir as mudanças pertinentes em sua tática. Temos de examinar o problema a partir de outro ângulo.

Devemos examinar nosso Exército e seu material para ver as modificações que são necessárias na era atômica. Precisa-se de uma completa reorganização das forças de reserva de todos os países ocidentais, porque o sistema atualmente segui-

do para formá-las está, em grande parte, antiquado.

Na reorganização das forças terrestres deve-se dar a maior importância à mobilidade tática e estratégica e à simplicidade dos sistemas de armamento. Necessitamos de Divisões que possam mover-se rapidamente por via aérea; isso exige aviões adequados para seu transporte.

Para tirar o máximo partido da enorme potência de fogo das armas nucleares, e para evitar sua destruição pelos ataques nucleares inimigos, nossos Exércitos devem formar um tipo de chefe mais dinâmico e oportunista do que o agora existente, tanto no generalato como mais abaixo. Esse novo tipo de chefe deve ser imaginativo, audaz e capaz de colhê-lo no vôo as fugazes oportunidades que se apresentarão localmente; deve-se instruí-lo para atuar independentemente e imediatamente, dentro do estabelecido num plano geral, em vez de fazê-lo amarrado a ordens precisas e detalhadas ou a prévia consulta ao superior. Devo acrescentar que essas qualidades deverão ser exigidas igualmente aos chefes da Marinha e da Aviação.

As forças terrestres devem depender menos que atualmente das estradas e ser mais capazes de se moverem através campo.

O sistema de abastecimento dos Exércitos deve ser simplificado, já que estes haverão de depender muito menos que hoje de linhas de abastecimento fixas, tais como estradas e ferrovias, que exigem frequentes baldeações da carga.

As forças terrestres necessitam uma linha de abastecimento baseada no transporte por via aérea, que as torna independentes da eventualidade de perderem sua eficácia quando o inimigo corte suas comunicações terrestres. O futuro sistema proverá ao abastecimento aéreo de umas "zonas avançadas de mantimentos", a partir de bases situadas muitos quilômetros à retaguarda e bem disseminadas. As Divisões extraem o que necessitam das ditas "zonas de mantimentos", enviamdo a elas seus veículos de transpor-

te de tração com lagarta, utilizáveis, portanto, através campo.

O transporte aéreo desde os armazéns-bases até as zonas de mantimentos, deverá fazer-se com algum tipo de avião de decolagem e aterrissagem vertical que seja capaz de voar horizontalmente a velocidades similares às dos aviões comuns. O abastecimento aéreo deverá poder se realizar, quaisquer que sejam as circunstâncias meteorológicas, e tanto de dia como de noite. Como a distância sobre a qual se leve a cabo esse abastecimento deverá ser a mais curta possível, os armazéns-bases terão que se adiantar de vez em quando junto com a primeira linha.

Haverá que determinar se esse abastecimento aéreo deverá correr por conta do Exército ou da Aviação. E a decisão deverá ser tomada no mais alto escalão inter-Exércitos. Pessoalmente acredito que deveria correr a cargo da Aviação, pelas razões seguintes:

1. Nenhum país, por mais rico que seja, poderá dotar a cada uma das três forças de todos os meios de transporte aéreo de que num momento crítico possa necessitar.

2. Se esses meios de transporte de que necessita o Exército se integrarem organicamente nele, resultarão mais caros do que se dependerem da Aviação. E se os tiver organicamente, o Exército nunca os terá bastante.

3. Em tempo de guerra necessitar-se-á de uma grande flexibilidade para as grandes concentrações que com urgência serão necessárias nos teatros de operações. Será também necessária uma grande competência para manter o transporte aéreo durante todo o tempo.

4. O transporte aéreo necessitará de cobertura e proteção aéreas. Terá que ser encaixado, portanto, na organização operativa aérea. Em outras palavras, um sistema de transporte aéreo não pode separar-se das operações aéreas.

Interessa muito que a decisão sobre este ponto se tome prontamente, e desde logo, antes que se promova uma discussão entre a Avia-

ção e o Exército, que possa perturbar as relações entre ambos.

Uma organização de abastecimento aéreo contribuiria para aliviar o enorme aparelhamento administrativo que hoje imobiliza os exércitos de terra, eliminando um exagêro de unidades e estabelecimentos que os fazem depender das estradas, e devolvendo-lhes sua mobilidade tática.

Para mim é óbvio que a futura guerra terrestre será muito diferente da G.M. II. Devemos cuidar muito especialmente que nossos progressos científicos e mecânicos se apliquem devidamente. Não devemos aplicá-los para fazer com que as armas atuais sejam mais eficazes em seu emprêgo em circunstâncias que já passaram e que não mais ocorrerão.

A CHAVE DO PROBLEMA DO OCIDENTE

O lema dos ocidentais deve ser: "a força pela unidade, a paz mediante a força".

Devemos compreender que o perigo da guerra subsistirá, enquanto os objetivos fundamentais dos dois partidos, oriental e ocidental, estejam em luta direta, e que se a guerra geral estalar, o bombardeio nuclear mútuo será também geral.

O estudo da guerra revela um processo de mutação inexorável. Virtualmente, a *mutação* é, de vez em quando, inevitável, e hoje é iminente. O que não se dá inevitavelmente é o *progresso*.

O progresso depende, em primeiro lugar, de decisões corretas e, depois, da ação correspondente. Estas decisões devem ser tomadas agora, e imediatamente se deve ordenar sejam postas em execução.

Estamos hoje numa encruzilhada, sem saber que rumo tomaremos.

No futuro será impossível uma defesa absoluta contra os ataques aéreos. A medida mais segura para que um agressor pense bem antes de atacar, é dispormos dos meios para contra-atacar instantaneamente, com um ataque maior do que o dele. O ocidente deve procurar essa garantia constituindo as forças aéreas adequadas.

Depois, é vitalmente necessário guardar-nos contra a traição e contra um ataque de surpresa, pondo-nos em condições de aguentar um ataque desse tipo, todo o tempo que seja necessário para podermos lançar mão das armas protegidos por uma cobertura suficiente que permita a mobilização de nossa força coletiva.

Devemos também colocar-nos em condições de "encarar" um ataque atômico e termo-nuclear, e cuidar de que nossos meios de represália não se traumatizem por um ataque súbito.

Nunca como agora, tem sido tão vital viver verdadeiramente preparados para a guerra. Se desde agora pudermos-nos organizar melhor que nossos eventuais inimigos no que se relaciona com o potencial humano, a produção, forças armadas e Defesa Civil, e preparar uma transição fácil de pé de paz a pé de guerra, ganharemos uma vantagem inicial e, finalmente, a guerra, no caso de que esta se produza.

Devo fazer constar que, apesar do que já disse, não devemos precipitar-nos a fazer grandes transformações, nem botá-las em prática sem que antes estejamos seguros de que são convenientes.

O de que hoje necessita o ocidente é um toque de clarim, uma chamada inequívoca para que despertemos e, deixando as doutrinas e métodos já caducos, nos reorganizemos, aproveitando ao máximo o progresso das ciências. A chamada deve fazer-se na chave inter-Exércitos.

Hoje se fala muito de cooperação internacional. Pois bem: o passo prévio para ela, no campo ocidental, é a cooperação inter-Exércitos nos diversos países que dele fazem parte.

Temos de compreender que, por considerações políticas, financeiras e econômicas, é impossível que as forças armadas recebam tudo de que necessitam. Por isso, é importante concentrarmo-nos nas coisas essenciais e estabelecermos uma ordem de urgência correta entre elas.

Na era científica em que vivemos, os governos têm que assegurar-se

de que suas forças armadas e suas medidas de segurança se enquadram no conjunto das realidades econômicas e que se baseiam numa adequada distribuição das responsabilidades entre os diversos elementos.

ELEMENTOS DE DEFESA PARA UMA EVENTUAL G.M. III

Se tem valia o que estou dizendo, o futuro exigirá:

- a) Maiores forças aéreas.
 - b) Forças terrestres de primeira linha menores, dispostas para seu emprego imediato, de grande mobilidade estratégica e tática. Reservas melhor organizadas e mais eficientes.
 - c) Forças navais menores.
 - d) Que a organização das forças aéreas, navais e terrestres, se baseie em mais elementos atômicos e nucleares e em efetivos menores que atualmente.
 - e) Uma organização da Defesa Civil suficientemente preparada desde o tempo de paz, para assegurar seu funcionamento com a máxima eficiência em um momento de crise. Deve-se ter em conta, a esse respeito, que, embora se possa sofrer uma enorme destruição na zona de explosão de uma arma nuclear, será possível mitigar muito seus efeitos na periferia da dita zona.
- O objetivo geral deverá estar em manter os gastos da defesa dentro de limites que permitam manter de pé durante muitos anos os princípios militares adequados. Isso tornará possível a devida continuidade e estabilidade aos planos da aludida Defesa.

CONCLUSÃO

Sei que a minha opinião, no que se relaciona aos itens b) e c), está em luta com a geral no Exército e na Marinha, respectivamente. Apesar disto, creio haver oferecido uma contribuição construtiva ao problema que a segurança do mundo ocidental nos apresenta.

Para terminar, devo ainda acrescentar algumas considerações, a saber:

1. A Marinha, o Exército e a Aviação constituem uma "equipe".

Individualmente, cada um deles pode conseguir pouco; juntos, a "equipe" pode conseguir a vitória. O progresso das ciências pode alterar suas funções clássicas fazendo com que parte das antigas responsabilidades de uma das forças passem a gravitar sobre outra. Em particular, a Aviação está-se revelando como o fator dominante, como a Arma decisiva, da guerra moderna. Isto vai originar problemas difíceis. Para resolvê-los, temos que nos elevar sobre a côr do uniforme que vistamos.

No que se relaciona à Aviação, duas considerações deverão ter-se em conta ao reorganizá-la: a necessidade de um alto grau de centralização, requisito prévio de sua eficácia geral, e a de descentralização, que para desempenhar seu trabalho de membro da equipe também lhe é necessária.

Ambas as necessidades parecem contraditórias. Não acredito que o sejam, e estou seguro que se poderá atender a ambas, cada uma por sua vez. O importante é que a solução deste problema se alcance sem ferir nenhuma susceptibilidade e sem discussões entre as forças.

2. Tenho prognosticado um grande aumento das funções da Aviação. No momento é duvidoso que esta possa fazer frente a todas. Mas devo ir-se preparando para aceitá-las e, dentro dos anos em que delas se vai precisar, desempenhá-las.

3. Hoje em dia estamos gastando somas enormes em estudos e experiências sobre armamentos. Mas as novas armas e equipamento técnico nos servirão de muito pouco, se não contarmos com o número de oficiais e especialistas competentes para empregá-las e conservá-los.

As três forças não têm completos os seus plantéis de técnicos e de profissionais. Isto se deve menos à exiguidade dos vencimentos que às "condições" do serviço.

Não seria conveniente equilibrar melhor as necessidades de investigação científica e de pessoal executivo especializado? Em outras palavras, não deveríamos gastar menos

em investigação científica e mais na melhoria das condições de vida dos profissionais das três forças?

4. Os sistemas de mobilização atuais necessitam um drástico reajuste. Em sua maioria são demasiado lentos para a guerra nuclear.

Nesta era atômica, devem ser tais que um simples aviso pelo rádio surta efeito em questão de horas; deve basear-se num sistema descentralizado de convocação e em depósitos de equipamentos disseminados. De-

ve apoiar-se em corpos de reservistas que desde o tempo de paz saibam exatamente o que hão de fazer no momento da mobilização e possam fazê-lo rapidamente.

5. A Defesa Civil deve ser promovida ao posto que por direito lhe corresponde na Defesa Nacional. Ao meu modo de ver, a equipe triangular Exército-Marinha-Avição converteu-se em uma outra quadrangular, na qual o quarto membro é a Defesa Civil.

GLICERINA "GLINOBEL"

Para dinamite, etc. — 99,0% glicerol (mínimo) 30°Bé

A glicerina é um produto básico para várias indústrias, algumas requerem uma glicerina quimicamente pura, outras o tipo chamado "Industrial" ou "Loura"

PRODUTO DA

CIA. CARIOCA INDUSTRIAL

Rua 1.º de Março, 6 - 10º and. — Vendas: Tels. 43-7162 e 23-2010

RIO DE JANEIRO

CASA ADRIANINO

FOGOS, ARMAS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS
PAPELARIA, ARTIGOS ESCOLARES E PARA ESCRITÓRIO

Manoel Luiz Alves & Cia. Ltda.

MATRIZ:

RUA OLIVEIRA BOTELHO, 1579 — NEVES — SÃO GONÇALO
ESTADO DO RIO

FILIAL:

ESTRADA DO LARANJAL, 37 — RODO DO ALCANTARA

TELEFONE 5672

RODRIGUES D'ALMEIDA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.

IMPORTADORES E EXPORTADORES — ATACADO E VAREJO

Louças, Porcelanas, Cristais, Vidros, Metais, Ferragens, Sortimento
Completo e Especializado para: Hotéis, Colégios, Bares e Famílias

RUA CAMERINO, 97 A 107 — TEL. 43-5629 — REDE INTERNA

RIO DE JANEIRO

Filiais: Rua Benjamin Constant, 158-4º — Telefone 36-2839 — São Paulo
Rua Tupinambás, 643-Sobreloja — Telefone 4-0576 — Belo Horizonte



O PROBLEMA FLORESTAL BRASILEIRO

Gen. DANTON TEIXEIRA

A madeira constitui um dos elementos naturais mais úteis à vida humana.

Figura em segundo lugar — conforme tabela abaixo — entre as matérias essenciais que a Humanidade consome atualmente, por ano (1954) :

Elementos	Milhões de toneladas
Carvão	1.500
Madeira	1.300
Petróleo	536
Batata	250
Leite	200
Trigo	200
Arroz	170
Aço	160
Milho	140
Carne	35
Acúcar	30
Algodão	8
Lã	2

A aplicação da madeira extraída das florestas é, no global, distribuída do seguinte modo : 70 % em combustível — lenha e carvão ; 30 % em indústrias de construções civis e navais, fabricação de papel,

dormentes, fósforo, rayon e fibras, postes de aramado, etc.

Vejamos, em linhas gerais, algumas noções indispensáveis à compreensão ulterior do nosso estudo.

A Flora brasileira comporta a seguinte classificação :

a) Flora equatorial ou Hiléia ;

b) Flora Geral que abrange :

- 1 — zona dos babaçuais ;
- 2 — zona das caatingas ;
- 3 — zona do cerrado ;
- 4 — zona litorânea e floresta tropical ;
- 5 — zona dos campos ;
- 6 — zona da Araucaria ou dos Pinhais ;
- 7 — complexo do pantanal.

Os botânicos já classificaram cerca de 7.000 espécies florestais no Brasil.

A zona do babaçú se estende do rio Turiaçú, no litoral a oeste de S. Luiz do Maranhão até às margens do rio Parnaíba, em Barão de Grajaú. Há ilhotas no território matogrossense, em Goiás e no triângulo Mineiro. A área de sua

ocorrência abrange 13 milhões de hectares.

A caatinga (mato branco) é constituída de arbustos de galhos retorcidos e folhas não perenes.

Fica na região das secas no Nordeste e desce até o centro e oeste da Bahia. Sua vegetação é xerófila.

Entre a caatinga e a mata do litoral fica o *agreste* formado de árvores de porte maior. É uma região sub-xerófila.

O *cerrado* que abrange o centro oeste do País é uma zona intermediária entre a caatinga e a floresta tropical. Oferece uma vegetação arbustiva mas com chuvas de verão, abundantes.

Os campos do cerrado são entremeados de pequenas árvores mais viçosas que as da caatinga, dependentes da natureza do solo. A vegetação do cerrado é mesófila.

As matas marítimas correm ao longo da Serra Geral e da Serra do Mar.

A zona dos cocais (exótica) corre no litoral nordeste e leste com predominância de Pernambuco ao norte da Bahia.

Os campos marcam geralmente a transição de regiões botânicas.

Já é notável a cultura de campos artificiais no Brasil sobretudo em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Bahia e Nordeste. Aí vemos várias gramíneas que se adaptaram perfeitamente nos nossos solos.

Os campos do noroeste do Rio Grande do Sul, Paraná e Sul de Mato Grosso são entremeados de capões (caapuan: mato redondo) (1).

A zona da Araucaria compreende os Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Veremos adiante as regiões principais de sua ocorrência.

A zona do pantanal apresenta uma variedade enorme botânica.

As ocorrências das seringueiras se apresentam entre os rios Purús e Juruá com preferência nas terras altas, firmes.

A erva mate, *ilex paraguayensis*, se desenvolve ao sudeste de Mato

Grosso, oeste de Paraná e Santa Catarina e centro norte do Rio Grande do Sul.

Dos 3 bilhões e 200 milhões de hectares de florestas do Globo (1953) 395 milhões são atribuídas pela F.A.O. ao Brasil. Quer isto dizer que temos um décimo da reserva florística mundial.

Dentre os diversos países estamos em segundo lugar.

O mapa fitogeográfico do Brasil de J. Cesar Diogo, assim discrimina o manto vegetal do nosso território, com dados anteriores a 1940:

Matas	5.325.430 km2
Cerrados	1.272.150
Campos	805.430
Caatingas	669.260
Vegetação litorrânea	143.670
	<hr/>
	8.215.940 km2

A exploração das florestas é regulada, no Brasil, pelo Decreto-Lei n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934 que aprovou o Código Florestal Brasileiro (Ministro E. Navarro de Andrade). O nosso Código classifica as florestas em:

- a) *protetoras* quando nas cabeceiras dos rios ou em locais especiais;
- b) *remanescentes* quando em Parques, Bosques, Hortos, etc.;
- c) *modelo* quando artificiais ou de cultura;
- e) *de rendimento* quando para exploração comum do governo ou de particular.

Nos seus dispositivos proíbe o Código utilizar essências de valor para carvão vegetal; veda a solta de balões nas proximidades das matas; determina que apenas 3/4 da floresta pode ser abatida.

As florestas não agravam o impôsto territorial.

A floresta ou mesmo qualquer árvore de raro valor ou silhueta estética pode ser declarada imune de corte pelo poder público federal, estadual ou municipal.

As empresas siderúrgicas ou de transporte que utilizam lenha ou

(1) É assim pleonástica a expressão *capão de mato*.



carvão vegetal são obrigadas a ter um horto de reflorestamento.

As locomotivas que usam lenha ou carvão devem ter a chaminé protegida para evitar a fagulha causadora de incêndios.

Há especificações próprias para a derrubada da mata do Nordeste.

Numa faixa de 20 metros das proximidades das estradas de rodagem é proibido abater árvores.

O Código regula a exploração da floresta de domínio público e particular e determina a estação do corte, etc.

As florestas são ditas homogêneas ou heterogêneas conforme uma ou mais espécies.

A fiscalização e a guarda das florestas, mediante acôrdo com a União, poderão ficar a cargo dos Estados ou mesmo dos Municípios.

O delegado florestal pode ser comissionado por dois anos entre os moradores do local.

O Código classifica as infrações florestais; cria o Fundo Florestal; institui a Festa da Árvore; dá organização ao Conselho Florestal que deve zelar pela aplicação do Código.

O comércio, o reflorestamento, a técnica madeireira e a estatística são controlados pelo Instituto Nacional do Pinho, criado pelo decreto n. 3.124, de 19 de março de 1941, modificado pelo decreto n. 4.813, de 8 de outubro de 1942.

Há a tendência de ampliar o Instituto, dando-lhe novo título: Instituto Nacional da Madeira.

No Ministério da Agricultura o órgão supervisor referente à madeira é o Serviço Florestal Federal.

Já se cogita no Brasil de fundar a Escola Superior de Silvicultura.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado por D. João VI, em 1808, com o fito de aclimar as essências exóticas do Oriente. Através dele nos vieram a manga, a jaca, o abacate, o cinamomo, o figo, etc.

Mais tarde foi o Jardim ampliado com o objetivo de cultivar espécies botânicas nacionais. Tomou então o nome de Real Jardim Botânico.

Só em 1824 um botânico, o padre Leandro Sacramento, dirigiu o Jardim e começou a lhe dar uma organização adequada.

Em 1890, com Barbosa Rodrigues, toma o Jardim uma feição técnica definitiva, passando a obter fama mundial. Criou esse ilustre patriótico uma Herbario, um Museu, uma Biblioteca especializada. Fez permuta de exemplares com todos os continentes.

Na sua fundação em 1808, plantou D. João VI, uma palmeira real que até hoje estende sua copa altaneira na face sul do Jardim.

Barbosa Rodrigues classificou as plantas segundo:

- a) as famílias;
- b) as condições ecológicas;
- c) as regiões fisiográficas e topográficas: Amazônia, Nordeste, brejo, restinga, etc.

Há cerca de 7.000 exemplares no Jardim com perto de 200 famílias.

Fornece ele sementes e mudas para todos os Institutos congêneres e atende aos pedidos dos Estados e Municípios.

Para que nosso Jardim botânico cumpra suas altas finalidades conviria transformá-lo em autarquia.

O Museu e Jardim Botânico Goeldi do Pará, coleciona a flora amazônica desde os fins do século passado (1890). É uma obra meritória que merece ser conservada e ampliada.

O consumo de lenha e madeira no Brasil é da ordem de 110 milhões de metros cúbicos (1954) avaliados do seguinte modo:

Cozinha, estradas de ferro, navegação, caleiras, cerâmica, olarias e padarias...	95.000.000 m ³
Construções, indústria e celulose.....	6.000.000
Carvão vegetal.....	8.000.000
Dormentes	1.000.000
	<hr/>
	110.000.000 m ³

Nesse global se inclui nossa exportação de madeiras: pinho e madeira de lei.

Os estudos de geografia humana demonstram que um habitante precisa da seguinte área para:

a) combustível	1,32 ha
b) saúde	0,32
c) agricultura	0,33
d) pecuária	1,25
	<hr/>
	3,22 ha

Nestas condições, teoricamente, o território brasileiro comportaria 265 milhões de habitantes, como limite, nas condições atuais do progresso tecnológico.

Para a extração da madeira em geral, no Brasil, supõe-se que existam ocupados 1.500.000 pessoas.

A legislação trabalhista ainda não atingiu aos madeireiros. Depende do Código Rural.

A madeira comporta duas classificações:

- 1 — madeiras brancas;
- 2 — madeiras de lei.

Em geral as madeiras brancas são moles e as de lei, de cerne duro.

São também as madeiras distinguidas em:

- 1 — coníferas;
- 2 — frondosas.

90 % das nossas florestas são frondosas;

as coníferas se localizam do Paraná para o Sul.

Pelas sementes são grupadas em :

- 1 — semente descoberta : ginópermas ;
- 2 — semente protegida : angiospermas.

O vigor da Flora depende da constituição do solo, da topografia, do regime dos ventos, dos períodos das chuvas, da temperatura do ar e do solo, da insolação, da nebulosidade e da posição geográfica.

De acordo com a disponibilidade de água, a botânica classifica as plantas em :

- 1 — xerófilas : regiões secas ;
- 2 — hidrófilas : regiões úmidas ;
- 3 — mesófilas : regiões variadas ;
- 4 — halófilas : regiões salgadas.

Os climas caracterizam as zonas florísticas. Agem sobre a composição química do solo.

Nos climas áridos predomina a alcalinidade do solo ; nos úmidos o problema é a acidez.

“O potencial de hidrogênio (pH) dá a escala química dos solos.

Quando o grau de pH é acima de 7, os solos são alcalinos ; quando abaixo de 6, são ácidos.

A terra vegetal ou terra negra, *humus* ; é a mais reputada. A matéria orgânica é nela mais rica.

Os solos ácidos são corrigidos pelo calcário e os alcalinos pelo enxofre.

Os elementos minerais mais úteis nos solos são : potássio, sódio, manganês, cálcio e magnésio, como positivos : nitratos, fosfatos, cloretos e sulfatos, como eletro negativos.

O boro e o ferro entram em menor escala.

O magnésio é a base da clorofila, que dá a cor verde às plantas.

Os botânicos chegaram à conclusão que “numa floresta que não está sendo explorada o crescimento líquido é zero, visto que, a longo prazo, a destruição da madeira por processos naturais tende a igualar o crescimento bruto”.

Além de suavizar o clima, reduzindo os extremos da temperatura e garantindo a umidade do ar, as matas aumentam a frequência e o volume das chuvas.

“A mata é a máxima expressão do aproveitamento, armazenagem e conservação da energia solar à disposição do Homem.”

Há equilíbrio biológico na Fauna que habita as matas.

Na zona cacaueteira, depois que o homem eliminou as cobras, começaram a aparecer enormes manadas de daninhas de ratos.

Vejamos alguns dados técnicos necessários à compreensão ulterior do nosso estudo.

A experiência demonstra que devemos fazer *rotação de culturas*. O linho por exemplo, não pode ser cultivado dois anos consecutivos no mesmo solo.

Depois de uma colheita de trigo usa-se plantar batatas, alfafa, ou outra espécie botânica.

O cacau enquanto é sombreado prospera francamente.

A laranjeira não medra favoravelmente em solo gramado.

A bananeira não suporta a presença dos coqueiros.

Há portanto um *idiosineracia* no reino vegetal, que é atribuída às toxinas.

O baiano do sul diz com muita propriedade : com a bananeira não há terreno ruim para o cacau.”

As árvores, como o organismo humano, exigem um ambiente apropriado ao seu desenvolvimento.

No geral as árvores da Flora brasileira vivem em média 200 anos.

As da zona temperada tem vida mais longa que as da região tropical.

Há no Rio Grande do Sul uma figueira com mais de 200 anos.

A imbuia do Paraná vive 800 anos.

Os ciprestes mexicanos atingem a mais de mil anos.

O ficus retusa do Sul da Ásia vive mais de 2 mil anos.

As sequoias da Califórnia são também milenárias.

Há no Japão a ginkgo biloba que é tida como ante-diluviana.

Nos EE UU calcula-se que nas florestas americanas 80% das árvores são de madeira mole e 20% de madeira de lei.

Sua variedade comercial alcança a 60 espécies das quais apenas 20 têm importância real.

O pinho branco "Douglas fir" e o carvalho americano, "oak", são as madeiras mais comuns.

Na zona leste dos EE UU é que estão as florestas de madeira de lei. O país está dividido em 10 zonas para o controle florestal.

A contribuição do particular é preciosa. Só são cortadas árvores maduras, isto é, que tenham atingido o crescimento máximo. Há obrigação de reservar exemplares para sementeira. O corte é regulado de maneira a evitar que na derrubada não sejam prejudicadas árvores menores. A guarda contra incêndios funciona dia e noite. Há 8.500 funcionários federais nas florestas dos EE. UU.

E' tal a importância que dão ao seu patrimônio florestal que existem 20 escolas de Silvicultura que já formaram mais de 10.000 técnicos, entre eles 200 doutores em Silvicultura.

Em 1950 criou aquele País uma Escola de Recursos Naturais para o estudo geo-econômico do País.

O PAPEL

Uma das aplicações da madeira é o papel (celulose).

A produção mundial de papel é da ordem de 40 milhões de toneladas anuais.

Sua indústria no Brasil é das mais florescentes.

Consumimos atualmente 400.000 toneladas de papel produzidas por 61 fábricas. Contudo ainda importamos 60.000 toneladas de papel para jornal e 100.000 de celulose.

O Instituto do Pinho controla a produção madeireira, inclusive a celulose para o papel.

O Pinho oferece melhor polpa (celulose) que o eucalipto.

Para a fabricação da celulose são necessários os seguintes elementos: calcário, eletricidade; sulfato de sódio, sal e água.

O Instituto já providenciou sobre a propaganda e apoio financeiro para ampliação das fábricas existentes a fim de acompanharem o ritmo de consumo de papel proveniente do aumento da população.

A aplicação de celulose para rayon e acetatos tem tido grande desenvolvimento entre nós. A pasta mecânica (papelão e papéis comuns) produzida no Brasil já quase atende às necessidades internas.

A zona da Araucaria Angustifolia se estende no planalto brasileiro do Sul de São Paulo até o Rio Grande do Sul, na altitude de 500 a 1.000 metros.

As maiores ocorrências do Pinho no Paraná são no polígono: Santo Antônio — Cascavel — Pitanga — Guarapuava — General Carneiro.

Em Santa Catarina o pinheiral se concentra no polígono: Campos Novos — Cutitibanos — Bom Retiro — Lajes — São Joaquim.

No Rio Grande do Sul o centro norte e nordeste é a região de maior densidade: Lagoa Vermelha — Vacaria — Aparados da Serra — Nova Prata — S. Francisco de Paula.

O Instituto do Pinho controla e incentiva o reflorestamento da Araucaria. Não permite que sejam abatidas árvores com menos de 40 cm de diâmetro. Elas atingem essa espessura com 25 a 40 anos.

Pelo Código as grandes fábricas de papel são obrigadas a ter o seu Horto.

Só a Fábrica Monte Alegre, no Paraná, da firma Klabin, possui 40 milhões de pinheiros de reserva.

Calcula-se em 500 milhões de pés o reflorestamento brasileiro nestes últimos anos (pinho e eucalipto).

Há no Rio Grande do Sul 30 milhões de pés de acácia negra, destinadas à extração de tanino, para os curtumes.

O precursor do reflorestamento no Brasil foi Edmundo Navarro de Andrade, de São Paulo. Além das grandes plantações de eucaliptos que dirigiu para a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, publicou estudos técnicos preciosos sobre Silvicultura. É o autor do nosso Código.

Sob sua orientação foram plantados 38 milhões de pés de eucaliptos.

O Instituto do Pinho controla os 8 seguintes Parques Florestais:

- 1 — Getúlio Vargas, em Itanguá, São Paulo, com 2.300 ha;
- 2 — Romário Martins, em Açungui, no Paraná, com 1.936 ha;

- 3 — Manoel Enrique da Silva, em F. Pinheiro, no Paraná;
- 4 — Fiuza Ramos, em Três Barras, em Santa Catarina, com 4.041 ha;
- 5 — Assis Brasil, em S. Francisco de Paula no R.G. do Sul, com 360 ha;
- 6 — Eurico Dutra, em Canela, no R.G. do Sul, com 554 ha;
- 7 — Segadas Viana, em Passo Fundo no Rio Grande do Sul;
- 8 — José Mariano Filho, em Passa Quatro, Minas Gerais.

Nesses Parques já foram plantados cerca de 27 milhões de pés de pinheiros e algumas outras essências.

As geadas e incêndios têm, nos últimos anos, prejudicado o replantio.

O Governo Federal possui 4 Parques:

- 1 — Itatiaia, com 205.000 ha;
- 2 — Serra dos Órgãos, em Teresópolis, com 1.500 ha;
- 3 — Paulo Afonso;
- 4 — Iguaçu.

Além destes temos os Parques Estaduais:

- 1 — Campos do Jordão;
- 2 — Monte Pascoal, na Bahia.

O Ministério da Agricultura controla a floresta Araripe-Apodí, no Ceará.

A região da Araucaria abrange a seguinte área:

Florestas com predominância de pinheiros...	15.020.000 ha
Florestas misturadas....	7.420.000
Campos com pinheiros...	5.470.000

27.910.000

Calcula-se em 35.000 km² a devastação das matas, nos últimos anos, para extração de lenha e madeira. Corresponde a 110 milhões de metros cúbicos, com a densidade média de 0,4.

Já estão sendo montadas fábricas para aproveitar o bagaço da cana como celulose.

As grandes companhias de papel que cuidam de reflorestamento são as seguintes:

- 1 — Caieiras de S. Paulo, com 1.805 ha;
- 2 — Cia. Melhoramentos, Levantina de S. Paulo, com 204 ha;
- 3 — Indústria Brasileira de Papel S.A., Arapoti, Paraná, com 1.030 ha;
- 4 — Cia. Matarazzo de Arapoti;
- 5 — Cia. Monte Alegre, Klabin, com 9.600 ha.

O Exército tem cooperado no reflorestamento nacional através de suas internadas, fazendas e granjas. Pode o Serviço Social do Exército determinar o montante dessa cooperação, dizendo quantas árvores são plantadas por ano.

Na floresta amazônica a melhor zona para exportação de madeiras de lei e aproveitamento das madeiras brancas, para papel, é a região do Amapá, em Santa Maria de Vila Nova.

A mata nessa faixa oferece facilidades de penetração e o produto fica próximo do embarque marítimo.

Na Amazônia a Hiléia se divide em duas zonas distintas: a floresta da baixada, com árvores em geral de madeira mole e a floresta da terra firme, acima de 200 metros de altitude e constituída em geral de essências nobres, de madeira de lei.

No Pará já existe a Fábrica de Papel Jacaré que produz 30 toneladas de papel, mensais.

Várias Companhias Siderúrgicas brasileiras queimam carvão vegetal em seus fornos.

São todas obrigadas por lei a possuir Horto próprio.

As principais são:

- 1 — Corradi e Cia. — Consumiu 8.640 m³ de carvão vegetal por ano (1953);
- 2 — Siderúrgica Itaunense, com 108.000 m³;
- 3 — Metalurgia S. Antônio, com 18.335 m³;
- 4 — Mineração e Usina Wigg, com 10.800 m³;
- 5 — Cia. Mineração e Siderurgia Gandarela, com 24.000 m³;

- 6 — Cia. Mineira de Siderurgia, com 57.000 m³;
- 7 — Cia. Ferro Brasileiro, com 100.000 m³;
- 8 — Usina Queiroz Jr., com 120.000 m³;
- 9 — Cias. Aços Especiais Itabira (Acesita), com 112.000 m³;
- 10 — Cias. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, com 180.000 m³;
- 11 — Monlevade, com 90.000 m³.

O COMÉRCIO DA MADEIRA

O País de maior consumo de madeira (para construções e indústria) é os EE.UU. com 2,2 m³ por habitante. Nosso coeficiente nesse setor é de 0,127. Entretanto como consumidores de lenha estamos talvez em primeiro lugar, o que muito nos desabona.

Na escala da exportação brasileira a madeira ocupa o quarto lugar: café, algodão, cacau e madeira, com cerca de 1 bilhão de cruzeiros.

Nosso principal comprador é a Argentina. Seguem-se EE.UU., Espanha, Grã-Bretanha, Holanda, Alemanha.

A técnica dos compensados e laminados veio dar nova feição ao mercado, facilitando o acondicionamento para o embarque.

As fôlhas laminadas de madeira são feitas no sentido longitudinal dos tóros. A ajustagem das lâminas nos compensados é feita de modo que as fibras se cruzem perpendicularmente.

Há no Brasil 6.274 serrarias sendo 2.261 de madeiras de lei. Possuímos 322 fábricas de laminados e compensados. Há 13 fábricas de fósforos.

As madeiras de lei mais reputadas na nossa exportação são as seguintes por portos de embarque:

- Acapu — Pará;
- Açoita cavalo — Rio G. do Sul;
- Aguano (mogno) — Pará;
- Andiroba — Amazonas e Pará;
- Angico — São Paulo e Rio Grande do Sul;
- Araracanga — Pará;
- Açacú catauá — Pará;
- Axuá — Pará;
- Baguaçu — Santa Catarina;
- Bicuiba — E. Santo;
- Brauna — E. Santo (maria preta);

Cabreuva — Paraná — Rio Grande do Sul;

Canafistula — S. Catarina — Rio Grande do Sul;

Canela (variedades) — Paraná, S. Catarina e Rio G. do Sul;

Canjerana — Rio G. Sul;

Caroba — Rio G. Sul;

Cedro (variedades) — Amazonas, Pará, Amapá, Paraná, S. Catarina;

Freijó — Pará;

Gonçalo Alves — E. Santo, Pará;

Grapia — Rio G. Sul;

Guajuvira — Rio G. Sul;

Guatambu (amarelo) — Rio G. Sul;

Imbuia — S. Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, S. Catarina;

Ipê (variedades, una e tabaco) — Bahia, E. Santo, S. Paulo, Paraná, Rio G. Sul;

Itapecuru — E. Santo;

Itauba — Amazonas, Pará;

Jacarandá (cabiuna, rosa, tan, violeta, palissandre) — E. Santo, Bahia, Pará, Rio de Janeiro;

Jacareuba — Amazonas;

Jequitibá — E. Santo;

Jutái — Pará, E. Santo;

Jasmineira — Pará;

Louro (variedades) — Amazonas, Pará, Amapá, E. Santo, Paraná;

Macaúba — Amapá, Pará;

Macanaíba — E. Santo;

Maçaranduba — Amazonas, Pará, Amapá, E. Santo, Paraná;

Mandioqueira — Pará;

Marupá — Amazonas, Pará;

Óleo vermelho — E. Santo;

Pau amarelo — Pará;

Pau Brasil — Bahia, E. Santo, Rio de Janeiro;

Pau marfim — Pará, S. Catarina;

Pau roxo — Pará, E. Santo;

Pau ferro — Rio G. Sul;

Pau mulato — Pará;

Pau rosa (sebastião de arruda) — Bahia;

Pau violeta — Bahia;

Peroba (amarela, parda, reversa rosa) — Pará, E. Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná;

Piquiá (amarelo e marfim) — E. Santo;

Piuva — Mato Grosso;

Quaruba — Pará;

Sucupira — Pará, Amazonas, E. Santo;

Ucuuba — Amazonas;

Vinhático (amarelo) — E. Santo.

Por volume exportado ocupam :
o 1º lugar o Paraná; 2º o Rio G.
do Sul; 3º o Pará; o 4º o Espírito
Santo; o 5º o Amazonas e o 6º São
Paulo.

Da exportação geral 50.000 t são
de pinho e 100.000 de outras madei-
ras de lei.

As madeiras brasileiras têm vá-
rias denominações conforme o mer-
cado do sul, do centro, do nordeste
ou do norte.

Há numerosas variedades de pero-
ba e de canela que são as madeiras
mais usadas na indústria.

Além das madeiras citadas, que
figuram na nossa exportação, con-
sumimos, no mercado interno, em
diversos empregos, as seguintes, que
são muito apreciadas :

Abiurana ;
Acaricoará ;
Aderno (ubatã) ;
Aleleuia ;
Algarrobo ;
Angelim amargoso ;
Angelim pedra ;
Angico rajado ;
Angico vermelho ;
Araçá piranga ;
Arapoca vermelha
Araribá amarelo ;
Araribá rosa ;
Aroeira do sertão.
Aspidosperma desmanthien ;
Barbatimão ;
Branquilho ;
Buranhen (medicinal) ;
Caapororoca ;
Cabreuva vermelha ;
caixeta ;
Cambará ;
Camboatá ;
Cambuí preto ;
Canela preta ;
Canela de veado ;
Canela capitão mor ;
Canela guiacá ;
Canela sassafráz ;
Cangalheira ;
Carabuçu ;
Carapa guianensis ;
Carnaubeira ;
Caripé ;
Carne de vaca ;
Casca de anta ;
Catuaba ;
Catucanhê ;

Chá de bugre ;
Chapéu de couro ;
Chibatan ;
Chupa ferro ;
Copiuvia ;
Coração de boi ;
Coração de negro ;
Coxa de frango ;
Crista de galo ;
Dedaleiro ;
Espinilho ;
Faveiro ;
Figueira branca ;
Gameleira ;
Genipapeiro ;
Gerivá ;
Guacarangapeba ;
Guajarás ;
Guarabu (pau roxo) ;
Guaracai ;
Guarajuba ;
Guarantan ;
Guarauna ;
Guarita ;
Ibura crepitans ;
Ingá-açu ;
Jataí ;
Jatobá ;
Livietanaia mahogni ;
Jurema ;
Lihea divaricata ;
Macucu ;
Mamica de cadela ;
Maparajuba ;
Mari mari ;
Marmeleiro do mato ;
Mocitaíba (maria preta) ;
Monjoleiro ;
Muirapinima (pau tartaruga) ;
Muirapiranga ;
Nhanduvai ;
Nogueira ;
Oiticica ;
Óleo pardo ;
Ólho de boi ;
Paineira ;
Pajurá ;
Pau cachorro ;
Pau campeche ;
Pau cetim (peroba) ;
Pau de cera ;
Pau cravo ;
Pau dalho ;
Pau marfim (peroba) ;
Pau rainha ;
Pau de remo ;
Pau sangue ;
Pata de vaca ;
Piptadenia ;

Pindaíba ;
 Pirutinga (jaguá) ;
 Platinopodium elegans ;
 Rabo de tucano ;
 Rompe gibão ;
 Quaresma ;
 Sacroglotis guianensis ;
 Sagaragi ;
 Sapopemba ;
 Sapucaia : açu, comum, mirim ;
 Sibipiruna ;
 Sombra de touro ;
 Soroco ;
 Sucupira jaguá ;
 Taiúva ;
 Tariri ;
 Tamboril ;
 Tapinhoan ;
 Tarumã ;
 Tatuá ;
 Tatiba ;
 Tenteiro ;
 Timbauva ;
 Tipuana ;
 Tucunaré ;
 Ubatinga ;
 Umiri ;
 Urindeuva ;
 Voucapoua americana.

Temos excelentes madeiras para construção naval. A que mais se aproxima da teca que é universalmente conhecida, é a peroba, que se aplica no convés dos navios. O tapinhoan é tido como o carvalho brasileiro. O ipê, a maçaranduba e o jatobá são também de uso corrente nas embarcações brasileiras.

Para coronha de armas usamos o açoita cavalo e para eixo de rodas : a peroba e o guarabu.

Uma das riquezas da flora brasileira é representada pelos óleos vegetais existentes em grande número. Os mais afamados e que figuram em nossa exportação são : babaçu, castanha do Pará, macaúba, oiticica, mamona, licuri, dendê, gergelim, murumuru, tucum, ucuiba, assafrás, pau rosa, caroço de algodão, manteiga de cacau, castanha de caju, amendoeira, tungue, carnaúba, andiriba, ouricuri, copaiba.

Apenas 15% das nossas florestas são acessíveis e as demais virgens.

Temos 2.054.519 estabelecimentos rurais ocupando a área de.... 233.988.108. Esta é a zona rural recenseada.

Dela apenas 22 milhões representam o trabalho agrícola, a área lavrada.

Para os curtumes usamos a acácia negra, o quebracho, o anjico, o barbatimão, brauna, araribá, catiguá, pau sangue, pau brasil, pau cravo, roxinho e outras, todas com grande percentagem de tanino.

O Instituto do Pinho classifica em quatro as categorias de pinho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estimativa, grosseira embora, estabelece como reserva de nossas matas o total de 100 bilhões de árvores com 30 bilhões de metros cúbicos de madeira.

Mera curiosidade nos daria o preço total dessa riqueza nacional calculando-se o metro em média a 75 cruzeiros.

Houve hectares nas matas do Amapá que renderam 400 m3 em 891 unidades.

Afirmam os técnicos que se continuarmos a derrubar as matas, sem que se processe o indispensável reflorestamento, sistemático, anual, da ordem de 300 a 350 milhões de árvores, que acompanhe o ritmo de crescimento da população, no ano 2030 não teremos mais reservas de essências florestais no território brasileiro.

Urge que sejam tomadas medidas práticas pelo Governo, através dos órgãos de fomento, modificando o Código Florestal, com o objetivo de lhe dar maior extensão e controle, a fim de enfrentarmos o magno problema de forma objetiva e eficiente.

Nesse Código assim modificado poderá ser incluído o sistema de defesa permanente das matas com pessoal especializado, prêmios para os reflorestadores tirado do Fundo Florestal, inventário das matas feito com recursos modernos (helicóptero, foto-análise, etc.), enfim um conjunto de medidas que a experiência tem aconselhado que sejam tomadas.

Precisa o Ministério da Agricultura (Serviço Florestal) ter autoridade para controlar o contraban-

do de madeira nas fronteiras e no litoral do País.

Seria interessante que no Brasil os Estados e os Municípios de maior valor econômico e de áreas próprias, tivessem seu Horto Florestal, não só para preservar as essências locais mais importantes, como também para distribuir sementes e mudas e difundir orientação técnica aos interessados.

Conviria também que no reflorestamento fosse mantida a paisagem local, isto é, fosse conservada a florística regional, replantando os exemplares de maior utilidade ou aplicação.

As áreas de muitos Estados do Brasil encontram-se quase desnudas pelas derrubadas efetuadas indistintamente. Merecem o reflorestamento sistemático e intensivo os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte.

O professor Luiz Amaral na sua magnífica História da Agricultura Brasileira chama a atenção do poder público para o problema da erosão que, mais nocivo que a saúva, vai aos poucos empobrecendo nosso solo.

Também no referente a esse palpitante assunto, o engenheiro agrônomo José Eurico Dias Martins, que é um expoente da nova geração de técnicos, classifica essa calamidade como a maior do nosso meio físico. Diz ele:

"Somos um País aberto a tôdas as modalidades da erosão, dede a que age por desoxidação das camadas férteis; passando à erosão clássica, que corroi, pela ação das chuvas diluviais e arrasta, não apenas o solo humífero, mas até os horizontes inferiores; e, depois, a erosão de escorregamento, que se opera seja nos flancos da elevação, seja nos vales por força da infiltração profunda, de que nos dá exemplo típico o fenômeno da "terra caída" nos rios amazônicos; e ainda a erosão eólica, no Rio Grande do Sul (minuano) e no pantanal matogrossense.

Somos o País mais desgastado do globo, neste particular".

Para a solução desse angustiante problema tem o Governo facilitado a montagem de algumas fábricas, entre elas A Fosforita Olinda S. A., companhia de fertilizantes químicos estabelecida nos arredores de Recife.

* *

A indústria madeireira não é responsável pelo extermínio de nossas florestas, por isto que o replantio compensa o abate de pinho para as construções.

Em 1953 o corte do pinho atingiu a 3 milhões de árvores.

A indústria do papel também possui, como vimos atrás, Hortos para o reflorestamento.

Em conclusão: é o particular com o corte indiscriminado da lenha, que merece a censura pela desmatção.

O nosso Código Florestal não preceitua bases necessárias à fiscalização, com o fim de evitar a derrubada impiedosa das matas. Tornam-se necessárias medidas eficientes neste sentido, com a aprovação, pelo Congresso, da revisão das nossas leis florestais: Código Florestal, Serviço Federal Florestal e Instituto do Pinho.

Este organismo possui um corpo de técnicos de valor e suas finalidades têm sido cumpridas à risca.

Somente com estes recursos práticos poderá o Brasil desenvolver a política de equilíbrio agro-silvo-pastoril, tão necessária à nossa vida rural.

Apresentamos assim aos nossos leitores, uma notícia minuciosa do problema florestal brasileiro, que deve interessar a todo oficial, por isto que a madeira e o papel são de larga aplicação na Guerra. Somos mesmo de opinião que a questão florestal deve ser encarada como um *dever cívico*.

Não nos esqueçamos de que somos um País que tem o nome de uma árvore. Pronunciá-lo já representa uma referência aos nossos opulentos recursos florestais.

A Paisagem é uma das inebriações estéticas da Vida. O imortal Ruskin nos legou uma amostra da sua sensibilidade literária apreciando

do magistralmente os painéis da vegetação.

Na antiguidade, Virgílio em suas éclogas, exaltou o mundo vegetal de forma definitiva e eterna.

Finalizando, diremos que a poética brasileira também teceu seus louvores à árvore. São numerosos os poemas e sonetos que realçam nossa pompa florística.

Bilac, assim nos descreve a missão e o exemplo augusto das árvores :

VELHAS ÁRVORES

*Olha estas velhas árvores, mais belas
Do que as árvores novas, mais amigas ;
Tanto mais belas quanto mais antigas,
Vencedora da idade e das procelas.*

*O homem, a fera e o inseto à sombra delas
Vivem, livres de fome e fadigas ;
E em seus galhos abrigam-se as cantigas
E os amores das aves tagarelas.*

*Não choremos, amigo, a mocidade !
Envelheçamos rindo, envelheçamos
Como as árvores fortes envelhecem :*

*Na glória da Alegria e da Bondade,
Agasalhando os pássaros nos ramos,
Dando sombra e consôlo aos que padecem.*

BIBLIOGRAFIA

História da Agricultura Brasileira — Luiz Amaral.

A questão do papel no Brasil e seu futuro — R. L. Rogers.

A lenha como base no progresso industrial — Anibal Pinto de Souza.

Pequeno Curso de pedologia — José Setzer.

O aproveitamento das florestas — J. Alfred Hall.

Artigos de Pimentel Gomes.

A caminho da sobrevivência — William Vogt.

A flora brasileira — Olimpio da Fonseca.

Publicações do Instituto do Pinho.

A vegetação do Rio Grande do Sul — Lindmann.

Estudo panorâmico da equinocultura no Brasil — Manuel Bernardino da Costa.

A floresta na conservação do solo e da água — M. Gomes Guerreiro.

Publicações várias de E. Navarro de Andrade.

Reflorestamento e erosão — José Eurico Dias Martins.

A fisionomia do Rio Grande do Sul — Balduino Rambo.

Agricultura Geral — Cândido Filho. As madeiras do Brasil — Ministério da Agricultura.

Recursos florestais — Horácio Pires Sampaio de Mato.

Cours d'Agriculture — Institut Agricole d'Oka (Canadá).

Selvicultura — Ezequiel Gonzales Vazquez.

OS TRANSPORTES TERRESTRES NO BRASIL

Conferência do Engenheiro OCTAVIO MARCONDES FERRAZ, Ministro da Viação, no Instituto de Engenharia de São Paulo.

"No mundo moderno, os transportes são feitos por diversos sistemas, como se sabe: o transporte ferroviário, o transporte rodoviário, o transporte marítimo, os transportes fluviais, lacustres, e o transporte aéreo. Há também o sistema de tubo-transporte, tais como os oleodutos e tubulações que fazem transporte de líquido ou matérias pastosas a distâncias apreciáveis. Vemos, pois, que o problema dos transportes está intimamente ligado com dois outros problemas muito importantes, como: o dos portos e o dos silos e armazéns. Em qualquer destes transportes há sempre que considerar seriamente o aparelhamento mecânico e o aparelhamento humano. Do mesmo modo que numa guerra, o Estado-Maior se serve do transporte para resolver um problema de logística, as necessidades da paz, da vida cotidiana, necessitam de transporte para resolver os problemas vitais da coletividade. No primeiro caso, abstrai-se o econômico, no segundo caso considera-se sobretudo o econômico como existem e são usados vários sistemas de transportes, vê-se que pode haver logística econômica, sem coordenação dos transportes. E por este motivo que venho me batendo ultimamente para que seja constituído o Conselho Superior de Transportes, órgãos de âmbito nacional, que terá por missão a coordenação entre os vários sistemas de transportes, para que dêles tenhamos o máximo de eficiência, o máximo de serviço, pelo menor preço possível. Não é possível que num país pobre como o Brasil, onde as riquezas são apenas

potenciais tenha num setor tão importante, num setor que ocupa uma grande parte da nossa vida econômica, um terço que ocupa uma grande parte na nossa vida econômica, um serviço ineficiente, cheio de desperdícios, anti-econômicos e oneroso.

"Nós nos orgulhamos com as nossas riquezas potenciais quando nossa atitude deveria ser pô-las em valor. Esta coordenação se faz tanto mais necessária, dado aos pequenos recursos financeiros de que dispomos, a enorme extensão do nosso Território e mais a reduzida densidade demográfica do interland brasileiro. No nosso serviço marítimo atuam as empresas estatais do Loide Brasileiro e da Cia. Nacional de Navegação Costeira, além de outras menores de propriedade particular, como a Cia. de Comércio e Navegação. As duas empresas estatais transportam 50 por cento da nossa carga marítima e funcionam sob uma direção única, embora o Loide dependa do MVOP, e a Costeira seja subordinada ao Ministério da Fazenda. A direção única dá uma certa unidade aos serviços das duas empresas. O conjunto do Loide-Costeira opera quatro linhas: Porto Alegre-Manaus; Porto Alegre-Belém; Santos-Natal e Santos-Belém. As empresas particulares operam também em nossas costas. São as linhas de navegação de cabotagem. Para o exterior o Loide Brasileiro tem também linhas para o Norte da Europa, para o Sul da Europa e para os Estados Unidos da América do Norte, a saber: Linha Paranaguá ou Santos-Hamburgo; linha Santos-Gênova,

com quatro viagens mensais. A linha Paranaguá-Santos-Nova-York, com duas viagens mensais e a linha Paranaguá-Santos-Nova Orleans, com uma viagem mensal. O serviço está longe de ser perfeito e é muitas vezes agravado pelo congestionamento dos portos. A deficiência portuária se manifesta não só pelas deficiências físicas, mas também, e sobretudo, pelas deficiências humanas que eu chamarei de organização mental do trabalho. Em 1951 as perdas nos transportes marítimos por mercadorias estraviadas atingiram a doze milhões de cruzeiros. Com grandes esforços, estas perdas estão reduzidas atualmente a apenas um milhão de cruzeiros e a direção do Lóide Brasileiro acaba de fazer, na Inglaterra, um seguro para garantir o ressarcimento destas perdas. Os transportes fluviais são ainda pouco utilizados no Brasil. Apenas no Rio Grande do Sul, o transporte fluvial e lacustre têm certa extensão. Temos uma navegação fluvial na Baía do Prata, ainda muito deficiente; na Baía Amazônica, no médio e baixo São Francisco. As demais são ainda muito diminutas, não passando, geralmente, de atividades irregularmente praticadas por unidades isoladas.

"O sistema de transporte no Brasil é muito importante, grande quantidade de passageiros e um apreciável volume de mercadorias utilizam esse meio de transporte. É evidente que para a economia de paz o transporte aéreo é muito oneroso no que diz respeito às mercadorias menos pobres, no entanto, para o transporte de passageiros, não dada a sua grande rapidez e as enormes distâncias a serem percorridas, num país como o Brasil, este tipo de transporte tem prestado grandes serviços e exercido uma enorme influência nas nossas relações comerciais, sociais e culturais.

"Para se ter uma idéia do nosso tráfego aéreo, basta dizer que somente no Estado de São Paulo, em 1954, no movimento de passageiros transportados atingiu em números redondos, a um milhão e 120 mil,

sendo: embarcados — 506 mil, desembarcados — 621 mil e em transporte 94 mil. Em todo o Território Nacional o número de passageiros aéreos transportados em 1953, atingiu a 2 milhões e 611 mil. O volume de cargas transportado por avião atingiu a 83 mil toneladas no ano de 1953. Os transportes rodoviários constituem uma rede de magna importância, mas nem sempre bem coordenados com os outros tipos de transportes, sobretudo como o ferroviário, ao qual faz grande concorrência, que nem sempre pode ser taxada de leal. Existem no Brasil atualmente, 13.032 quilômetros de estradas de rodagem federais, 58.404 quilômetros de estradas estaduais e 266.766 quilômetros de estradas municipais. Estas últimas, muitas vezes, constituem mais caminhos, do que estradas propriamente ditas. As estradas pavimentadas constituem apenas 922 km de grupo de estradas federais, 1.330 no grupo de estradas estaduais.

"Nos anos de 53 e 54 através do D.N.E.R., foram dispendidos, respectivamente, três bilhões e sessenta e dois milhões de cruzeiros, e, três bilhões e cento e vinte milhões de cruzeiros, isto é, a arrecadação feita pelo Fundo Rodoviário Nacional, da qual 60 por cento é entregue aos Estados como cooperação, para constituição das duas redes rodoviárias e 40 por cento é dispendido diretamente pelo Governo Federal, através do D.N.E.R., ficando entretanto os Estados obrigados a cederem 12 por cento de suas cotas aos Municípios do seu Território. Além destas verbas, no orçamento da União, há sempre cifras ponderáveis para a rede rodoviária nacional. Entré o Rio e São Paulo o transporte rodoviário atinge diariamente, cerca de 10.000 toneladas de mercadorias e 3.500 passageiros. Infelizmente, para as ferrovias, o caminhão é o transporte ferroviário que não tem o ônus da infra e da super-estrutura, que não tem a obrigação de servir, senão a maior quantidade de transporte, mas certamente a melhor qualidade, isto é, o transporte mais remune-

rador. Existe, pois, uma disparidade de obrigações no transporte rodoviário e, o transporte ferroviário é grandemente prejudicial a este último. Convém mencionar que os oleodutos entre Santos e São Paulo aliviaram a Estrada de Ferro Santos Jundiá de um terço de sua carga, isto é, deixaram disponível para o transporte geral um terço de sua capacidade carregadora livre para para qualquer transporte. "Tendo dado assim uma idéia geral dos diversos tipos de transporte, vamos considerar o transporte ferroviário, que, sem dúvida alguma, é, e ainda o será por muito tempo, o mais importante dos meios de transporte para mercadorias em geral e, também, para passageiros quer do interior quer dos subúrbios. Segundo os dados que nos foi possível apurar, espera-se em 1955, um transporte ferroviário em todo o país de 85 milhões de passageiros para o interior, correspondendo a sete bilhões e quinhentos milhões de passageiros-quilômetros e um transporte de 40 milhões de toneladas, correspondendo a 10 milhões de toneladas quilômetro, no transporte rodoviário, 45 por cento desse custo corresponde a uma despesa em divisas, no transporte ferroviário, mesmo sendo feito com combustível importado, a parcela em divisas atinge apenas seis por cento. Aparece aí a vantagem nacional do incremento do transporte ferroviário de longo percurso, que é outro capaz de conduzir grande massa de mercadorias, com uma inegável economia, o que é importantíssimo num país de balanço de pagamentos grandemente deficitária. Existem no Brasil, aproximadamente, 37.032 quilômetros de estradas de ferro, dos quais 1.550 de estradas eletrificadas. As pequenas extensões eletrificadas, entre nós, tem uma significação muito má, pois somos um país de pequenas possibilidades no que diz respeito a combustíveis, tanto sólido como líquido e onde a tração elétrica deve ser mudada sempre que seja usada.

"Uma política de tarifas baixas foi criminosamente praticada no Brasil. Houve uma terrível incom-

preensão, uma verdadeira inconsciência na solução do problema, que deixou as nossas ferrovias com grandes deficits operativos, sem falar no deficit financeiro, pondo, com raras exceções, o funcionamento de nossas ferrovias à beira do colapso. Sabem, Vossas Excias. qual a receita da EFCB para transportar um passageiro a um quilômetro de distância? Esta receita é de 0,032 cruzeiros e o custo deste transporte é de 0,071 cruzeiro. Diante da proporção do tráfego suburbano e do tráfego do interior, têm Vossas Excelências uma explicação para o "deficit" de cerca de 10 bilhões de cruzeiros, que é a quanto monta o prejuízo que dão ao erário as ferrovias brasileiras.

O atual Governo chamou a si a tarefa impopular, mas construtiva, de reajustar as tarifas à realidade de nossa vida econômica e financeira. Devido à alta do dólar, tem havido uma recuperação do tráfego ferroviário, cujo aumento está sendo notado. Há estradas, como a Cia. Mogiana, a Rêde Ferroviária do Nordeste, E.F. Leopoldina, E.F. Santa Catarina e outras, que ainda não tiveram suas tarifas reajustadas, mas que deverão tê-las, para que a situação das mesmas se enquadrem melhor numa sã economia. Não será possível custear e fazer funcionar nossas ferrovias eficientemente, com serviço satisfatório, se não fizermos uma política clarividente, dando às estradas as tarifas necessárias para manter seus serviços. Há poucos dias, prestando informações à Câmara Federal, tive ocasião de informar àquela Casa do nosso Parlamento, que em 1954, o "deficit" operativo das estradas de ferro brasileiras atingiu à elevada cifra de 3.967.140.000 cruzeiros, de "deficit" operativo, ao qual devemos acrescentar um "deficit" financeiro de 5.400.000.000 cruzeiros, elevando portanto o "deficit" total da exploração à elevadíssima quantia de 9 bilhões de cruzeiros. Com raríssimas e honrosas exceções, as ferrovias brasileiras dão além de "deficit", um serviço extremamente precário e deficiente. Não correspondem, em absoluto,

áquilo que a produção brasileira exige. Ao invés de incrementar esta produção, os transportes a entram.

As causas dêste estado de coisas residem no equipamento deficiente, absoleto e desgastado e na administração estatal, com tôdas as suas pelas, com tôda a sua burocracia e freqüentemente, com as mais indébitas intervenções político-partidárias. Esta administração é, em maior ou menor dose, o fator de muitos, direi mesmo, da maioria dos nossos males.

As estradas de ferro brasileiras não fazem substituição dos trilhos, dos dormentes, e não mantêm o lastro como seria de desejar, devido não só à impossibilidade pecuniária de fazê-lo, mas, também, diante das dificuldades em serem materiais necessários. Há estradas cujos trilhos têm dezenas e dezenas de anos, ocasionando freqüentes desastres e obrigando a administração, se ela for prudente, a limitar as velocidades máximas praticadas nos diversos trechos. Grande parte das nossas ferrovias ainda tem leito de terra e não pode colocar um lastro de pedra, como é de regra, não só para evitar a poeira que tanto desgasta o material e perturba o conforto do passageiro, como para dar maior elasticidade à super-estrutura, com grande benefício para o material rodante.

Com fins demagógicos, foram mantidas tarifas anacrônicas e pouco remuneradas, para as ferrovias estatais e, conseqüentemente, para as poucas ferrovias particulares que ainda existem no Brasil. Esta política malsã levou as nossas ferrovias a um estado de desgaste, de depauperamento que estão à beira, à vizinhança do colapso, como disse à pouco e me desculpo pela insistência. Para mostrar como esta administração aberra do senso comum, basta fazer notar que para uma receita total de 6 bilhões de cruzeiros, houve em 1954, uma despesa, com pessoal apenas, de 7 bilhões de cruzeiros. Neste mesmo período, as despesas com combustíveis ou energia, atingiram o valor de um bilhão e 200 milhões de cru-

zeiros. Os materiais empregados no custeio e renovação das nossas ferrovias atingiram a 2 bilhões e 400 milhões de cruzeiros. Vemos que, para uma despesa total de 10 bilhões de cruzeiros, a receita foi apenas de 6 bilhões e o "deficit" operativo e financeiro somados, atingiu a cifra de 10 bilhões de cruzeiros em algarismos redondos.

Na administração pública passam-se fatos verdadeiramente estarrecedores. O processamento do ingresso da admissão de um engenheiro chega a levar, às vezes, oito meses. O que se pratica de injustiça para com o pessoal humano que trabalha nas estradas, toca às raias do ridículo. Salário insuficiente para uns e exagerado para outros. Cito como exemplo a receita de um prático-mor no Rio de Janeiro que atinge a cifra de 60 a 70 mil cruzeiros mensais, segundo informes que tenho. A política de querer conferir direitos, sem ditar deveres, leva a fatos profundamente perturbadores. Citarei o caso do pôrto de Manaus, construído em 1910, na época áurea da borracha. Este pôrto tem as mesmas instalações, o mesmo equipamento que naquela época e manipula a mesma quantidade de carga. Pois bem, meus Senhores, no pôrto de Manaus, os navios hoje demoram cinco vezes mais do que em 1910 para serem descarregados.

Para cortejar as massas pouco esclarecidas, faz-se a política das tarifas baixas, geradora dos "deficits" a que nos referimos. E de se perguntar: quem paga êsses "defits"? O "deficit" é pago pelo contribuinte geral, isto é, por cada um de nós. Assim é que, quando um de nós viaja de São Paulo para o Rio, pela Central do Brasil, um pobre ribeirinho do Amazonas, paga uma parte de nossa passagem. Esquecem-se os contribuintes, os usurários que, se nesta passagem eles têm um preço reduzido, outros brasileiros estão pagando uma parte dela através dos impostos. Pagam pelos serviços que não usam. Mas o viajante que se beneficiou com o preço baixo da passagem Rio-São Paulo, deve lembrar-se que ele também

contribui com certa importância, no valor da passagem de outros viajantes que trafegam entre Rio-Belo Horizonte, Recife-Aco-Verde, Salvador-Juazeiro ou Baurú-Campo Grande.

Além da injustiça que o fato por si só constitui, ele conduz a uma desordem administrativa e financeira, que está conduzindo o País ao caos. Uma parcela do selo do Imposto de Consumo da caixa de fósforo adquirida por um operário do Amapá é para pagar a viagem que faz um usurário na Rêde Ferroviária do R.G. do Sul. Não seria meus senhores, mais justo que o usurário, que faz a viagem entre Rio e São Paulo ou que faz uma viagem pela Rêde Ferroviária do R.G. do Sul, pagasse ele próprio o verdadeiro custo da passagem?

O abandono ao qual foram lançados os serviços ferroviários brasileiros, a administração inadequada que tiveram, dado o ambiente de rotina e de pouca ordem que existe na administração pública; a falta de custeio e de renovação do material, conduziram à extrema ineficiência as nossas ferrovias, dificultando o transporte, entravando a produção e aumentando o custo de vida.

Diante dêste quadro dramático, devemos agir com dessasombro, com coragem, para reparar os males apontados e repor a ferrovia brasileira no ponto alto do qual ela nunca deveria ter descido. Para isto, propusemos aos Srs. Deputados da Câmara Federal dez pontos que, a nosso ver, constituam o esquema básico para recuperação das ferrovias nacionais de propriedade do Estado. Não irei repetir a Vossas Excias. aquele "decalogo", mas apenas insistir, esclarecer sobre alguns dos seus itens mais importantes. Em primeiro lugar, quero me referir à criação de um Conselho Superior de Transporte, cuja missão, como já disse, será de harmonizar, coordenar, orientar a política brasileira de transporte, para que saibamos onde devemos ir e para onde estamos indo, em matéria de transporte geral. Não há dúvida que a criação de um tal organismo,

no qual todos os interesses seriam representados, fará com que os diversos sistemas se completem e não se destruam como atualmente acontece. Não se trata de um organismo oneroso. Dêle farão parte interessados econômica e tecnicamente no assunto, para trabalharem com espírito público.

Em segundo lugar me referirei à criação da Rêde Ferroviária S.A., cuja lei tramita atualmente no Senado Federal e está em fase de receber emendas para que se enquadre na realidade da nossa economia e da nossa produção. Deverá ter esta organização independência pública e a tornem tão imune quanto possível das interferências indébitas da política partidária, permitindo a progressiva recuperação das nossas ferrovias, dentro de um esquema realístico e das normas de sua administração. Deverá ser também garantida às rêdes ferroviárias uma continuidade administrativa, mesmo que se verifiquem flutuações políticas.

Fiz referência — continuou o conferencista — em certo item do decálogo, à necessidade de empréstimos, de operações de crédito, tanto em moeda nacional, como em divisas, para socorrer a nossa combalida rêde ferroviária. Todos compreenderão que, depois de ter-se deixado em tal estado de desgaste o nosso sistema ferroviário, o nosso aparelhamento ferroviário, ele requer uma reforma quase total para que se torne de novo um aparelho eficiente e à altura das nossas necessidades e da grandeza que almejamos para o Brasil.

Finalmente, referir-me-ei a um outro item, da proposta que fiz para corrigir os males do nosso sistema de transportes. Trata-se da formação e seleção do pessoal de toda a categoria para que, além do equipamento mecânico de que necessitamos adquirir e aperfeiçoar, tenhamos também o equipamento humano capaz de utilizá-lo, de fazê-lo funcionar eficientemente. A formação e seleção do pessoal estão na base de qualquer processo moderno de administração e o administrador que assim não proceder, terá fa-

lhado numa das suas principais funções. Vêem, Excelências, que o quadro, apesar de sombrio, nada tem de desolador, e o homem que não tem ânimo para resolver as dificuldades que se apresentam sobre o seu caminho é um vencido e não é de homens assim que o nosso país, que a nossa sociedade precisam. Ao contrário, precisamos de homens dispostos para a luta da renovação do nosso aparelho de circulação, sem o que a esclerose dominará a vida econômica brasileira com os maiores prejuízos de ordem política, social e econômica. Como Vossas Excelências poderão constatar, o problema é um problema de organização, é um problema de líder, de liderança, é um problema de comando. Muito mais do que um problema de comando. Muito mais do que um problema político, porque é um problema do Estado. Para resolver esse problema, é necessário da parte dos dirigentes que mudemos a nossa mentalidade política e que os homens públicos

busquem o seu prestígio nos serviços que prestam ao país e não nos empregos que arranjam para seus apaniguados. É preciso que os homens responsáveis pela administração pensem no Brasil, antes de pensar nêles próprios. É preciso que os homens de responsabilidade se compenetrem de que os cargos públicos são cargos de sacrifício e de trabalho e que eles trabalhem e se sacrifiquem. É finalmente preciso que os dirigentes se convençam de que não se pode servir a dois senhores: a popularidade e ao interesse público. Um dos dois deve ser abandonado.

Após estas considerações quero afirmar que confio no Brasil e na sua gente, tão bem representada pelo povo paulista, cujo labor, cuja perseverança e esforço construiu nossa portentosa capital, convergência de um "hinterland" extraordinário, que nos legaram nossos maiores e que nós manteremos, provando o nosso espírito público e a nossa decisão de vencer."

IRMÃOS CARVALHO

COMISSÕES, CONSIGNAÇÕES E CONTA PRÓPRIA

REPRESENTAÇÕES S.A.

FUNDADA EM 1929

MATRIZ — Rio de Janeiro — Av. Rio Branco, 26-A — 10º

Caixa Postal, 2182 — End. Teleg.: "ALPHA"

Telefones: 23-0860 e 43-6165

São Paulo — Rua Miguel Carlos, 68 — Caixa Postal, 3281

Telefones: 37-1161 e 34-7668 — End. Teleg.: "BETHA"

Santos — Praça da República, 37 — Caixa Postal, 909

Telefone: 2-5533 — End. Teleg.: "GAMA"

Belo Horizonte — Avenida Afonso Pena, 526 — 11º

S. 1101-1102 — Caixa Postal, 160

Telefone: 2-2490 — End. Teleg.: "DELTA"

RECURSOS MINERAIS DO CONTINENTE AMERICANO

Cel. JOSÉ VALENÇA MONTEIRO

A medida que as nações se industrializam e vão se tornando potências econômicas e militares, mais avultam as indústrias químicas e metalúrgicas e, conseqüentemente, a preponderância das matérias-primas minerais sobre as animais ou vegetais: não somente dos minerais não metálicos que alimentam essencialmente as indústrias químicas e as de materiais de construção civil, como sobretudo dos minerais metálicos que se destinam quase que exclusivamente às indústrias de construções metalúrgicas e mecânicas, aí incluídas as de material bélico, material elétrico e de comunicações, e as de meios de transportes (veículos rodoviários, navios, aviões, locomotivas e vagões ferroviários, etc.).

São precisamente as indústrias químicas, metalúrgicas e mecânicas, que fornecem os meios principais de guerra: de combate, de transporte e de comunicações. É evidente que não são de menor importância, as indústrias de alimentação, fiação e tecelagem, vestuário, cortumes e calçados que utilizam matérias-primas vegetais e animais.

Por ser desigual ou irregular a distribuição dos minerais pela superfície terrestre, não existe conseqüentemente nenhuma Nação auto-suficiente, isto é, capaz de produzir tudo com os próprios meios, mesmo que detenha ou domine vastas áreas territoriais e possua notáveis recursos dos três reinos da natureza.

Desta maneira, poderosas nações industriais ou potências militares, como são os EE.UU., a Comunidade Britânica, a União Soviética e a União Francesa, embora detento-

res de imensas áreas e, grosso modo, de três quartos do total das matérias-primas mundiais, têm ou terão de procurar inexoravelmente os recursos complementares, fora dos limites dos seus respectivos territórios, a fim de alimentarem a fome crescente e voraz dos seus gigantescos parques industriais em contínua evolução.

Não é, sem razão, que os citados países se intitulam "Os Quatro Grandes". Outras nações como a Alemanha, Japão, Itália, Polônia, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, Holanda, Suíça, Noruega embora já bastante industrializadas, não possuem nem áreas dos Quatro Grandes, nem os seus recursos naturais.

Entre os países maiores possuidores de áreas territoriais e de recursos naturais, destacam-se ainda, além dos Quatro Grandes citados, a China, o Brasil e a Índia, cujo desenvolvimento industrial é porém ainda incipiente.

Entre os continentes do mundo, sobressaem-se o americano e o africano como os principais detentores de recursos naturais.

No continente americano, o aproveitamento dos recursos naturais atinge maior amplitude nos EE.UU., Canadá e México.

Todavia, os recursos naturais da América Central (menos o México) e os da América do Sul se encontram, ainda, em sua grande totalidade, desconhecidos e por isso praticamente inexplorados, tal como em grande parte do território africano.

A exploração e produção de recursos naturais nesta parte do continente, apesar de se terem acentuado, particularmente, durante o

período da 2ª Grande Guerra, a fim de atender as enormes demandas das indústrias, sobretudo bélicas e alimentícias das Nações Unidas envolvidas no tremendo conflito, vêm sofrendo, na atual conjuntura, uma sensível diminuição, e isto se explica principalmente pela rarefação de técnicos e de capitais estrangeiros que naturalmente se retraem e buscam outras paragens, em face do impetuoso ressurgimento de um nacionalismo xenófobo, agressivo, desconfiado e contraproducente, em um grande número de países centros e sobretudo sul-americanos.

Em consequência, é para o vastíssimo território colonial africano que estão sendo agora canalizados ou desviados, em grande maioria, os investimentos de capitais e também técnicos em geologia e mineralogia, agrônomos, botânicos, etc., norte-americanos, e ingleses, franceses, belgas, etc., visando uma exploração, em escala larga e crescente, das imensas possibilidades naturais do continente negro, a bem dizer ainda mal tocadas (Para o Médio Oriente, quanto à exploração do petróleo).

Se se tornam pois insuficientes ou lentas a exploração e industrialização dos notáveis recursos naturais dos países sul-americanos, daí resulta logicamente para os mesmos, não obstante o esforço e a tenacidade dos nacionalismos exagerados, uma evolução bastante retardada em relação a dos demais países progressistas do mundo.

Estamos atravessando uma época de notáveis descobrimentos científicos e técnicos, em que as nações terão de trabalhar e produzir muito, com rapidez, a fim de acompanhar o ritmo do progresso mundial.

Exatamente, no momento presente, é que os países sul-americanos sub-desenvolvidos como o Brasil, Argentina, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Chile, Equador e Paraguai, mais necessitam de técnicos e de capitais externos para que possam financiar e realizar grandes empreendimentos que demandam equipamentos vultosos e altamente especializados, de importação, destinados à exploração, refinação e

distribuição do petróleo, a mineração e industrialização do carvão, ferro, manganês, bauxita, cobre, chumbo e outros minerais metálicos e não metálicos, a construção de grandes centrais hidro e termo-elétricas, à implantação de indústrias básicas eletroquímicas, eletrometalúrgicas e de construções mecânicas, ao melhoramento das vias de transporte marítimo, ferroviário, fluvial, aéreo, etc. Somente para a exploração, refinação e distribuição do petróleo, as reais necessidades brasileiras exigirão uma inversão de capitais da ordem de um a dois bilhões de dólares, durante um decênio.

* *

A segunda conflagração mundial constituiu-se num sorvedouro de produtos manufaturados e consequentemente também de matérias-primas, de origem mineral principalmente, e, assim, continua sendo na atual guerra fria e psicológica, pois que as grandes nações se preparam febrilmente para a eventualidade de um novo conflito mundial, a fim de não serem surpreendidas militarmente.

Países há, como os EE.UU., indiscutivelmente a maior potência industrial e militar do mundo, possuidora de vasta área territorial contínua e de imensos recursos naturais (entre os quais se destacam os elementos energéticos fundamentais: petróleo, carvão e potencial hidráulico) que justamente ficam alarmados ante o progressivo aumento de consumo das matérias-primas exigidas, em quantidades cada vez maiores, pelos seus enormes e respectivos parques industriais. Isto, evidentemente, deve contribuir para torná-los cada vez mais dependentes do comércio internacional, isto é, da importação de matérias-primas.

Com efeito: 12 minerais que antes da 2ª Guerra Mundial eram tidos como "estratégicos" para os EE.UU., elevaram-se a 60 no decurso do último conflito e tiveram de ser adquiridos de 53 países diferentes, situados nos vários conti-

nentes. Presentemente este número deve ser bem maior.

A atual auto-suficiência estadunidense reduz-se ao asfalto, carvão de pedra, enxofre, boratos, fosfatos, salgema ou marinho e particularmente ao "Molibdênio", entre os minerais de maior importância.

Entre os que necessita importar, em maiores ou menores quantidades, avultam particularmente os seguintes:

— Manganês, cromo, níquel, estanho, titânio, tungstênio, tântalo, berilo, cristal de rocha, diamantes e carbonados, cobalto, mercúrio, platina, amianto, antimônio, fluorita, grafita, monazita, tório, urânio, vanádio, arsênico, bauxita, pirita, potássio, salitre, bismuto, corindon, etc.

É interessante ressaltar, ainda, que apesar de ser o maior produtor mundial de magnesita, mica, petróleo e de minérios de ferro, cobre, cádmio, chumbo, lítio e zinco, e um dos maiores de bauxita, prata e ouro, os EE.UU. necessitam igualmente importar notáveis quantidades destes minerais, a fim de complementar as necessidades verdadeiramente fabulosas do seu poderoso parque industrial.

* *

Não faz muito tempo que o Governo dos EE.UU. esteve particularmente interessado na concretização de uma proposta da Reynolds Metal Co., tão útil ao nosso país, no sentido de montar uma grande fábrica de alumínio metálico na região da cachoeira de Paulo Afonso, que custaria 150 milhões de dólares e que iria consumir uma energia da ordem de 180.000kw (correspondentes à segunda fase de construção daquela usina hidrelétrica) e produzir 90.000 toneladas anuais de lingotes que seriam, em sua quase totalidade, adquiridos pelo governo norte-americano. É profundamente lamentável que tal proposta, embora fortemente apoiada pelos ilustres e esclarecidos enge-

nheiros brasileiros que dirigem a CHESF (Dr. Marcondes, Dr. Antônio Alves de Souza e Gen. Berenhauer) fôsse criticada por outros brasileiros não menos ilustres, sob o fundamento de que o Nordeste ficaria desfalcado de apreciável fração da energia de Paulo Afonso, quando, em verdade, o potencial hidráulico do baixo S. Francisco é da ordem de 2.500.000kw ou seja 14 vezes superior a energia que seria desviada para a referida usina de alumínio. Em consequência de tais críticas, divulgadas pela imprensa, as autoridades de então, do nosso país, por elas se deixaram influenciar, como no caso do petróleo, e a proposta que daria ao nosso país, uma das maiores fábricas de alumínio da América e do mundo, ficou infelizmente para nós brasileiros, sem solução.

Se havia desvantagens, muito maiores seriam as vantagens advindas da instalação no Nordeste, de tão importante e básico empreendimento industrial, sabido que a metalúrgica do alumínio é das mais difíceis que se conhece. Teriam ainda os nossos patricios, a excelente oportunidade de se especializarem em tão difícil técnica, além do que um sem número de fábricas de produtos secundários, civis ou militares, se ergueriam forçosamente em torno da Grande Usina, para consumirem os seus lingotes de alumínio.

A redenção econômica do Nordeste e o progresso industrial do país se viram, assim, singularmente prejudicados e retardados, com tão estranha economia de eletricidade, cujo potencial disponível excede as necessidades de consumo de toda a região a ser servido pela CHESF, até a virada deste século, segundo opina o Gen. Berenhauer. E mesmo que fôsse esgotado todo o potencial hidráulico da região de Paulo Afonso, em futuro tão remoto já se poderia fazer apelo a energia atômica para a produção de eletricidade, como já está ocorrendo nos EE.UU., Rússia, Inglaterra e França, ou mesmo à energia elétrica de origem térmica, no caso de serem positivadas as probabilidades de existência de grandes reservas petroli-

feras e carboníferas nas bacias do Amazonas, Paraná e Parnaíba.

* *

Das Guianas estão sendo exportados anualmente para as grandes usinas de alumínio do Canadá e dos EE.UU., quase cinco milhões de toneladas de bauxita.

A maior parte da enorme produção de cobre do Chile (2º lugar no mundo) é igualmente exportada para os EE.UU.

Cinco a dez milhões de toneladas de minério de ferro venezuelano estão sendo dirigidas anualmente para as mais importantes usinas siderúrgicas norte-americanas e, futuramente, serão 15 milhões. Cerca de quatro milhões de toneladas, do Chile e do Brasil, estão sendo anualmente embarcadas para aquela grande nação. Por seu turno, o Canadá lhes fornece grandes partidas de minério de ferro, oriundas do Labrador. E a Libéria, na África, também.

Grandes remessas de chumbo e zinco são encaminhadas igualmente do Canadá, México, Peru e outros países, para serem sorvidas pelas indústrias metalúrgicas norte-americanas.

Vários outros minerais são igualmente exportados para os EE.UU. procedentes de outros países situados nos diversos continentes, principalmente dos continentes americano e africano.

Um dos minerais de maior consumo especial nos EE.UU. é o manganês, talvez o seu mineral estratégico n. 1 e, em outras palavras, o seu calcanhar de Aquiles.

Em toda a América, é o Brasil o maior detentor ou produtor deste minério.

São das mais importantes do mundo, as reservas brasileiras (cerca de 200 milhões de toneladas), somente excedidas pelas da União Soviética (650 milhões) e da Índia. Assinala-se que a Rússia não vende o seu manganês aos EE.UU. e que grande parte da produção indú se destina a Comunidade Britânica e principalmente a Inglaterra.

Outros minerais importantes de particular interesse para a grande nação da América do Norte, são: Cromo, níquel, tungstênio, titânio, tântalo, monazita, tório, zircônio, berilo, cristal de rocha, mica, diamantes, carbonados, bauxita, etc., de que o Brasil é exatamente um grande produtor senão o grande detentor de toda a América.

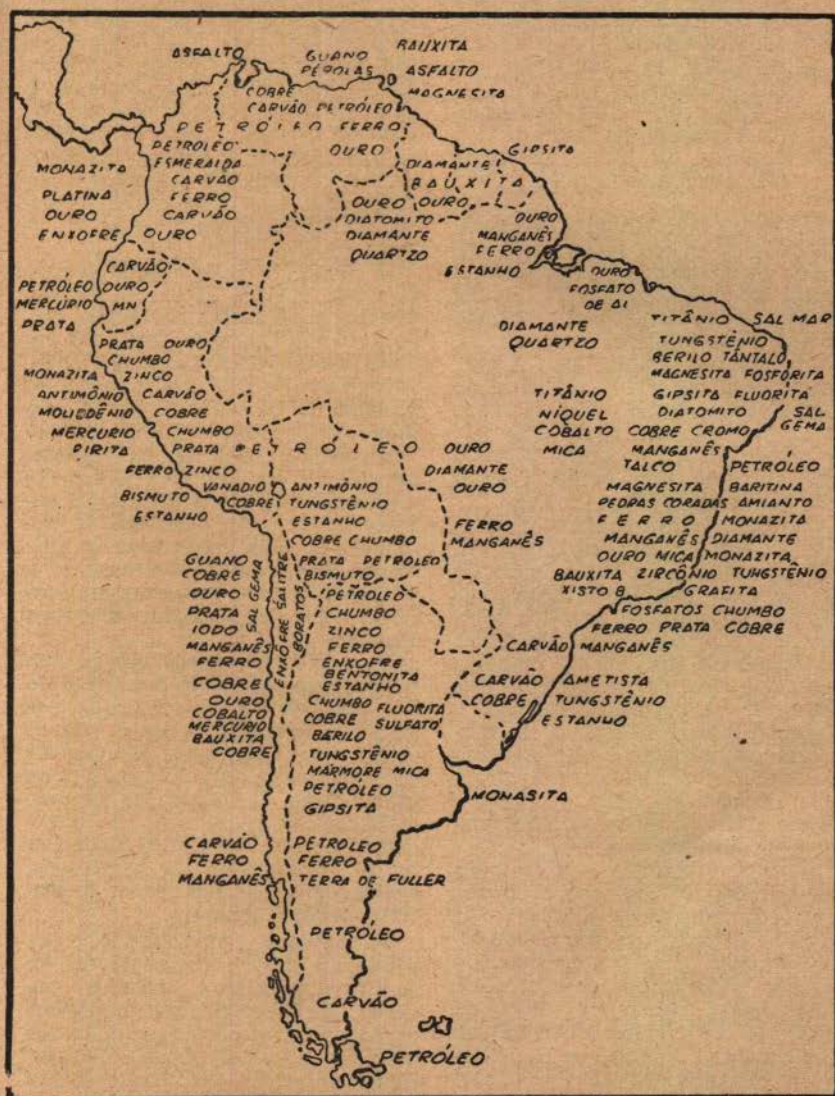
Apenas quanto ao níquel, somos bastante sobrepujados pelo Canadá que é o quase único produtor mundial e grande fornecedor dos EE.UU., apesar de possuirmos em Goiás, consideráveis depósitos deste minério, ainda inexplorados, por falta de transportes.

Sem aludir a notáveis matérias-primas vegetais de que o Brasil é também grande possuidor e produtor, verifica-se pois como são importantes os instrumentos com que o Brasil pode contar a fim de negociar largamente com os EE.UU., de igual para igual, fornecendo-lhes preciosas matérias-primas e deles recebendo os indispensáveis equipamentos para a exploração das nossas fontes naturais de energia e o incremento da indústria pesada de que tanto carece a nossa segurança.

* *

Para ter-se uma idéia objetiva do apreciável aumento de energia elétrica ultimamente instalada em nosso país, basta dizer que a sua atual potência já é da ordem de 3.000.000kw, entre usinas hidro e termo-elétricas, quando há cerca de dois anos antes, era da ordem de 2.000.000kw. Somente, nos últimos meses, foram instalados:

- 330.000kw da Usina Forçacava n. 1, hoje Nilo Peçanha, da Light Rio;
- 200.000kw da Usina Piratinin-ga, da Light São Paulo;
- 120.000kw (e dentro de alguns meses mais 60.000) da CHESF;
- 50.000kw da Usina Salto Grande, no Rio Santo Antônio, em Minas Gerais, que começará a funcionar no segundo semestre deste ano;



Principais recursos minerais do continente sul-americano

- 30.000kw da Usina Carioba, em Americana, no Estado de S. Paulo;
- 25.000kw da Usina Itutinga, no Alto Rio Grande, também em Minas Gerais;
- 18.000kw da Usina Piáu, em Minas Gerais;
- 7.000kw da Usina Mucuri, em Fortaleza, no Ceará;
- 4.000kw da Usina Tronqueiras, em Minas Gerais.

Em curso de instalação se encontram várias outras centenas de milhares de kw para próxima inauguração, nos Estados de S. Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Bahia, Ceará, etc. Em projeto, no Plano Nacional de Eletrificação, estão, não centenas de milhares, porém milhões de kw, de maneira a assegurarem ao nosso país, até 1965, uma potência instalada pelo menos dupla da atual.

Em matéria de potencial hidráulico, as possibilidades do Brasil são extraordinariamente altas, mais do que se lêem nos livros e revistas oficiais. Na opinião do Gen. Bernehauser, com os desvios de águas de uma bacia para outra, regularização dos rios, aproveitamento das barragens de regularização, etc., o potencial hidráulico mínimo do Brasil que oficialmente é da ordem de 16,5 milhões de kw poderá alcançar o dobro dessa cifra.

Com efeito, o Salto de Sete Quedas pode fornecer 5 milhões de Cv; o Baixo S. Francisco e a Bacia do Rio Paraíba do Sul podem fornecer, cada um, de 3 a 4 milhões de Cv; as bacias do Rio Grande e do Parnaíba, os formadores do Rio Paraná, poderão fornecer..... 3.500.000kw, ou sejam cerca de 4.600.000 Cv; a bacia Amazônica 3.500.000 Cv; o Salto de S. Maria ou do Iguaçu 3.000.000 Cv; Cubatão 1.200.000 Cv; aproveitamentos outros no Tietê — Mais 1.000.000 Cv; Cachoeira Urubupungá no Rio Paraná 650.000 Cv; barragem de regularização de Três Marias, no Alto São Francisco 650.000 Cv; aproveitamentos diversos no Rio Parapanema 550.000 Cv; idem no

Ribeira do Iguaçu 550.000 Cv; Alto Rio Doce 300.000 Cv; Rio Paraopeba 200.000 Cv; Rio Santa Maria, no Espírito Santo 135.000 Cv; desvios das águas dos Rios Negro e Negrinho para o Atlântico 135.000 Cv; Rio Grande (afluente do S. Francisco), Rio Corrente e Salto da Divisa (Rio Jequitinhonha) 100.000 Cv cada; Salto do Estreito no Rio Uruguai e Sistema do Salto no Rio Grande do Sul 80.000 Cv cada, etc., etc. Somente os recursos citados totalizam cerca de 28 milhões de Cv.

O Brasil, na pior das hipóteses, se situa em 7º lugar no mundo, quanto a potencial hidráulico disponível: 1º) Congo Belga, 90 milhões de Cv; 2º) União Soviética, 78 milhões de Cv; 3º) Canadá, 40 milhões de Cv; 4º) Índia, 39 milhões de Cv; 5º) E.E.U.U., 35 milhões de Cv; 6º) Congo Francês, 35 milhões de Cv; 7º) Brasil, 28 milhões de Cv; 8º) China, 22 milhões de Cv; 9º) Noruega, 16 milhão de Cv. Os livros, todavia, atribuem, com natural otimismo, o 4º lugar ao nosso país, com omissão do Congo Belga, Índia e Congo Francês.

Dispondo, já, o nosso país de uma potência instalada, de 3 milhões de kw, mais que a da Argentina e Chile reunidos, torna-se urgente que se cuide agora, com mais intensidade e seriedade, da questão correlata da implantação de indústrias básicas, metalúrgicas e químicas, de particular interesse econômico e também militar, bem como da exploração, em maior escala, das fontes de matérias-primas minerais.

Na região de Paulo Afonso, e nos principais centros consumidores do Nordeste (Recife e Salvador) poderão, por exemplo, ser instaladas, entre outras, as seguintes indústrias químicas e metalúrgicas: Alcalis, Ácidos minerais, fertilizantes nitrogenados e fosfatados, carburetos de cálcio e silício, aproveitamento de subprodutos petrolíferos, metalurgia do alumínio, cobre, magnésio, tungstênio, estanho, ferros ligas e aços ligas; ligas metálicas leves, carburetos de tungstênio, tântalo, titânio, etc.

Entre as indústrias de origem vegetal, poderão ser criadas ou desenvolvidas particularmente as de celulose e papel, álcool, borracha sintética, cordoalhas, óleos, têxteis, etc.

Como principais recursos do nosso país, além do potencial hidráulico já referido, destacam-se os seguintes :

- o minério de ferro, cujas reservas são estimadas em cerca de 100 bilhões de toneladas (só as de Minas e Mato Grosso), apenas inferiores no mundo às da União Soviética, orçadas pelos próprios russos em 250 bilhões de toneladas ;
- o minério de manganês, cujas reservas conhecidas são avaliadas em cerca de 200 milhões de toneladas (só as de Mato Grosso, Amapá e Minas), apenas inferiores no mundo às da União Soviética e às da Índia ;
- a bauxita de Poços de Caldas, com reservas da ordem de várias dezenas de milhões de toneladas ;
- a magnesita do Ceará e da Bahia, com reservas de um bilhão de toneladas aproximadamente ;
- o crista de rocha, os diamantes e carbonados, as pedras coradas, o berilo e a mica de várias regiões do país e principalmente de Minas, Bahia e Goiás ;
- a scheelita, a tantalita-columbita e minérios de lítio, da borborema ;
- o minério de níquel de Goiás e Minas ;
- as areias monaziticas do litoral baiano, espírito-santense e fluminense, e as do Rio Açu no Rio Grande do Norte ;
- as areias diatomáceas do Nordeste ;
- os calcários e mármore, o talco, o caulim e o feldspato, de vários pontos do país ;
- a gipsita, o salgema e o sal marinho do Nordeste ;
- os fosfatos de Minas. S. Paulo, Pernambuco e Maranhão ;
- o tório, urânio e o zircônio de vários pontos do país ;
- os xistos e folhelhos betuminosos do Sul do País (de São Paulo ao Rio Grande do Sul).

Além disso, possui ou produz também : carvão, lenhito, amianto, arsênico, baritina, corindon, cromo, estanho, fluorita, grafita, granada, ouro, terra fuller, uranita, etc.

Todavia bem menor que a dos EE.UU. é a auto-suficiência do nosso país, apesar da grande área territorial que equivale a daquela nação. Com efeito, há carência de carvão e petróleo (em super-abundância nos EE.UU.) e também de certos minerais essenciais às indústrias metalúrgicas e Químicas, tais como : cobre, chumbo, zinco, estanho, enxofre, pirita, boratos, nitratos, antimônio, mercúrio, platina, potássio, cobalto, molibdênio, vanádio, iodo, etc. Tais deficiências devem acentuar-se em consequência do atual surto de industrialização que determinará, por certo, um sensível aumento de consumo de matérias-primas minerais. Como se verifica, o Brasil encontra sérias dificuldades para desenvolver as indústrias metalúrgicas de primeira fusão do cobre, chumbo, zinco, estanho e as indústrias químicas dos ácidos minerais, pólvoras e certos fertilizantes químicos (à base de nitrogênio e potássio).

Quanto às indústrias siderúrgicas possui a quase totalidade das matérias-primas essenciais e necessárias à fabricação do ferro e dos aços ligas ; o carvão mineral que dispõe no Sul do país não é porém de boa qualidade, mas essa dificuldade está sendo gradativamente dominada pelos técnicos e pelas providências da alta administração do país.

Existe, entretanto, uma dificuldade nacional que supera todas as demais e que necessita, quanto antes, ser removida, tais são as funestas consequências que poderão resultar, contra o progresso e a segurança do país. É de tal magnitude que se constituiu no tema principal mais debatido e controvertido de todas as questões econômicas de interesse

nacional. É o assunto quase obrigatório de todas as conversações, entre congressistas, nos meios civis e militares e até mesmo nas classes estudantis, é em suma o problema econômico de base n. 1 do País, que está exigindo elevada compreensão e esforços máximos das elites dirigentes, e grandes sacrifícios do povo brasileiro, a fim de que possa ter solução imediata, em curto prazo: a exploração, em larga escala, do petróleo (e também do carvão), provavelmente existentes, em quantidades consideráveis, nas bacias dos Rios Amazonas, Paraná, Paraguai e Parnaíba, em particular na primeira.

Não devemos permitir que o petróleo continui adormecido e inaproveitado no sub-solo, sem dar-lhe as devidas e amplas aplicações dinâmicas, das quais resulta o real progresso das nações (gerar energia em usinas termo-elétricas, mais fáceis de construir que as hidrelétricas, desenvolver a produção pela maior utilização de máquinas agrícolas e de máquinas e motores industriais, e intensificar os transportes de toda a natureza (marítimos, fluviais, aéreos, ferroviários e rodoviários).

Manter, pois, as jazidas de petróleo aproveitadas insuficientemente por excesso de zelo nacionalista ou por economia, como no caso da Uzi-na de Alumínio que deixou de ser montada em Paulo Afonso (e que agora já estaria inaugurada, conjuntamente com o segundo grupo de três unidades geradoras, ou seja um total de 360.000kw em lugar dos 180.000kw atuais) somente trará prejuízos incalculáveis ao nosso país ávido de energia, de produção e de transportes; é tornar a nossa evolução demasiadamente lenta, face as grandes nações industriais da Terra, algumas das quais já estão com meio e até um século de avanço sobre o nosso. Com efeito, o Brasil produz em ferro e aço, hoje, o que os EE.UU. produziam, perto de um século antes.

Os EE.UU., não obstante o seu vasto potencial hidráulico, por sinal aproveitado em sua maior parte, tem os 3/4 da sua energia elétrica

gerada em centrais termo-elétricas que consomem principalmente carvão e combustíveis oriundos do petróleo. Mais da metade das suas indústrias são acionadas pela energia elétrica, em sua grande maioria de origem térmica.

Além disso, o consumo de produtos petrolíferos aumenta também, com a utilização sempre crescente de navios, aviões, locomotivas diesel, cominões, etc., que assim fazem circular a produção de maneira intensa em todas as direções, interna ou externamente, e assim gerar a verdadeira riqueza e o progresso do país.

No caso do Brasil, de início devemos considerar que a sua atual produção de petróleo bruta é da ordem apenas de 100.000 toneladas por ano, enquanto a sua atual demanda de produtos petrolíferos se aproxima dos 10 milhões de toneladas ano, quase cem vezes mais ou seja um pouco menos que o consumo da Argentina.

Em 1945, por exemplo, o Brasil consumia 1.807.426 ton. e em 1953 alcançava já a elevada cifra de 7.981.261 ton., ou seja cerca de 4,4 vezes mais, no curto prazo de oito anos. Se mantida esta progressão, em 1955 o consumo deverá ser da ordem de 10.000.000 ton. e em 1965 da ordem de 20.000.000 ton.

Temos pois, aí, uma indicação das mais objetivas e reais do crescimento vertiginoso das necessidades gigantescas de consumo nacional de produtos petrolíferos, tal é a ânsia incontida de progresso da grande nação brasileira.

Somente para o atendimento autárquico das suas necessidades anuais de consumo, o Brasil já deveria estar produzindo cerca de 10 milhões de ton. Em 1965, 1975, 1985 e ano 2000 as suas colossais necessidades, sempre crescentes, poderão ser estimadas respectivamente em 20 milhões, 40 milhões, 70 milhões e mais de 100 milhões de ton.

Mesmo consumindo ou produzindo na virada deste século 100 milhões de ton. de produtos petrolíferos, ainda assim terá alcançado apenas uma cifra que é três vezes menos que a atual produção ou con-

sumo dos EE.UU., e tanto quanto a dos EE.UU. em 1923 ou da atual produção da Venezuela, onde existem 12 grandes empresas exploradoras com uma inversão total da ordem de três bilhões de dólares. Somente em 1952, foram invertidos aí 330 milhões de dólares.

É evidente que a natureza não dá saltos e o Brasil não poderá passar instantaneamente e com o único esforço de uma empresa, de 50 a 100 pequenos poços produtores (como são os do Recôncavo Baiano) para 2.000 grandes poços produtores ou mais (como são os do Lago Maracaibo da Venezuela e possivelmente os futuros da Bacia Amazônica) ou seja, de uma produção correspondente a 100 mil para a de 20 milhões de ton. de petróleo bruto. Para que tal aconteça muitos anos serão decorridos, talvez uma década, se se utilizar uma imediata e substancial ajuda externa de capitais, equipamentos e técnicos experimentados; de quatro a cinco décadas porém, se nos limitarmos aos recursos nacionais; e, neste caso, quando a produção tiver alcançado os 20 milhões de toneladas de petróleo bruto, as necessidades nacionais de consumo, deverão estar atingindo (no final deste século) 100 milhões de toneladas, isto é, cinco vezes mais que a produção e um déficit de 80 milhões ton.

Não será pois o caso para indagarmos, de nós mesmos, se as atuais condições do ambiente brasileiro, (de capital, técnica e industrialização), possibilitam, com os únicos recursos nacionais de uma só organização, a exploração imediata e rápida do petróleo amazônico de modo a obter uma produção anual de:

- 20 milhões de toneladas, dentro de 10 anos (1965);
- 40 milhões de toneladas, dentro de 20 anos (1975);
- 70 milhões de toneladas, dentro de 30 anos (1985);
- e finalmente, cerca de 100 milhões de toneladas, na virada deste século, tal como está a exigir o surto veloz de progresso da grande nação brasileira?

Uma exploração a longo prazo não retardará sensivelmente a industrialização do país, além de criar sérios empecilhos aos transportes de toda a natureza? E a situação financeira do país não se agravará mais e mais, com um consumo distanciando-se da produção, de ano para ano, obrigando a um dispêndio de divisas que cresce sempre?

* *

A Argentina, com uma área territorial três vezes menor do que a nossa e pouco habitada, encontrará maiores tropeços para um grande desenvolvimento industrial, do que o Brasil.

É quase insopitável a ânsia de industrialização na Argentina, mas no que se refere a recursos energéticos, ela é notavelmente pobre, muito mais do que o Brasil. Contra os nossos 16,5 milhões de kw hidráulicos oficiais (em verdade, o dobro), a Argentina poderá opor uns 5,5 milhões de kw, no máximo, assim mesmo dispersos, em situação periférica, relativamente à região mais povoada que é a província de Buenos Aires. Com efeito, as regiões de maiores possibilidades hidráulicas estão nas províncias andinas de S. Juan e Mendoza, nas da Patagônia desértica e inóspita, ou então na fronteira brasileira (Salto do Iguaçu) ou uruguaia (Salto). Porisso é que lá os recursos hidráulicos se tornam menos acessíveis ou menos úteis, do que no Brasil. Resulta que a Argentina terá de apelar, sobretudo, para a produção de energia elétrica de origem térmica (a óleo). A sua atual potência instalada é de cerca de 2.000.000kw.

Além disso, não dispõe a Argentina praticamente de carvão mineral.

O que é considerado como tal, de inferior qualidade, se acha igualmente muito mal situado: no extremo sul da Patagônia.

Poder-se-ia alegar que a Argentina já produz bastante petróleo, de três a quatro milhões de toneladas anualmente. Mas ela já consome mais de 10 milhões, em rigoroso racionamento, quer dizer, precisa

importar anualmente, um mínimo de seis milhões, ou seja aproximadamente quase tanto quanto o Brasil que só produz u'a média de 100.000 toneladas anuais. O Brasil está derivando fortemente para o aproveitamento hidráulico, para a eletrificação ferroviária e, também, instalando usinas termo-elétricas que queimem o nosso carvão que é muito mais abundante e melhor situado do que o Argentino. Além disso, bem menores são nossa rede ferroviária e a frota mercante que também consomem o nosso carvão, enquanto as da Argentina consomem principalmente óleo. Por outro lado, a quase totalidade das nossas usinas siderúrgicas, com exceção de Volta Redonda, queimam o carvão vegetal que é mais abundante aqui do que lá. Tudo corresponde a um consumo geral de produtos petrolíferos, menor pelo Brasil e maior pela Argentina.

Em conclusão, a situação Argentina no que concerne aos recursos energéticos, sua produção, seu consumo e facilidades que permitem à industrialização, nos parece ainda mais grave que a brasileira.

Além disso, a Argentina ressen-te-se, mais que o Brasil, da falta ou escassez de certos minerais essenciais, tais como: ferro, manganês, alumínio, cobre, níquel, estanho, enxofre, fosfatos, grafita, pirita, potássio e também, arsênico, cobalto, cristal de rocha, diamantes, magnesita, iodo, molibdênio, mercúrio, ouro, platina, salitre, zircônio, etc.

Como recursos de certa importância, possui ou produz: antimônio, chumbo, zinco, berilo, boratos, calcários e mármore, fluorita, gipsita, mica, tungstênio, sal. Em menores quantidades, dispõe de: asbesto, barita, bismuto, caulim e feldspato, columbita, cromo, diatômica, lítio, morrazita, prata, talco, terras fuler, titânio, tório, urânio, sulfatos de sódio e magnésio, e pouco enxofre, grafita e salitre.

Em particular, a Argentina depara-se com sérias dificuldades para desenvolver:

A sua siderurgia deficiente, por serem muito precários os seus re-

ursos em carvão, eletricidade, ferro, manganês e em minerais para aços ligas especiais;

A metalurgia de primeira fusão de alumínio e cobre, dois metais básicos dos mais essenciais, por serem igualmente deficientes os seus recursos em energia elétrica e em matérias-primas correspondentes.

* *

O Chile embora apresentando uma área territorial cerca de quatro vezes menor que a da Argentina, porém também com uma população três vezes menos, não se defronta com as mesmas dificuldades argentinas.

O Chile, ao contrário, é um país particularmente bem dotado de recursos minerais, sendo mesmo relativamente abundantes, os energéticos, sobretudo carvão e potencial hidráulico (3,6 milhões de Cv). A sua potência elétrica instalada, na sua grande maioria de origem hidráulica, é já de 700 a 800.000kw aproximadamente. Além de algum petróleo no sul do continente (Magalanes), detém importantíssimos depósitos de cobre, boratos, salitre e iodo (dos maiores do mundo), ferro, enxofre, ouro e sal. Possui também: alumínio, antimônio, bismuto, cobalto, chumbo, Guano, cipsita, manganês, mercúrio, molibdênio, mica, potássio, prata, urânio, zinco, vanádio, e xisto betuminoso.

Não há portanto para o Chile os aspectos críticos do problema industrial argentino, seja por escassez ou má localização dos recursos energéticos, seja pela ausência de minerais essenciais.

Para superar tais dificuldades, como estão na moda as uniões ou associações econômicas (por exemplo, União Soviética, União Francesa, Comunidade Inglesa, Grã-Colômbia, etc.), então a Argentina procura se valer dos recursos dos países vizinhos mediante a "União Econômica Argentina-Chile-Bolívia".

Analogamente, o Brasil poderia superar as suas bem menores dificuldades, recorrendo a acordos econômicos (em lugar de uniões), não somente com os países acima cita-

dos, como também com os demais países sul-americanos, entre os quais, Peru, Colômbia, Venezuela e Equador.

Analisando a situação de cada um desses quatro últimos países, verifica-se que é análoga ou mesmo superior a do Chile, no que toca aos recursos energéticos.

* *

A Colômbia é o país mais rico em carvão da América do Sul, sendo as suas reservas estimadas em 29 bilhões de toneladas, isto é, 4/5 do total das reservas sul-americanas conhecidas. Os seus depósitos petrolíferos conhecidos são igualmente muito importantes (500 milhões de toneladas), ou seja, 1/3 das reservas venezuelanas ou o dôbro das argentinas.

O seu potencial hidráulico é o 3º da América do Sul (6 milhões de Cv), em muito melhor situação de aproveitamento que o argentino. Diz-se que é muito rica em areias monazíticas que encerram tório.

De platina, é um dos grandes produtores mundiais, ficando abaixo apenas do Canadá e União Soviética. De esmeraldas, é o maior produtor mundial e de ouro, é presentemente o maior produtor da América Latina.

São importantes outros recursos: Ferro, cobre, chumbo, quartzo, diamantes, pedras coradas, estanho, enxôfre, mercúrio, manganês, prata, zinco, em sua grande maioria inaproveitados.

É, como se verifica, um país de relativamente grandes possibilidades industriais, no futuro. A sua atual potência elétrica instalada é de cerca de 320.000kw.

* *

O Peru conta igualmente com apreciável potencial hidráulico (4 a 6 milhões de Cv); as suas reservas de petróleo foram avaliadas em 200 milhões de toneladas ou seja quase quanto as da Argentina; as suas jazidas de carvão são numerosas embora um tanto inacessíveis pois que ficam na zona ser-

rana. Foram avaliadas em, pelo menos, 2 bilhões de toneladas, ou seja tanto quanto as do Chile.

O Peru destaca-se essencialmente na produção mineira, pelos seguintes fatos:

- ser o maior detentor ou produtor mundial de bismuto e vanádio;
- 3º ou 4º grande produtor mundial de prata;
- o maior produtor da América do Sul, de chumbo, mercúrio, zinco, prata e pirita, além de bismuto e vanádio;
- 2º na América do Sul, na produção de cobre, molibdênio, estanho e antimônio.

Dispõe ou produz, também: ferro, manganês, fosfatos (Guano), ouro, cobalto, cádmio, boratos, enxôfre, salitre, tugstênio e sal.

É como se observa, um país essencialmente bem dotado de recursos minerais e energéticos que lhe possibilitam um apreciável desenvolvimento das indústrias metalúrgicas e químicas. No momento, já dispõe de uma potência instalada de 250.000kw.

* *

A Venezuela se sobressai principalmente por ser o detentor das mais importantes jazidas petrolíferas conhecidas da América do Sul (1,5 bilhões de ton.), ou seja, seis vezes o valor atribuído às reservas argentinas. Também, por ser depois dos EE.UU., o segundo grande produtor mundial de petróleo (100 milhões de toneladas por ano), tanto quanto a produção reunida da União Soviética e Arábia Saudita.

Sómente no Lago Maracaibo, parte da área que está sendo explorada na Venezuela, ergue-se uma floresta imponente de 2.500 torres de petróleo, muitas delas apoiadas sobre colossais estacas de concreto armado de 80 metros de comprimento e submersas em pontos que atingem até 50 metros de profundidade.

Possui 14 refinarias com uma capacidade total de 310.000 bpd, tanto

quanto a Argentina e cerca de quatro vezes a capacidade atual brasileira de refinação.

O potencial hidráulico da Venezuela é estimado em cerca de 4,3 milhões de Cv, com uma potência elétrica total instalada da ordem de 200.000kw.

Dispõe de jazidas carboníferas, em pelo menos três regiões: SE e NE do Lago Maracaibo e Leste de Barcelona.

São já famosos os seus ricos depósitos ferríferos de alto teor, de "Cerro Bolivar" e "El Pao", no valor de 1,5 bilhões de toneladas, atualmente sendo explorados por duas grandes empresas siderúrgicas norte-americanas, as mesmas que exploram o nosso manganês em Urucum e Macapá.

Além dos citados, são conhecidos outros recursos, a saber: asfalto, bauxita, cobre, guano, pedras coradas, ouro, mica e pérolas. Também, já está comprovada a existência dos minerais seguintes: antimônio, chumbo, zinco, prata, platina, magnésita, enxofre e estanho, alguns dos quais explorados em escala muito reduzida.

É um outro país sul-americano de relativamente grandes possibilidades industriais, no futuro.

* *

O Equador, embora não tão acen-tuadamente como os três anteriormente citados, é um país que possui também importantes recursos energéticos e minerais: petróleo, carvão, potencial hidráulico, ferro, manganês, cobre, chumbo, prata, zinco, antimônio, enxofre, pedras coradas, guano, ouro, cianido, tungstênio e sal, a maioria dos quais ainda não foi tocada. A potência elétrica instalada não atinge ainda 50.000kw.

* *

A Bolívia é suposta a nação latino-americana que dispõe das mais poderosas jazidas de petróleo, quase inexploradas. Admite-se mesmo que as suas reservas representam os 3/4 do total da América do Sul

(Anton Zischka, autor do livro "Países del Futuro", pág. 163).

O seu potencial hidráulico apesar de apreciável (3,6 milhões de Cv), também não está sendo aproveitado. A sua potência elétrica instalada é inferior a 50.000kw. Não temos conhecimento da existência de carvão na Bolívia e apenas existe uma vaga referência sobre a existência de ferro e manganês na Serra de Mutum. A Bolívia é conhecida como o país da prata e sobretudo do estanho. Classifica-se como um dos três grandes produtores mundiais de estanho, juntamente com a Malásia e a Indonésia, seguida pelo Congo Belga. É o maior produtor de antimônio e de tungstênio da América Latina e na produção de bismuto, chumbo, cobalto e prata, ocupa o segundo lugar na América do Sul.

Na produção de prata, foi desbancada do primeiro lugar pelo Peru.

Possui ou produz, em menor escala: cobre, zinco, amianto, boratos, cádmio, enxofre, luonita, mercúrio, mica, outro, salitre e vanádio.

País essencialmente mineiro, encontra porém sérias dificuldades para sua industrialização, em virtude da situação geográfica do país mediterrâneo privado de ligações fáceis com o exterior, da sua deficiência demográfica em que predomina ainda o elemento indígena inculto, da ausência de capital e de técnicos. Além disso, não se tem conhecimento de que possua reservas importantes de carvão, ferro e manganês, o trio fundamental da siderurgia.

* *

Quanto ao Paraguai, diz-se que o seu sub-solo encerra importantes recursos, embora ainda totalmente inaproveitados, de petróleo e de minérios de cobre, ferro e manganês. Assinala-se, ainda, a presença de coque, carvão, chumbo, estanho, gipsita, mármore, mercúrio, ocre, prata, quartzo, talco e zinco.

É possível que, entrando em funcionamento a grande usina siderúrgica de S. Nicolas (Rosário — Ar-

gentina), tenha início no Paraguai a exploração dos recursos citados de ferro, manganês e talvez carvão, caso a Argentina se desinteresse pelos nossos minérios de ferro e manganês de Urucum, em Corumbá, Mato Grosso.

O potencial hidráulico do Paraguai, de pelo menos 1.000.000 de Cv, acha-se também inteiramente inaproveitado. A sua potência elétrica instalada é ainda muito fraca, não alcançando 50.000kw.

* *

O Uruguai é, ao contrário, um país de escassos recursos minerais porém de pronunciadas atividades agro-pecuárias.

Fracas ou imprecisas e porisso inaproveitadas ou pouco aproveitadas, são as suas ocorrências minerais de: carvão, cobre, chumbo, enxofre, ferro, gipsita, grafita, manganês, níquel, ouro e prata.

Todavia já existe no país uma certa atividade na exploração dos seguintes recursos: ágatas e ametistas, areia de quartzo, granito, mármore e talco que, em parte, são exportados para a Argentina.

O potencial hidráulico do Uruguai que estimamos entre 1,5 e 2 milhões de Cv, acha-se em sua quase totalidade inaproveitado.

A sua potência elétrica instalada é da ordem de 200 a 250 mil kw, dos quais somente 132.000kw cabem à Central Hidrelétrica de Rincón del Bonete, no Rio Negro.

Mais de 1.500.000 de Cv dos desníveis do Rio Uruguai e sobretudo da Região de Salto aguardam o seu aproveitamento que, pelo fato de ser comum ao Uruguai e Argentina, vem sendo muito retardado.

* *

Das Guianas Holandesa, inglesa, e francesa, os principais recursos são: bauxita e ouro. Além disso, encontram-se diamantes na Ingleza e fosfatos (guano) na Francesa.

* *

Na América do Norte, destacam-se como principais detentores ou

produtores de minerais, os EE.UU., o Canadá e o México.

Os EE.UU. se caracterizam por serem os maiores detentores ou produtores mundiais dos minerais seguintes: anidrita, asfaltos, boratos, cádmio, carvão de pedra, chumbo, cobre, enxofre, ferro, fosfatos, lítio, molibdênio, mica, petróleo e zinco. Alguns desses minerais são mesmo importados para completar as suas gigantescas necessidades industriais.

São ainda grandes produtores mundiais de bauxita, berilo, fluorita, iôdo, magnesita, ouro, pirita, potássio, prata, sal gema, tungstênio, urânio, vanádio, etc., que necessitam igualmente importar para complemento das suas necessidades.

São também produtores, em menor escala, de outros minerais que, por não atenderem ao seu fabuloso consumo, têm igualmente de ser importados: amianto, antimônio, cobalto, corindon, cromo, estanho, grafita, manganês, níquel, platina, titânio, etc.,

Em recursos energéticos (eletricidade, carvão e petróleo) os EE.UU. podem ser considerados como a nação mais privilegiada da Terra. Detêm as mais importantes reservas carboníferas e perolíferas conhecidas e possui o quinto potencial hidráulico do mundo, sendo a sua atual potência elétrica instalada, superior talvez a 100 milhões de kw, isto é, mais de 33 vezes a do Brasil, ou cerca de sete vezes a do Canadá.

Grosso modo, a produção energética e de minerais, nos EE.UU., representa tanto quanto a do resto do mundo.

* *

O Canadá possui o primeiro potencial hidráulico da América e o terceiro do mundo, depois do Congo Belga e Rússia. São imensas as suas reservas carboníferas (1.230 bilhões de toneladas), ocupando o terceiro lugar no mundo. A sua produção petrolífera crescente já é a quarta da América, com 6,5 milhões de toneladas por ano. A sua potência elétrica instalada já supera 15 mi-

lhões de kw, isto é, cinco vêzes a do Brasil.

Destaca-se ainda o Canadá por ser o maior detentor ou produtor mundial de amianto, berilo, fluorita, níquel, platina e urânio, como um dos três grandes produtores mundiais de ouro, prata, zinco, cádmio, chumbo e também como um dos maiores produtores mundiais de antimônio, cobalto, cobre, enxôfre, ferro, gipsita, magnesita, mercúrio, molibdênio, mica, pirita, silênio, titânio, tório e telúrio.

É como se verifica um país excepcional, rico em minerais, já bastante industrializado, cuja boa vizinhança com os EE.UU. se torna em um grande fator de segurança e tranquilidade para estes. Uma "União Econômica EE.UU.-Canadá deve constituir pois um grande ideal para os norte-americanos, como é a "União Argentina-Chile-Bolívia" para os argentinos, pois que aliviará extraordinariamente as suas dificuldades de obtenção de matérias-primas minerais.

* *

O México é também um país excepcionalmente bem dotado de recursos energéticos e minerais. Possui um potencial hidráulico relativamente elevado, possivelmente o segundo da América Latina (8,5 milhões de Cv), abaixo do Brasil e acima da Argentina.

Já tem uma potência instalada acima de dois milhões de kw, superior a da Argentina, porém inferior a do Brasil. Já foi o segundo grande produtor mundial de petróleo e hoje ocupa um modesto sétimo lugar, com tendência a decrescer para uma posição ainda mais baixa. No que toca a exploração do petróleo, está em situação idêntica a de certos países (Argentina, Bolívia, Chile, Iran) que nacionalizaram as suas empresas. Não sendo nações altamente industrializadas, capazes de fabricarem os seus próprios equipamentos que são muito caros, não sendo países capitalistas e não dispondo de muitos geólogos, engenheiros de minas e técnicos especializados em questões petrolíferas, é

portanto muito natural que nêles haja um decréscimo sensível de produção petrolífera. Está aí, um espelho para o Brasil se mirar. Contrariamente, vemos um crescente aumento de produção em diversos outros países que não adotaram a solução nacionalista: Venezuela (cerca de 100 milhões de toneladas por ano), Arábia Saudita (40 a 50 milhão de toneladas por ano), Irak (36 milhões de toneladas por ano), Canadá (6,5 milhões de toneladas por ano), Colômbia (5,5 milhões de toneladas por ano), Birmânia (5 milhões de toneladas por ano), etc.

O México possui também importantes depósitos carboníferos. Destaca-se essencialmente por ser o primeiro grande produtor mundial de prata e o segundo de chumbo, antimônio, enxôfre, e fluorita. Na América Latina, é o primeiro produtor de arsênico, grafita, mercúrio, molibdênio, zinco, cádmio, além dos minerais anteriormente citados. Recentemente cedeu o primeiro lugar à Colômbia, na produção de ouro. É ainda o segundo produtor da América Latina de cobre, estanho, vanádio e petróleo.

Posui, ainda, importantes depósitos de ferro. Conta finalmente com manganês, boratos, berilo, bismuto e tungstênio.

O México é, portanto, um país que, pelos seus notáveis recursos naturais, está em condições de possuir um grande parque industrial.

Finalmente, na América Central e antilhas, Cuba destaca-se como o principal detentor ou produtor de minerais: é o primeiro na produção de cromo e o segundo na de manganês e níquel da América Latina. Dispõe ainda de importantes recursos em cobre e ferro. E conta, ainda com os seguintes: asfalto, amianto, antimônio, barita, carvão, chumbo, enxôfre, mercúrio, petróleo, ouro, prata, sal, tungstênio e zinco.

Os demais países antilhanos ou centro americanos dispõem, também, de recursos minerais, dos quais quase que somente o ouro e a prata são aproveitados. Destacam-se como produtores de ouro e prata: Nicarágua, Honduras, Costa

Rica e Guatemala; de petróleo e asfalto: Trinidad; bauxita: Jamaica; manganês e pérolas: Panamá; quartzo e cromo: Guatemala.

Todos (Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Guatemala, Haiti, Panamá, República Dominicana e S. Salvador) possuem: cobre, chumbo, ferro e enxôfre, além de ouro e prata.

Os outros minerais estão assim distribuídos:

Bauxita: Jamaica, Haiti, República Dominicana e Panamá;

Estanho: Guatemala, Haiti e Nicarágua;

Manganês: Panamá, Guatemala e Costa Rica;

Níquel: Costa Rica, Haiti, Nicarágua, Honduras e República Dominicana;

Antimônio: Guatemala e Honduras;

Mercúrio: Costa Rica, Honduras, Nicarágua e S. Salvador;

Carvão: Honduras, Costa Rica, Haiti, S. Salvador e Panamá;

Amianto: Panamá e S. Salvador;

Petróleo: Trinidad, Honduras, República Dominicana e S. Salvador;

Asfalto: Trinidad e Honduras;

Gesso: Honduras, Costa Rica, Haiti e República Dominicana;

Mármore: Guatemala e S. Salvador;

Caolim: Guatemala;

Pedras coradas: Nicarágua;

Sal Gema: República Dominicana.

CONFEITARIA COLOMBO



As mais delicadas iguarias
em um ambiente da maior
distinção

A Colombo caracteriza a vida
social do Rio de Janeiro na
sua expressão de fina e
requintada elegância

R. GONÇALVES DIAS, 32/36

FILIAL DE COPACABANA:

Av. N.S. de Copacabana, 890

Esquina da Rua Barão de Ipanema

O mesmo serviço irrepreensível
e os mesmos preços razoáveis
da Casa Matriz

UMA PATRULHA DO TENENTE OSWALDO

ESTA É UMA HISTÓRIA DO REGIMENTO SAMPAIO

O Cap S 3 do Batalhão transmitiu à 1ª Cia, que a patrulha deveria ter o efetivo de um pelotão, comandada por Oficial; informou que na localidade de "Capella il Monte", havia elementos da 2ª Cia do 741º Regimento de Infantaria alemã, num total de 50 homens, sob o comando de um tenente.

Escolhido o Tenente OSWALDO DE SOUZA, sua patrulha parte às 0930 e transpõe as linhas mais avançadas do BI, em Volpiana.

Progredindo bem, por caminhos desenhados, envolve uma casamata inimiga e prende seus dois ocupantes. Prosseguindo até atingir uma dobra do terreno a 260 metros de "Capella il Monte", o Ten OSWALDO detém sua patrulha e desenvolve-a; manda o experimentado Sargento SILVA NETO, com três homens, fazer um movimento desbordante pela direita e duma elevação apoiar a progressão da patrulha sobre a localidade.

Nesse intervalo, ao fincar o bastão do seu rádio "511" no solo, o Tenente OSWALDO constata que está sobre um abrigo casamatado e rigorosamente disfarçado, inclusive a entrada! Retrocede rapidamente e cerca, com seus homens, a posição inimiga. O inimigo reage. Trava-se um corpo a corpo, entre os cinco ocupantes da casamata e quatro soldados da patrulha e o próprio Tenente OSWALDO.

Em dado momento o bravo Tenente é acometido pela retaguarda por um alemão, de sabre em punho. Alertado em tempo, vira-se e apara o golpe desfechado, gesto que, embora lhe salve a vida, não impede que o sabre lhe alcance a mão, produzindo profundo ferimento.

Embora ferido, o Tenente continua na luta e abate um dos adversários com um tiro de pistola, e com os seus outros soldados aprisiona os quatro inimigos restantes.

Surgem tiros de morteiros e metralhadoras de Flocchi, pontos 924, 951 e 906, e mesmo de "Capella il Monte". São feridos dois homens da patrulha. O Tenente insiste na missão, mas ao intensificar-se a reação inimiga, recebe ordem do seu Cmt de Cia para se retrair.

Retrai-se a aguerrida patrulha, trazendo seus prisioneiros e seus feridos; retrai-se em segurança e em ordem, oferecendo-nos, assim, mais um motivo de orgulho para o nosso Regimento Sampaio e para nossa brava INFANTARIA.

Apresente sua identidade e leve no mesmo momento a mercadoria escolhida. Tudo em 10, 15 ou 20 pagamentos mensais.

Procure a "CASA NENO" num dos seguintes endereços, de acôrdo com a sua conveniência:

RUA SETE DE SETEMBRO, 145 — Tel. 32-4282 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira: Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói: Rua da Conceição, 47 — Tel. 2-1746

Na Penha: Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Pianos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

EDUCAÇÃO, INSTRUÇÃO E CULTURA

Gen. PARGA RODRIGUES

O assunto em pauta é muito debatido; contudo, tenho observado desde muitos anos, ainda não bem compreendido. Temos, mesmo, um pomposo ministério e já uma multidão de doutores e técnicos nisso que, vulgarmente chamamos educação. Cada vez mais, aumentamos a pernicioso confusão feita entre educação e instrução, que nos tem conduzido a essa lastimável falta de educação, de instrução e de cultura reinantes, progressivamente crescentes em a nossa juventude atual, sendo que, a isso devido, penso já haverem sido estragadas, tornadas ineptas bem umas quatro gerações de inteligentes brasileiros.

Um mal-estar geral vem, já de longe, oprimindo o nosso povo, principalmente, nos domínios da sociologia, com repercussão até na intimidade de nossa vida privada, sem que nos possamos aperceber de sua causa principal. Esta, não tinha e não tenho eu a menor dúvida, apresenta-se sob dois aspectos:

Primeiro — Confundimos e misturamos coisas intimamente ligadas, porém, até certo ponto, diferentes, embora componentes da formação, tão perfeita quanto possível do indivíduo: educação, instrução e cultura.

Segundo — Citamos com frequência, o "Conhece-te a ti mesmo" dos gregos e, na prática, mostramos ignorá-lo, mesmo sob o aspecto meramente humano.

Vivemos, assim como que envolvidos em uma densa nuvem formada por esses dois aspectos, em um círculo vicioso que nos não permite, de maneira conveniente e segura, a resolução de questões de grande simplicidade em aparência, porém, já de muito resolvidas nos

países adiantados, mas, entre nós, ainda em equação, apesar das vistosas soluções repetida e desastrosamente adotadas.

É, pois, imprescindível fixar bem, de maneira insofismável, a noção de educação vendo-se, depois, a relação entre ela e a instrução e cultura.

Um velho e bom dicionário, o "Dicionário Prosódico" de Carvalho e João de Deus, define a educação: "O conjunto do regime a que sujeitam, dos exemplos que dão e da doutrina que pregam ao menor os pais ou superiores com quem vive".

No "Dicionário de Sinônimos de Fonseca e Roquete", encontra-se:

"Educação, Criação. A criação é o primeiro cuidado que o homem deve a seus pais, ou a quem faz suas vêzes; tanto no físico, para a conservação de sua saúde e robustez, como no moral, para a direção de sua conduta e estudo de suas obrigações. A educação recai sobre a moral e a instrução; supõe já outros princípios mais elevados, idéias mais extensas, regras metódicas para ilustrar a razão, adornar o entendimento, aperfeiçoar o coração e suavizar os costumes. Um lavrador honrado, uma boa mãe, criam bem a seus filhos. Um aio, um preceptor educam, não criam ao manco pôsto ao seu cuidado. A boa criação e a boa educação dirigem-se, essencialmente, a um mesmo fim, que é a perfeição moral do homem; porém, pode dizer-se que a primeira o desbasta, a segunda o pule por meio da instrução. Assim que, o principal defeito de quem não tem criação, é a ignorância".

Vimos no "Dicionário de Moraes": "Educação: Criação que se faz em alguém ou lhe dá; ensino de coisas

que aperfeiçoam o entendimento, ou servem de dirigir a vontade, e também do que respeita ao decôro”.

O de **Candido de Figueiredo** define: “Educação — Ato ou efeito de educar: polidez, cortesia. Educar: Desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais de.... domesticar, adestrar, aclimar”.

Herbert Spencer no seu precioso e muito conhecido livro, “A Educação”, referindo-se ao fato de que entre todos os povos, mesmo os primitivos, índios selvagens africanos, encontra-se o costume de dar-se maior cuidado, maior importância ao luxo do que ao conforto, à elegância do que à comodidade, ao garbo dado pelas vestes do que aos serviços que prestam, mostra que o mesmo gôsto se observa no domínio mental. Diz êle: “É curioso constatar-se que existe a mesma correlação na esfera intelectual. Para o espírito, como para o corpo, o útil cede o passo ao decorativo”.

É como eu, devido às observações que faço desde moço em o nosso meio social, para o qual Spencer, já naquela época (1860), parecia estar escrevendo, dizia e continuo a dizer: aqui no Brasil, parece que na fachada de todos os edifícios e instituições, públicas e privadas, uma mão de ferro escreveu a eterna legenda: **primeiro o útil; depois o útil.**

Na esfera intelectual diz Spencer que certas línguas estrangeiras são estudadas, não porque sejam de qualquer utilidade, porém, para mostrar-se erudição e gozar-se de melhor conceito na sociedade etc. Não porque possa vir a ser útil alguma vez o seu conhecimento, mas porque o mundo olha êsse gênero de instrução como fazendo parte de uma boa educação. Após a explicação do fato, conclui êle: “Existe em nós uma incessante necessidade de a impormos (1) aos outros e submetê-los à nossa vontade. Está aí o que determina realmente o caráter particular de nossa educação...” “Assim, em todo o curso da vida o importante não é ser, po-

rém, parecer. Em matéria de educação, pois, nos preocupamos menos com o valor real do saber do que com o efeito que possa produzir em outrem”.

Fala mais adiante, em **educação clássica e educação científica**. Depois de muitas considerações sobre a utilidade de várias ciências e conhecimentos, faz Spencer a seguinte série de interrogações:

“Qual a verdadeira linha de conduta a seguir em tôdas as situações, em tôdas as circunstâncias da vida? Como tratar o corpo? Como dirigir a inteligência? Como governar os negócios? De que maneira se deve educar a família? Como é que devemos cumprir o nosso dever de cidadão? De que maneira, enfim, deveremos utilizar tôdas as fontes de felicidade que a natureza deu ao homem? Qual a melhor maneira de empregar tôdas as nossas faculdades para o nosso maior bem e para o de outrem? Como, finalmente, viver uma vida completa? E é isso a grande coisa necessária que nos importa aprender e, também, a grande coisa que a educação deve ensinar. Preparar-nos para a vida completa, tal é o fim da educação; e a única maneira de, racionalmente, julgar um sistema de educação é saber até que ponto êle satisfaz essa finalidade”.

O mesmo Spencer considera as diferentes partes da educação na seguinte ordem racional de hierarquia:

Educação que prepara diretamente a conservação do indivíduo; a que prepara indiretamente essa conservação; a que ensina a educar a família; a que forma o cidadão; a que ensina as artes, requintes (*raffinements*) da vida. Termina essas considerações dizendo: “O ideal da educação, naturalmente, é a completa preparação do homem em tôdas essas divisões”.

Mas, a época em que escreveu Spencer sua preciosíssima obra já há muito passou para a Europa. Nós, porém, e pode qualquer isso verificar (se já disso não estiver

(1) Refere-se à individualidade.

farto), que as observações citadas calham perfeitamente ao nosso meio. Estamos, infelizmente, ainda muito mergulhados no estado observado por Spencer e, como nos limitamos a citar o *Conhece-te a ti mesmo* (mesmo somente sob o aspecto social) sem, de modo algum, pensar em pô-lo em prática, tudo trazemos da Europa ou da América do Norte sob a forma de cópia servil para, sem vislumbre de adaptação ao meio, mesmo na hipótese de trazer-se o que é bom, aqui ser introduzido como planta exótica. Daí o fato de, entre nós, não darem bom resultado hábitos, costumes e leis que, lá nesses países, muito mais adiantados e bem diferentes dos nossos, fazem a felicidade e bem-estar dos seus habitantes.

Em um dos seus apreciados artigos publicado no "Correio da Manhã", sob a epígrafe "Experiência", diz o ilustre homem de letras Bastos Tigre: "Nós, no Brasil, temos vivido a copiar quanto fizeram gentes de outros climas, raças e costumes. Temos sido aproveitadores de roupas usadas que ou nos ficam compridas, ou então, frouxas ou apertadas. Verdadeiros recrutas malamanhados da civilização". É exato e primorosamente expresso o que eu já tenho dito.

Com efeito, quando em um país, cujo adiantamento dista mais de um século acima do nosso se põe em vigor um sistema de instrução é porque se pressupõe, com muito fundamento, que já aí existia bem consolidada como base essencial a educação propriamente dita. Trazermos, pois, tais coisas que, além de nos não convirem sob outros aspectos, não se podem baseiar em uma educação doméstica criminosamente descuidada, mesmo abandonada: é o mesmo que querermos vestir essas roupas compridas ou curtas, frouxas ou apertadas. Inútil seria transcrever aqui o que se contém em nossa imprensa diária concernente à falta de educação, principalmente doméstica e cívica, seria matéria para encher um avançado volume. É que nós temos muito descuidado da base sólida e

indispensável sobre o qual deve repousar um sistema de educação capaz de trazer-nos o verdadeiro progresso.

Um tal sistema, como qualquer instituição social, do mesmo modo que os edifícios, precisa ser firmado em sólidos alicerces. Os nossos legisladores, por sua vez, se têm sempre esquecido do sábio preceito de Pythagoras:

"Não faças leis para o povo. Faze o povo para as leis". Isto é: "É melhor dar aos homens bons costumes do que leis e tribunais severos".

Mas, para isso conseguir, é mister, antes de tudo, fazer uma distinção clara e precisa entre educação propriamente dita e instrução e cultura. Por não estar isso ainda feito, sequer compreendida sua necessidade, encontramos a cada passo um indivíduo instruído, bem instruído, porém, mal educado; outro bem criado, mas inculto ou ignorante, mesmo analfabeto. Vemos também uma coisa paradoxal que, de modo algum, se poderia dar em meios realmente adiantados: o bolchevismo infiltrou-se no Brasil mais fácil e intensamente no meio intelectual do que no proletariado. É que este não tem preparo intelectual e nem, o que é imensamente pior, a cultura prematura, muito comum naquele outro meio, entre nós, e ainda conserva fortes traços da educação doméstica antiga com o seu manual o "Don't" — do not, hoje completamente esquecido.

Quando ainda na atividade militar, vi muitas demonstrações do benéfico efeito desses rudimentos de educação doméstica herdada dos portugueses e ainda existente entre a gente simples do interior do Brasil. Limite-me a citar o seguinte fato:

O regimento de artilharia, juntamente com os jovens provindos do sorteio, havia incorporado alguns voluntários nordestinos compostos, na sua maioria, de analfabetos. Em um certo dia desapareceu do alojamento o par de perneiras de um soldado.

O "desaperta para a esquerda" não se fêz esperar. Os soldados antigos, entre os quais se encontrava o autor do furto, logo acusaram um desses voluntários que lhes parecia mais tolo. O resultado da rigorosa sindicância feita foi muito pouco favorável ao acusado. O capitão, na impossibilidade de bem poder firmar o seu juízo, mandou viesse à sua presença o voluntário acusado. As perguntas de um interrogatório cerrado, êsse recruta bisonho sempre respondia negativamente; terminou por dizer ao seu capitão: "Saiba V. S. que não fui eu não siô; mia mãe dizia que home qui furtava não tiã vergôia". Substituindo o verbo furtar ou roubar por mentir, outros homens havia que, sômente por lhes haverem dito seus progenitores que homem que mentia não tinha vergonha, não mentiam.

Na Europa, conheci de perto, por meio de um contacto de dois anos e meio, um povo muito adiantado, onde se cuidava tão carinhosamente da educação doméstica, que o cidadão preferia receber um insulto a ser chamado de mal educado: o grau de sólida instrução, a cultura bem orientada dêsse povo, assentadas sôbre essa verdadeira educação, permitiram que êsse grande país, apesar das conseqüências das duas grandes guerras, continuasse a ser um grande foco de irradiações de progresso resultante do sério cultivo da Ciência, da Arte, da Filosofia e da Religião.

Na minha longa vida militar, como comandante de tropa, declarei várias vezes em relatórios anuais: ...aquilo que chamamos indisciplina é, na maioria dos casos, falta de educação doméstica. Êsse continua a ser o maior defeito de nossa boa gente que, cheia de qualidades, como a viva inteligência, generosidade e bravura etc., não as tem harmonizadas com uma verdadeira educação a marchar ao lado da conveniente instrução e coroada com uma cultura adequada e oportuna.

No que se refere à educação doméstica, não será necessário sair de casa e ir muito além da porta da rua, para bem fazer-se uma idéia;

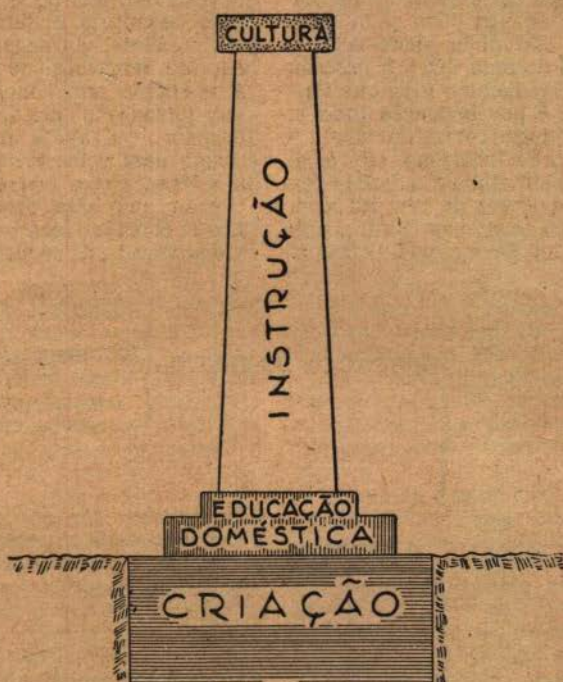
a educação cívica continua a ser precisamente simbolizada com êsse tipo já clássico entre nós — o "Você sabe com quem está falando"? É o sujeito mais ou menos engratado, mesmo, com um bom grau de responsabilidade social que, ao ser observado por um policial quanto à transgressão da lei, se emper-tiga e lhe faz essa pergunta que, também, exprime o espírito democrático de muita gente boa... Enquanto nos países adiantados o cidadão tem mais vergonha do que mêdo em desobedecer a qualquer lei ou postura municipal, porque lá isso significa falta de educação, aqui, parece ser êsse ato feio coisa bem digna de muita gente, mesmo instruída.

Não menos lamentável é o estado da nossa instrução que, apesar das reformas, pode-se dizer, anuais, se torna cada vez mais complicada e ineficiente.

A cultura, que deveria ser o apoio do preparo do indivíduo para poder ser êle útil e eficiente no meio social em que vive, é não só anarquizada como inoportuna. E outra não podia ser a resultante de um sistema que pretende dar ao estudante, quase ao mesmo tempo, instrução, preparo e cultura.

Que se pode esperar do preparo de um indivíduo que, em um ano letivo, estuda onze matérias? Que antes do conveniente preparo em aritmética, já estuda álgebra e geometria; que, antes do bom estudo do português, estuda simultaneamente francês, inglês e latim? Sômente isso que todos vemos: completa ignorância de tudo isso e o fatal e conseqüente aborrecimento do estudo e da boa leitura logo substituídos pelo amor às histórias de quadrinhos — que, além de incapacitarem a nossa juventude para a leitura de bons livros, lhes capa na mente a mais preciosa das qualidades psíquicas humanas — a imaginação, ensinando, ainda aos criminosos, ou aos que tenham tendência para o crime e para a maldade, excelentes lições para a formação de bandidos.

Ora, sem educação doméstica, preparo e imaginação, como poderemos



encaminhar a mocidade para a formação dos futuros engenheiros, artistas, chefes militares, escritores e, enfim, de homens úteis ao país? Se não quisermos continuar a produzir anualmente uma multidão de perigosos parasitas, deveremos, quanto antes, resolver esse grande problema de preparo integral da nossa juventude, tornando-a digna deste grande e portentoso país.

Muito longe iria com as considerações necessárias à justificação do meu modo de considerar esse grande problema da educação e preparo de um povo.

Segundo a exposição que se segue, a primeira coisa a fazer seria mudar completamente a designação do ministério chamado da Educação e Saúde que, até agora não con-

seguiu nos dar nem uma, nem outra coisa: poderia chamar-se mais propriamente Ministério da Instrução. Com a confusão entre educação e instrução obtivemos apenas o abandono do sério problema da educação doméstica (2): não poucos lares deixariam às babás e às professoras públicas a educação doméstica dos filhos.

Dessa pomposa balbúrdia oficialmente chamada educação, que já irremediáveis prejuízos trouxe à nossa juventude e, portanto, ao nosso futuro como nação civilizada, salva-se com muita honra e justiça a nossa escola primária.

O grande e persistente erro nosso não está sendo no querer resolver o problema mediante remodelação da mesma balbúrdia (aliás rica fonte de bons negócios) resultan-

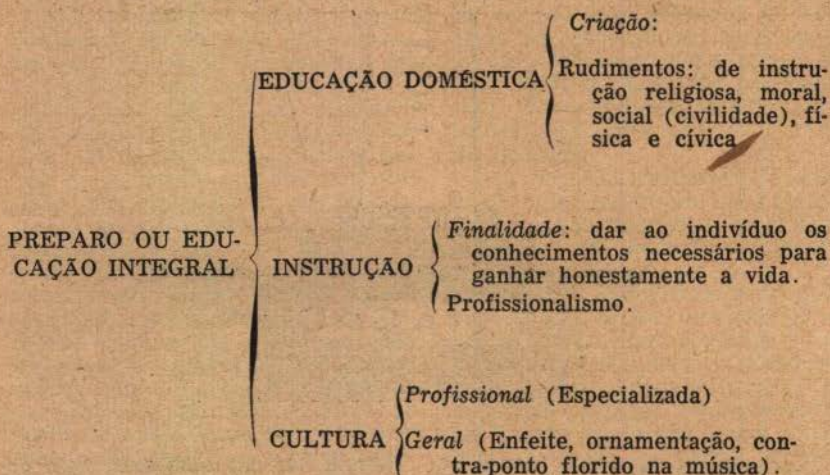
(2) Em uma escola pública do subúrbio, a professora, para não expulsar uma mocinha de mau e inconveniente procedimento, falou pelo telefone à progenitora da aluna pedindo uma providência. Resposta: Ora, as senhoras ganham muito dinheiro para educar os nossos filhos etc...

te da confusão entre os três aspectos do preparo de um povo para essa civilização. Estou de pleno acôrdo com Bonald quando diz: "É preciso entender por educação tudo que forma hábitos, e por instrução tudo o que proporciona conhecimentos".

O preparo do indivíduo, isto é, o sistema cuja finalidade é fazê-lo feliz e torná-lo capaz de ser útil a si mesmo e aos seus semelhantes, em qualquer situação em que venha a

encontrar-se, não pode ser expresso senão imprópria e deficientemente pelo vocábulo educação. Mas, como bem diz Manzine, no Intermezzo: "A instrução sem educação é como uma alavanca a que falte o ponto de apoio. Ou, ainda pior, digo eu, é como uma veloz locomotiva a toda a força e sem freios."

Penso que essa preparação dos futuros cidadãos será perfeitamente esquematizada da seguinte maneira:



É, pois, absurdo o querer-se dar cultura antes de instrução propriamente dita ou com ela simultaneamente, a qualquer delas antes da educação. Se simbolizarmos o problema da preparação por uma coluna, veremos, pela analogia, ter essa coluna a criação por alicerce; a educação doméstica por base e o fuste representando a instrução. O capitel, finalmente, representaria a cultura.

A solidez da coluna reside totalmente nessa raiz da educação doméstica — a criação, cuja finalidade é preparar crianças sadias, alegres e capazes de receber, já de tenra idade, no próprio lar, os rudimentos de educação doméstica propriamente dita. Esta, como o próprio nome diz, tem o seu reino no lar. No Brasil, principalmente, devido à falta de orientação e um doentio sentimentalismo dos proge-

nitores e parentes, deverá esta fase do preparo ser perfeitamente controlada por uma polícia de costumes de fato e não, apenas, de direito... Hoje, sobretudo, com a complexidade das responsabilidades, que já pede nas próprias especialidades uma especialização, não será possível continuem os pais a deixar aos professores o cuidado de fazer o que, para os filhos, de melhor poderiam fazer esses mesmos pais, — dar-lhes uma boa educação doméstica.

A instrução deve ter por objetivo o preparo sólido necessário, tendendo-se em vista, não uma ditorice fácil, senão inútil sempre, porém, nociva, e sim a aptidão para o perfeito exercício de uma profissão, isto é, a técnica.

Em vez disso, parece querermos dar à mocidade educação doméstica, instrução e cultura ao mesmo tem-

po, nos colégios e ginásios. Ora, na escola adquire-se algum conhecimento básico e se aprende o modo de ampliá-lo para se alcançar o preparo; nunca, porém, a cultura que vem mais tarde, pouco a pouco, com os estudos e leituras de gabinete e ao aparecerem os primeiros cabelos brancos. Que preparo poderá adquirir um estudante que estuda quatro línguas, toda a matemática elementar e quase todas as outras ciências ao mesmo tempo devendo, apenas, em alguns meses do ano, dar conta de onze matérias? Terminado o seu curso seriado, o que saberá e poderá ele fazer de útil? O resultado disso é esta outra coisa paradoxal: Temos uma inteligência vivaz, excepcional, somos todos doutores e sábios; mas, quando aqui é preciso fazer-se trabalho de certo vulto (salvo alguns casos de grande nota), mandamos buscar, não doutores, porém, técnicos à Europa ou à América do Norte.

Seria interessante saberem os que me lêem que o que esses técnicos estudam em ciência geral, mesmo em matemática, não vai muito além do *quantum satis*. Mas esse estritamente necessário foi bem estudado e ficou bem sabido.

A instrução, enfim, deveria proporcionar aos nossos jovens um preparo tanto menos doutoresco quanto mais técnico. A sociedade deverá emancipar-se, de uma vez para sempre, da vaidade de um título de doutor (hoje distribuído, pode-se dizer, a granel), mesmo quando este corresponda ao preparo do seu possuidor, e muito bem contentar-se com os honrosos títulos de médico, advogado, juiz, professor, cirurgião-dentista, capitão, coronel etc.

Essa instrução, baseada em sólida educação doméstica e assim orientada, tem perfeita analogia com o corpo da coluna que tomei para símbolo; sobre ela poderemos colocar a cultura, isto é, o capitel.

A cultura apresenta-se sob dois aspectos:

Cultura profissional e Cultura geral. A primeira compreende os assuntos da história e biografia dizendo respeito estreitamente a cada profissão; a segunda, a cultura ge-

ral, tem por fim a erudição, a ilustração, e é somente necessária aos indivíduos de grandes responsabilidades sociais.

Uma coluna como a figurada, seja ela elegante e simples como as dos estilos dórico, jônico ou toscano ou, ainda, complicado como a egípcia, a assíria, a coríntia, mesmo a composita, somente se prestará a seus fins quando a base (educação doméstica) for muito sólida e assentar firmemente num não menos sólido alicerce (a criação); quando seja o fuste (a instrução) feito com bom material e mui cuidadosamente trabalhado. O capitel, simples ou mais ou menos complicado, é a poesia na vida prática, a ornamentação no desenho, na pintura ou na arquitetura e o contraponto florido na música.

De modo algum me surpreende a falta de base e do capitel nas colunas dos nossos modernos edifícios; elas se fincam sem a menor cerimônia no piso e penetram do mesmo modo o teto. Na música contemporânea, as riquezas do contraponto parecem ser apenas utilizadas para abafar qualquer beleza ou expressão da melodia. A atual pintura, mascarada de arte moderna, é esse horror, esse crime, verdadeira iconoclastia contra a estética; afigura-se-me manifestação de um estrabismo mental. Mas, pergunto, não será tudo isso um retrato feito, como sói sempre acontecer, pela Arte, do estado mental que atravessam os povos ocidentais, conseqüente a um materialismo cada vez mais endêmico? Precisamente. Vejo nisso a mais perfeita expressão do bolchevismo, e, contra este, sob qual seja o aspecto, uma instrução judiciosa baseada numa cuidada educação doméstica, por sua vez, assentada na firme fundação, a antiga Criação. Aquilo que eu em relatórios declarara aos chefes em relação disciplina, posso perfeitamente generalizar dizendo: onde vemos a falta de compostura nas ruas e lugares freqüentados, a desobediência às leis, a displicência no cumprimento dos deveres, a crescente desonestidade, falta de pudor etc., sem aqui enumerar a grande varie-

dade de contravenções, mesmo crimes, contra a moral e a vida do próximo, tudo isso e mais ainda nada mais é do que — falta de educação doméstica.

E não se diga que essa notável deficiência em a nossa preparação para a luta pela vida produza, apenas, incômodos e prejuízos entre nós. Não. O que poderemos esperar para o grande futuro de nossa portentosa pátria quando esta somente tiver para a servir homens e mulheres bolchevizados física, intelectual e moralmente? Como conquistar (conquistar sim, porque isso não se consegue por meio de decreto) uma verdadeira democracia, com uma gente assim, sem a menor consideração pelas pessoas e coisas dignas de respeito e atenção, entre a qual, não raro, encontramos não pequeno número de letrados? É que, mesmo aqueles que conquistam bonitos louros nas escolas e academias falham escandalosamente na prática, quando não tenham aprendido no lar as noções rudimentares de uma verdadeira educação; eles terão a ciência não, porém, o sentimento dos deveres essenciais a uma vida útil e feliz. Para isso será essencial voltarmos ao velho sistema de preparação da juventude, com pequenas adaptações ao progresso já alcançado. Esse sistema que deu ao Brasil bom número de grandes homens, já bem conhecidos em a nossa história e honrados nos países cultos, alguns deles vindos da monarquia, foram os fortes esteios em que se apoiou a nossa atual república cuja degeneração vem sempre crescendo com o desaparecimento desses homens notáveis. O velho sistema, educativo e não educacional como o atual, deu-nos sempre resultados satisfatórios, não porque fôssem os indivíduos por ele preparados mais inteligentes do que as gerações posteriores, porém, firmados em uma boa educação doméstica, foram guiados no preparo intelectual por um sistema mais racional e mais prático. O problema da instrução é perfeitamente análogo ao da alimentação fisiológica. São bem conhecidas as fases da preparação do alimento in-

dispensáveis à nutrição do corpo. Ora, a instrução é a alimentação intelectual. Escolhido o assunto a ser estudado, deverá este passar pelas fases sucesivas da masseração, ensalinação, digestão e assimilação. Isto é: deverá o assunto ser visado em partes sucessivamente, depois analisado para a compreensão, levado a consciência normal depois de entendido e, finalmente, assimilado. O sistema atual quando muito e raramente permite chegar o estudante ao conhecimento do que lhe ensinaram na escola e, já há poucos meses afastado dos estudos pouco ainda sabem do que estudaram. Alguns chegam a mais não saber o que julgavam aprender no ano anterior. Nada mais natural: os assuntos estudados foram compreendidos não, porém, assimilados porque a assimilação é transferência para o subconsciente, seja para a alma, daquilo que apenas ficou na consciência, isto é, no cérebro, no corpo físico.

Essa assimilação, que é a verdadeira posse do conhecimento adquirido, não se consegue somente com a decoração; uma vez bem compreendido o assunto, será, essencialmente, preciso meditar sobre ele. Como, porém, poderá isso fazer o atual estudante que nem de tempo dispõe para abrir a livraria e a meia dúzia de cadernos que diariamente conduz para a escola?

Será, então, inútil, mesmo inconveniente, ir-se procurar uma boa solução do problema, mais uma vez e sempre, na remodelação do sistema atual, que tanto tem de ruim para o preparo intelectual da nossa mocidade, quanto de propício à ganância crescente daqueles que dêse preparo fazem o melhor dos negócios.

Causaria grande admiração comparar-se a limitação dos assuntos e a pobreza de livros didáticos de que dispunham os nossos antepassados, mesmo muitos dos antigos ainda existentes, com o exagero nos programas de ensino e a plethora dos livros didáticos obrigatórios. Mesmo com o sério interesse de alguns colégios e professores, impossível será cumprir-se um pro-

grama de ensino tão absurdo em um ano letivo reduzido, mais ou menos, a seis meses com o excesso de dias feriados, dias santos e outros que em vez de dia do pai, da mãe, da criança, de mais não sei quê, deveriam chamar-se dias de vadição.

Mas, não devo continuar a estender-me num assunto que, dada a plutocracia de doutores e técnicos no assunto, já de longa data, deveria estar perfeitamente compreendido dando, portanto, resultados satisfatórios. Longe de querer com-

petir com esse escol de técnicos e doutores, coloco-me aqui, apenas, na situação de um velho soldado que muito labutou nos problemas de educação e instrução, e cheio de pesar, vê entregar-se nossa pátria, cada vez mais, ao domínio estrangeiro, êste, aliás, inculcado, por causa de perigosíssima desorientação no problema do preparo integral dos nossos futuros cidadãos. É por tudo isso também que venho depositar na porta de "A Defesa Nacional" mais esta pedrinha para a ereção da coluna.

**ALVARENGA
&
RANCHINHO"**
"OS MILIONÁRIOS DO RISO"

*Todas as Terças Feiras
às 21,05 hs.*

AO MICROFONE FAMOSO DA
RÁDIO TUPI

MOVIMENTADAS AUDIÇÕES
SOB O PATROCÍNIO DE :

Pêssegos em Calda
Red Indian
AZEITONAS **LAREIRA**
PRODUTOS GARANTIDOS PELA
Red Indian S.A.





NA DATA DO ANIVERSÁRIO DA
“A DEFESA NACIONAL”
OS CUMPRIMENTOS DA
ORQUIMA
INDÚSTRIAS QUÍMICAS REUNIDAS S. A.

*

RUA DA ASSEMBLÉIA, N. 19-12º

Telefone : 52-4388

RIO DE JANEIRO



UMA PRECIOSIDADE HISTÓRICA ENCONTRADA NA BIBLIOTECA DO FORTE MARECHAL LUZ (1ª 5º GACosM)

Aspirante EDSON KELLER

TRÊS VOLUMES

Tive o prazer de encontrar na pequena biblioteca do Forte Marechal Luz, situado à entrada da barra de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, uma preciosidade histórica, a qual refuto algum valor. Trata-se de três volumes encadernados, algo danificados pelo tempo. "La Guerre de Forteresse", tome premier, 436 pags.; "La Guerre de Forteresse", tome deuxième, 419 pags.; "La Guerre en Rase Campagne", tome second, 507 pags.

Os três tomos medem, cada um, aproximadamente, 18,4 cm x 12 cm x 3,4 cm e são de autoria do Capitão Danrit. Foram editados em Paris por Ernest Flammarion, Éditeur, não estando datados.

Nada de excepcional haverá por certo nestes dados. Entretanto, o valor que atribuo aos volumes está em terem sido oferecidos, em 20 de maio de 1896, à biblioteca da Fortaleza de Araçatuba pelo Coronel

Antônio Moreira Cezar. A rubrica do ilustre militar, A. Cezar, é encontrada duas vezes no primeiro volume de "La Guerre de Forteresse", três vezes no segundo volume de "La Guerre de Forteresse" e duas vezes no segundo volume de "La Guerre en Rase Campagne".

Creio não haver dúvidas que a rubrica é a do Coronel Moreira Cezar, pois, à primeira página do segundo volume de "La Guerre de Forteresse", encontra-se a seguinte inscrição: "Offerecido a Fortaleza pello Illustre Coronel Moreira Cezar. Araçatuba 1-6-96. M. Ferão".

ARAÇATUBA. A FORTALEZA

Construída em 1742 pelo Brigadeiro Silva Paes tomou o nome de Fortaleza de N. Senhora da Conceição da Barra do Sul. Situava-se entre a ponta dos Naufragos (sul da ilha de Santa Catarina), as ilhas dos Papagaios e a praia de Araçatuba. Era edificada em forma cir-

cular, numa ilhota de rocha viva, de excelente posição. Inicialmente possuía nove canhões, número aumentado posteriormente para 15.

Em 1894, quando da estada do Coronel Moreira Cezar em Santa Catarina, foi mandada reconstruir pelo mesmo, passando a ser conhecida, então, por Fortaleza de Araçatuba.

MOREIRA CEZAR. O HOMEM. O MILITAR

"Entre os fardos atirados à beira do caminho ficara, logo ao desencadeiar-se o pânico — tristíssimo pormenor! — o cadáver do comandante". (Euclides da Cunha — "Os Sertões").

O destino tornou célebre o Coronel Moreira Cezar. E Euclides da Cunha talvez mais que o destino. É através da grande obra nacional que a figura do antigo comandante nos comove, pelas pineladas clássicas com que Euclides compôs o majestoso painel d' "Os Sertões". O grande estilista esmiuçou o caráter, a vida e os atos do velho chefe militar como uma radiografia. E Moreira Cezar aparece-nos nas páginas do livro como um mistério desvendado. Nu dentro de seu drama. Trágico e epilético.

Antônio Moreira Cezar nasceu em São Paulo aos 7 de julho de 1850. em dezembro de 1869 assentou praça no Exército. A sua maneira áspera de agir e o seu caráter duro pouco a pouco foram envolvendo o seu nome num manto de lenda.

O movimento armado, que ficou em nossa História como a "Revolta da Esquadra", teve em Moreira Cezar um dos seus mais controvertidos personagens. Em 1893, já Coronel de Infantaria, foi enviado para Santa Catarina por Floriano Peixoto, então Presidente da República. Ia, nesta região, dar combate aos revoltosos. Comandando os 7º e 23º batalhões chegou a Florianópolis, a bordo do Itaipu.

Os fuzilamentos aparatosos que então ordenou e a sua maneira quase impiedosa de tratar seus prisioneiros lhe valeram não boas memórias neste Estado. Historiado-

res contam que 185 pessoas foram exterminadas na Fortaleza de Santa Cruz, por sua ordem. Apesar disto, *et pour cause*, a auréola legendária que encimava sua figura, fisicamente pequena, não diminuiu. Ao invés, aumentou. E quando, alguns anos mais tarde, o "Problema Canudos", com todo o seu leque de erros e exageros, começou a inquietar o Governo e a opinião pública nacionais, foi o seu nome lembrado para Chefe. E como chefe ele foi.

Embarcou a 3 de fevereiro de 1897 no Rio de Janeiro para a Bahia. Comandava a primeira expedição regular que se organizou para combater o feudo de Antônio Conselheiro, a terceira de toda a epopeia.

Qualquer pessoa se eximiria, e eu mais que todas, de relatar o que tenha sido a expedição Moreira Cezar contra Canudos, depois de Euclides havê-lo feito. Em seu livro imortal, naquele estilo seco e surpreendente como o xiquexique, o grande escritor escreveu o máximo que se poderia escrever. Definitivo.

A infeliz tentativa de se combater fanáticos com evasivas emocionais, em vez de com raciocínio frio e ponderável, foi categórica. Tão categórica quão absurda, como a cabeça do Coronel Tamarindo, o substituto de Moreira Cezar, suspenso num galho de árvore.

E no dia 3 de março de 1897, quando os soldados, em incontrolável fuga, abandonavam cheios de terror a caatinga enigmática, morria o seu comandante, o Coronel Antônio Moreira Cezar. E morria consigo a expedição.

Bibliografia :

- Euclides da Cunha — Os Sertões — 16ª ed. — Livraria Francisco Alves — Rio — 1942.
- José Arthur Boiteux — Dicionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina — 1º vol. — Editores Azevedo Irmãos — Rio — s/d.
- Lucas Alexandre Boiteux — Notas para a História Catarinense — Livraria Moderna — Florianópolis — s/d.

O PORTO DO RIO GRANDE

A construção do porto do Rio Grande foi objeto de cogitações desde o tempo do Império.

Foi Tamandaré quem primeiro despertou a atenção do Governo, por volta de 1850, para o aparelhamento de um porto, em Tôrres, visando abrigar os navios veleiros contra os fortes ventos do litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Desejava o grande almirante proteger nossa frota marítima num porto que se aproximasse do Rio da Prata pois naquela época já era ameaçadora a ação despótica dos governos de Buenos Aires e Montevideu — Rosas e Oribe.

Como ainda não tínhamos estradas de ferro, o porto de Tôrres só poderia dar o rendimento necessário fazendo-se a ligação terrestre a Porto Alegre ou S. João de Montenegro, onde pudesse carrear os produtos das nascentes colônias que começavam a se instalar nos vales tributários da margem esquerda do Jacui.

Dos estudos consequentes chegou-se à conclusão que o Porto do Rio Grande seria, no momento, a solução de maior alcance.

Em 1855, o Tenente-Coronel de Engenharia José Gomes Jardim apresentou ao governo imperial os primeiros estudos para a construção de um porto na barra do Rio Grande.

Em 1861, os engenheiros Raja Gabaglia e Neate prosseguem e completam os estudos de Jardim.

O especialista John Hawkshaw foi contratado em 1875 para estudar a localização de um porto na costa do Rio Grande mas se inclinou mais por Tôrres. Infelizmente naquela época não houve quem procurasse a solução média que viria benefi-

ciar a linda capital do Estado, Porto Alegre, opinando pela construção do canal de Porto Alegre no paralelo de Itapuan, pois assim se facilitaria o aparelhamento de um porto central no litoral e que ficaria no escoadouro da rica rede fluvial do Estado.

Esta é sem dúvida a solução futura no sistema portuário rio-grandense e que será por certo examinada logo depois que o problema hidrelétrico seja ultimado.

O escoamento da produção gaúcha se fará então de maneira mais fácil pela concentração das cargas em Porto Alegre e esta cidade terá o esplendor que merece pela sua topografia e pela sua posição.

Em 1880 os engenheiros brasileiro Alfredo Lisboa e Henrique Hargeaves, auxiliados pelo engenheiro francês Charles Fray, retomam os estudos do porto do Rio Grande. Enfim, em 1883 o eminente Honório Bicalho, auxiliado por Saboia e Silva e Ernesto Otero, estabelecem um projeto que serviu de base a todos os estudos ulteriores. Recomendavam eles dois molhes para conter as correntes marítimas, os ventos reinantes e desobstruir a barra dos aluviões da lagoa.

O que se fez no Rio Mosa serviu de inspiração ao ilustre engenheiro Bicalho.

Mais tarde chamaram dois peritos no assunto — P. Caland e Eads que trabalharam com sucesso na Holanda em obras hidráulicas.

Em 1887 houve a primeira concorrência para a construção da barra e do porto e no ano seguinte é criada a Companhia Francesa Franco Brésilienne de Travaux Publics recebe o contrato.

Iniciaram-se as obras mas com a proclamação da República surgiram

certas dificuldades e dúvidas que foram derimidas pelo árbitro Alberto Tôrres. O grande sociólogo decidiu a favor da rescisão do contrato. Paralisaram-se as obras.

Em 1898 foram retomadas por processo administrativo.

Com a apresentação do projeto da barra e do pôrto na Exposição de S. Luiz em 1904 nos EE.UU. o grande engenheiro americano Edmer Lawrence Corthell que havia trabalhado na barra do Mississipi foi encorajado pelo Capitão de Corveta José Carlos de Carvalho a vir dirigir o serviço no Rio Grande.

Lauro Müller teve a honra de aprovar os estudos definitivos do atual pôrto em 1906. Foi necessário construir os ramais para Monte Bonito e Capão do Leão num total de 128km de linhas. De 1911 a 1915 foram lançados no mar 3.947.000 toneladas de pedra ou sejam 2.203.362m³ para a construção dos

dois gigantescos molhes. Eles se acham a três metros acima do nível médio do mar e têm uma largura de 5,40m.

O grande tribuno Silveira Martins foi o paladino da abertura do pôrto do Rio Grande e respondendo às dúvidas dos que descreiam da obra declarava da tribuna: "A barra não tem querer". O molhe leste ficou com 3.735 metros e o molhe oeste com 4.012 metros.

Simultânea com a construção da barra foi feito o pôrto do Rio Grande. Foi uma Companhia francesa a nova detentora da concorrência.

A 15 de novembro de 1915 estavam prontos a barra e o pôrto.

Em 1919 a administração do pôrto passou para o Governo do Estado. O total da encampação atingiu a soma de 208.640.546 francos. A companhia tinha privilégio de exploração por 70 anos.

FERRO, AÇO E METAIS, EM GERAL

Aço em barras e vergalhões. Trellados — Canos de ferro galvanizados, pretos, vermelhos e de aço — Chapas de ferro galvanizadas, pretas e corrugadas — Cobre e latão em barras, chapas e vergalhões — Importadora de todas as linhas do ramo — I.U.T.L.H. em vigas. Elcos de Transmissão.

Ferro em barras, vergalhões e cantoneiras.

ALMEIDA, COMÉRCIO, IMPORTADORA DE FERRO E AÇO, LTDA.
Distribuidora das Companhias Siderúrgica Nacional, Siderúrgica Balço-Mineira e de outras procedências.

Escritório e Vendas:

Rua dos Arcos, n. 28/42 — Fones: 22-1842 e 52-2104 (Rêde interna)

Depósito:

Rua General Bruce, 102 — Fones: 54-0860 e 28-7519 — Rio de Janeiro

Enderêço Telegráfico "ACIFAÇO"

RIO DE JANEIRO

B. HERZOG COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.

Rua Miguel Couto, 129-131

RIO DE JANEIRO

Telefone 43-0890

Rua Florêncio de Abreu, 353

SÃO PAULO

Telefone 33-4114

End. Teleg. "BEZOG"

Produtos Químicos Industriais, Farmacêuticos e Analíticos
Bicicletas, Motocicletas e Acessórios

FÁBRICA DE ARTIGOS PLÁSTICOS POR INJEÇÃO E EXTRUSÃO

As consultas são prontamente atendidas. Mantemos grandes estoques para pronta entrega

Como e onde se cumpre	QUEM O CUMPRE		NA PAZ COMPREENDE			NA GUERRA COMPREENDE	
	Na paz	Na guerra	SERVIÇO MILITAR			Serviço Militar	Serviço Civil
Serviço Militar: No Exército, Marinha e Aeronáutica. Serviço civil: Em atividades que visem assegurar a Defesa Nacional.	Todos os brasileiros natos ao completarem 19 anos de idade, a contar do primeiro dia de janeiro do ano em que atingirem essa idade. (Parágrafo único do art. 1º, da Lei n. 1.200, de 16 Set 950). Os brasileiros por opção e os naturalizados. (§§ 2º e 3º, do art. 2º, da LSM).	Todos os cidadãos até 45 anos, inclusive, art. 9º, da LSM, salvo o caso de dilação prevista no § 2º, do art. 4º, da mesma Lei. Os que tiverem até 60 anos de idade, em missões não combatentes, de acordo com as suas habilitações técnicas e capacidade física. (Art. 10, da LSM). As mulheres poderão voluntariamente habilitar-se de acordo com regulamentos especiais em cursos de enfermagem e em outros compatíveis com suas aptidões (§ 1º, do art. 2º, da LSM).	Brasileiros Homens			Todos os brasileiros natos de 18 anos em diante, os naturalizados segundo o § 3º, do art. 2º, da LSM e os filhos de brasileiros nascidos no exterior que optarem pela nacionalidade brasileira (§ 2º, do art. 2º, da LSM).	Todos os brasileiros sem distinção de sexo a juízo do Poder Executivo segundo suas habilitações e condições de capacidade, desde que necessário aos fins da preparação da Defesa Nacional.
			Compreende os períodos de:				
			Alistamento	Convocação	Pos-convocação		
			Começa aos 16 anos de idade e termina ao iniciar-se a convocação.	Começa aos 19 anos e termina no máximo um ano depois.	Começa ao terminar a convocação e termina aos 45 anos de idade inclusive.		
			Art. 181 da Constituição. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da lei. § 1º. As mulheres ficam isentas do serviço militar, mas sujeitas aos encargos que a lei estabelecer. § 2º. A obrigação militar dos eclesiásticos será cumprida nos serviços das forças armadas ou na sua assistência espiritual. § 3º. Nenhum brasileiro poderá, a partir da idade inicial, fixada em lei, para a prestação do serviço militar, exercer função pública ou ocupar emprego em entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, sem a prova de ter-se alistado, ser reservista ou gozar de isenção. § 4º. Para favorecer o cumprimento das obrigações militares, são permitidos os furos de guerra e outros órgãos de formação de reservistas.				

More
em casa
própria

e pague-a com o dinheiro
que despende para
morar em casa alheia!



Banco Hipotecário
Lar Brasileiro S. A.

TRAÇOS BIOGRÁFICOS DO GENERAL CÂMARA

DARIO CRESPO

Diretor da C. E. Federal

Evocar-lhe o nome é lembrar uma das mais puras e heróicas tradições do nosso Exército.

João Antônio Corrêa da Câmara era, em verdade, uma extraordinária vocação militar, que desde cedo se revelou.

Nascido no Rio Grande do Sul, possuía em alto grau as qualidades de sua gente. Espírito épico, bravo, impetuoso, sereno e magnânimo.

Tinha êsse espírito militar, que a contingência da luta nos impôs na defesa contra o estrangeiro, desenvolvendo a camaradagem, a amizade fraterna, o desprezo do perigo afrontado em comum, a honra de morrer pela Pátria.

O espírito militar deu-nos disciplina e consciência cívica. Foi êle na alma riograndense, "a maior fonte de sociabilidade que é possível imaginar-se", como acentua um estudioso da nossa sociogênese.

A necessidade da defesa comum, a todos irmanando, sem distinção social, e a vida da "estância" que se repartia com a do acampamento, constituíram no Rio Grande o primeiro passo para a democracia.

São êsses traços marcantes que lhe definem a mentalidade.

Câmara é um tipo representativo da sua terra. A modelagem da sua personalidade obedece ao determinismo da nossa ambiência físico-social.

Sua infância foi embalada pelo conto das façanhas guerreiras avoengas.

Patrício José Corrêa da Câmara fôra o honrado e destemido comandante de fronteira, que operou prodígios de valor na luta contra os espanhóis de Vertiz e Ceбалlos, levando até às raias extre-

mas do Uruguai as armas reivindicadoras.

Na tomada do Forte de Santa Tecla, o grande fronteiro traça o plano de ataque, e com os seus bravos que levam como escudos pedaços de couro cru, atira-se aos baluartes, tentando a escalada de suas muralhas. A luta prossegue e culmina com a tomada e arrasamento do forte, que era um dos principais pontos de resistência do invasor.

Numa carga de cavalaria contra os espanhóis, que se tornou célebre, ordenou aos seus comandados "que galopassem e apertassem à espada o inimigo".

Êsses e tantos outros episódios ouvira-os o neto, empolgado ao calor da narrativa das cargas heróicas e romanescas.

E a figura do avô, a quem desejava assemelhar-se um dia, avultava na sua imaginação. Era o tipo ideal, o modelo de herói, que em suas aspirações ainda confusas desejava realizar.

Já se disse que o homem se eleva à altura do seu ideal.

Câmara não haveria de elevar-se apenas, ao nível do herói que povoava a sua imaginação.

Herdara-lhe, com o sangue, as características psicológicas de energia, de bravura e magnanimidade. Mas, quis o destino que o superasse.

Corria o mês de setembro de 1839.

O solo da Província tremia ao fragor da luta, acesa aos clarões do idealismo republicano, conduzida por Bento Gonçalves, e que Caxias, consciente do destino histórico da Monarquia, com força de coesão necessária à unidade nacional, iria pôr um termo de todo em todo digno e patriótico.

Câmara tem, então, apenas 15 anos de idade. Mas já não pode conter-se por mais tempo. Corre às fileiras do Exército, onde se alista como voluntário, marchando no mesmo dia para o campo da luta.

Começa então a sua luminosa trajetória de soldado.

Sob as ordens do Marquês de Souza, "aquele que comanda em uniforme de gala", Câmara, já no posto de capitão, toma parte na guerra contra Rosas, até o feito glorioso de Monte Caceres.

Na Campanha do Uruguai, à frente do 1º Batalhão de Infantaria e de Fuzileiros Navais, no assalto e tomada de Paissandu, recebe os elogios de Antonio Sampaio e os galões de tenente-coronel.

A guerra do Paraguai que vai ser o maior teatro de seus feitos, já o encontra com o curso da Escola Militar de Porto Alegre, que tirara quando Capitão.

Tendo assistido à rendição de Uruguaiana, marcha para o solo do invasor, onde as suas cargas, que assombram o inimigo e entusiasma os companheiros, vão se tornar célebres.

Sua espada ficará legendária e a sua alta capacidade de comando irá sagrá-lo um dos generais mais completos do Império.

Bate-se com sobrehumano heroísmo em Tuiuti, Curuzu, Curupaiti, Tuiu-Cué. Desempenha, em 67, o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército sendo, logo após, designado para o comando da 5ª Divisão de Cavalaria, a cuja frente peleja bravamente nos ataques de Passo Pecu e Espinilho. Sob o fogo da artilharia inimiga, marcha impávido no reconhecimento de Piquisiri.

Depois, é Avaí, Lomas Valentinas, Angostura, Passo Tupium, Campo Grande, Aquidaban e o epílogo da grande tragédia que por mais de um lustro ensanguentou o solo americano.

Em todas essas ações, memoráveis, Corrêa da Câmara revela qualidades que o colocam à altura dos grandes capitães.

Na batalha de Avaí, sob o comando geral de Caxias, realiza prodígios de valor. No momento decisivo, Câmara leva a última carga de cava-

laria ao centro paraguaio, despedaçando as linhas inimigas, decidindo a vitória. Nesse dia de glória para as nossas armas, ainda no campo da batalha é louvado e promovido a general.

Ao baixar a espada, diante do generalíssimo, ouve de Caxias a frase, que a história recolheu, e que vale pela melhor das condecorações:

"General, louvo-o por suas brilhantes cargas".

E como se não bastasse tamanho galardão, ainda iria receber o elogio do bravo dos bravos, testemunha das suas façanhas.

Osório, nesse dia memorável, recebeu um ferimento de bala de fuzil em pleno rosto, que lhe fraturou o maxilar inferior.

Não pôde falar o Centauro dos Pampas. Mas também não pôde calar.

Toma, então, um pedaço de papel, e com o punho glorioso, que por cinco horas brandira a lança legendária, escreve conciso e firme:

"Câmara é um bravo".

Mas, Câmara não é só a bravura e arremesso das cargas irresistíveis que levam ao inimigo a confusão e a derrota.

Tinha sobretudo excepcionais qualidades de comando.

Era um tático e um estrategista de primeira ordem. Provam-no as numerosas e brilhantes ações em que se empenhou. Atesta a sua capacidade militar o maior general do Brasil, o patrono do nosso Exército.

E Caxias era dos que sabiam como os seus comandados lhe executavam as ordens.

De volta ao Brasil, perante o Imperador, não teve dúvida o Generalíssimo em proclamá-lo "a melhor cabeça militar" que deixara no Paraguai, e que só o não propusera para seu substituto por ser ele o "mais novo" entre os generais brasileiros.

Dizendo-se sem expressões para louvar e exaltar como devera, o Conde D'eu, comandante em chefe, afirma que o general José Antônio Corrêa da Câmara demonstrara qualidades militares e talento tão notáveis, que o Brasil tinha nele "um

general capaz de levar a cabo os mais árduos cometimentos e de honrar a sua pátria perante o mundo civilizado”.

Câmara na Campanha da Cordilheira, foi o comandante das forças que operaram ao norte no distrito de Conceição. Dêse ponto lançou as suas antenas, em tôdas as direções.

Durante cinco meses se desenvolvem as operações através dos esteiros, dos banhados e das matas, onde os nossos soldados arrostando toda sorte de sacrifícios, mas sempre batendo e recalçando o inimigo.

Corrêa da Câmara é de uma atividade prodigiosa. Agindo como comandante em chefe, com a responsabilidade exclusiva das operações, mais se evidenciam o vigor do seu talento e a energia da sua vontade.

Dêle é a concepção do plano de operações, cuja ação foi perfeita graças à sua ação incomparável.

Algo decisivo que em Cerro-Corá pôs termo à grande luta, foi o coroamento de um plano sãbiamente traçado, enérgica e metódicamente executado.

Escrita a última página da grande tragédia, volta à Pátria o marechal de campo José Antônio Corrêa da Câmara, Visconde de Pelotas.

Não termina aí, entretanto, o ciclo de seus serviços ao Brasil.

Não os recusaria na paz, que o não permitia o seu nunca desmentido espírito público. Recusou, é certo, o Ministério da Guerra, para cuja pasta fora convidado, logo de seu regresso ao Rio Grande.

Com o senso da sua elegância moral, que timbrou sempre em guardar, excusou-se alegando moléstia, mas o verdadeiro motivo por que não assentiu ao convite foi o entender que sendo liberal, não lhe ficaria bem pertencer a um Gabinete conservador.

Eleito senador por sua Província, tomou parte ativa na chamada “Questão Militar”, ao lado de seus companheiros de farda. Em seguida, nomeado ministro da Guerra, sua passagem por essa pasta, a par de uma administração proficiente, deixou impresso um cunho de severa justiça.

A República o surpreendeu com um convite de Deodoro para presidir o Rio Grande, cujo governo assumiu interinamente, colocando o prestígio do seu nome glorioso ao serviço da Pátria, acima do entrecchoque das paixões desencadeadas.

Deixando o governo, no ano seguinte, vivia afastado da atividade pública, sem quaisquer ligações partidárias, quando a trama dos acontecimentos novamente o colheu, reconduzindo-o ao governo estadual.

Aceita então o sacrifício, “com o intuito de evitar a perturbação da ordem e assegurar a liberdade eleitoral”.

Transfere, porém, o cargo a Silva Tavares, pouco depois, por lhe não ser possível conjurar a crise política que haveria de desfechar numa luta implacável e cruenta.

Passo rápido sobre essa fase da sua vida, porque falo de Câmara, apenas, como militar. Porque êle foi, antes de tudo, um soldado.

Um grande soldado. Dos maiores que ainda teve o Brasil.

Marechal de Campo, Conselheiro de Guerra, Marechal do Imperial Exército Brasileiro, Grande do Império do Conselho de Sua Majestade Imperial, Senador, Ministro e Governador, com várias condecorações, nada por certo teria sido mais grato ao seu coração do que o título com que foi agraciado de Visconde de Pelotas, que pertencera ao seu avô, o famoso fronteiro, a quem desejava assemelhar-se.

Realizara o grande sonho da sua juventude. Já se lhe poderia aplicar, então, o conceito de “uma grande vida” de Alfred de Vigny: “Une pensée de la jeunesse réalisée para l'âge mur”.

Uma grande vida a do general Câmara, a inspirar as gerações do Brasil.

Na exaltação das nossas glórias, reafirmamos o sentido heróico da nossa história.

Evocando o nosso passado, remontamos às fontes de nossas mais puras e soberbas energias.

Se a pátria está mais no futuro do que no passado, e neste, entretanto, nas suas tradições, que ela

vai buscar a sua grande força, a força espiritual e criadora que a impele na marcha do seu destino.

As forças morais geram a fé, que move montanhas e realiza o milagre.

Sem elas não é possível vencer.

Só elas mantêm o espírito nacional sem o que não se concebe a existência da pátria.

Esse espírito, jamais o perdeu o Brasil, no curso da sua história.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDE-REÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

A OBRA ASSISTENCIAL DO SAPS

Há 15 anos passados foi criada, no Brasil, uma nova entidade pública — Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) — destinada a prestar serviços até então afetos à iniciativa particular — venda de refeições e gêneros alimentícios. Foi o primeiro empreendimento governamental visado, a exemplo do que já fazia em outros países, a melhoria das condições alimentares da população.

Apelos nesse sentido, aliás, vinham sendo feitos, há muitos anos, por médicos, sociólogos e outros estudiosos dos problemas nacionais. Sabia-se, sobejamente, que o povo brasileiro era, e ainda o é, conforme evidenciaram pesquisas diversas, um dos mais mal alimentados do mundo, quer qualitativa, quer quantitativamente.

Todavia, se essa era a situação, de um modo geral, não menos grave se apresentava quando considerado em relação a determinados grupos sociais. No caso dos trabalhadores, por exemplo. Os integrantes dessa classe, sujeitos, em sua quase totalidade, a salários baixos, viam-se forçados a recorrer a pensões particulares e restaurantes baratos para fazerem suas refeições, quando não as traziam de casa, em marmitas. Urgia, pois, fossem adotadas providências imediatas visando tal situação.

RÊDE DE RESTAURANTES

Foi criado, então, o SAPS, tendo como uma de suas atribuições “assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões”. Para consecução desse objetivo elaborou-se um plano de instalação de restaurantes em diferentes pontos do território nacional a fim de atender à coletividade trabalhadora.

Inicialmente, foi no Distrito Federal onde se construiu (Praça da Bandeira) a primeira dessas unidades, inaugurada em dezembro de 1942.

Hoje, a rede de restaurantes do SAPS, que fornecem refeições baratas e preparadas dentro dos modernos preceitos da ciência da Nutrição, compõe-se de 28 modernos estabelecimentos funcionando em 19 Estados e no Distrito Federal. Daquele total, 12 restaurantes estão instalados na capital da República.

Em conjunto, esses restaurantes do SAPS fornecem, diariamente, um total de 39.783 refeições, sendo que, 20.066, pelos órgãos do Distrito Federal.

Evidentemente, porém, a solução do problema alimentar, no Brasil, e até mesmo a melhoria das condições alimentares dos trabalhadores, não estaria resolvida mediante o simples fornecimento de refeições.

CAMPANHA EDUCATIVA

Impunha-se, ao mesmo tempo, que fosse encetada intensiva campanha educativa, visando à difusão, entre os próprios trabalhadores, e a população em geral, dos elementares princípios da nutrição. Isso porque inquéritos realizados demonstraram, à sociedade, que a falta de educação alimentar contribuía, sobretudo, para agravar o problema. Por outro lado, a observação não deixava dúvida dos prejuízos decorrentes dos há-

bitos errôneos tão comuns em nosso povo, evidenciados não apenas através de tabus e restrições diversas, bem como pelo uso generalizado de alimentos inferiores, sob o ponto de vista da nutrição, em detrimento de outros cujas qualidades nutritivas eram desconhecidas ou subestimadas.

Deu início o SAPS, então, ao seu plano de propaganda educativa, levando às classes populares, através dos meios mais modernos de divulgação, como a jornais, rádio, cinema e publicações diversas, dos princípios básicos da alimentação.

E os resultados dêsse trabalho já se vêm fazendo sentir, como o atestam exemplos diversos. Mencione-se, nesse particular, o uso do leite nas refeições adotado pelo SAPS em todos os seus restaurantes. A princípio, era comum a recusa do leite, por muitos comensais, alegando uns, a maioria, não gostar dêsse alimento, e outros que a sua mistura, com vários alimentos da refeição, era prejudicial. Hoje, graças aos esclarecimentos prestados, tal noção errônea está completamente abandonada, sendo usual a aceitação do leite nas refeições, por todos os comensais, que o aceitam como prática comum.

SETOR DE ABASTECIMENTO

Entretanto, impunha-se a extensão dos benefícios do SAPS à coletividade em geral, e às famílias dos trabalhadores, em especial. Tal é o que visa a atividade desenvolvida pela autarquia no setor do abastecimento, previsto, aliás, na lei que criou o SAPS.

Por isso, foram instalados centenas de Postos de Subsistência em diversos pontos do país, que oferecem às famílias dos previdenciários e ao público, gêneros alimentícios, de primeira qualidade, a preços acessíveis. No momento, êsse Setor do SAPS, que se encontra em fase de reorganização, mantém 270 postos de subsistência em várias cidades brasileiras e um Super-Mercado, no Distrito Federal.

Esse Super-Mercado, único em seu gênero mantido pelo SAPS no Brasil, é um moderno e grandioso estabelecimento que oferece ao público, em suas diversas seções, gêneros alimentícios e as mais variadas utilidades domésticas. Com um movimento financeiro que ascende a milhões de cruzeiros, atende o Super-Mercado, situado próximo à Praça da Bandeira, cerca de 500 mil pessoas, por mês.

ATIVIDADES CULTURAIS

Trabalhando pela melhoria das condições alimentares do trabalhador brasileiro, numa obra ímpar, não esquece o SAPS de aperfeiçoar-lhe o espírito, propiciando-lhe meios de aprimoramento cultural. Assim sendo, instalou em anexo a seus Restaurantes, Bibliotecas e Discotecas dotadas das obras literárias e musicais dos melhores autores nacionais e estrangeiros.

Atualmente, funcionam em todo o Brasil 11 Bibliotecas e Discotecas mantidas pelo SAPS, que registram um movimento mensal de 6.392 leitores e 2.148 ouvintes, respectivamente.

Graças à sua multiplicidade de funções é que o SAPS pode ser considerado, como o têm afirmado as mais destacadas personalidades estrangeiras que conhecem sua ação, órgão sem igual em qualquer país do mundo.

A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Para os que crêm que o progresso humano não se consegue apenas por meio de idéias, mas também graças à habilidade do homem de aproveitar as forças naturais mais poderosas que seus músculos, as primeiras semanas de 1955 foram excepcionalmente significativas.

Há pouco tempo, o primeiro submarino movido inteiramente por energia atômica, deixou seu estaleiro e começou seus primeiros ensaios. É certo que este submarino, chamado "Nautilus", é um instrumento militar. Mas quando a ultramoderna nave cortar as águas do Atlântico, sua própria existência terá aberto imensas perspectivas científicas. Em sua primeira operação, o "Nautilus" não deixou traço algum de fumaça ou gás, fato que implica no início da era da locomoção atômica.

Mas restam muitos problemas difíceis por serem resolvidos; a descarga dos resíduos atômicos de maneira gradual e não imediata; a absorção das altas temperaturas e a eliminação das irradiações mortíferas ao ser esse calor transferido do forno nuclear à caldeira, e, finalmente, a proteção das vidas humanas com concreto e chumbo ou com uma combinação desses dois materiais.

O calor atômico pode ser convertido em vapor, e, assim como o vapor produziu uma revolução industrial há uns 150 anos, agora o processo atômico produziu o começo de uma segunda revolução.

Muitas criaturas já estão imaginando grandes transatlânticos, locomotivas e outros veículos movidos pela energia produzida por esse tipo de processo, e a frase "segunda revolução industrial" já está sendo ouvida com frequência.

Atualmente se constrói uma instalação geradora átomo-elétrica, per-

to de Pittsburgh, Pennsylvania, que será capaz de fornecer eletricidade a uma cidade de 100 mil habitantes. Ao mesmo tempo, os engenheiros do Exército estão trabalhando na criação de instalações similares que podem ser desmontadas e transportadas por avião aos lugares mais remotos.

Muitas firmas industriais dos Estados Unidos manifestaram seu interesse em instalar geradores operados por energia atômica, para fins industriais.

Em uma edição especial dedicada à energia atômica para fins pacíficos, a revista "Saturday Review" faz uma análise que deixa o leitor com a impressão clara de que o que nos separa hoje da segunda revolução industrial da era atômica é somente o tempo exigido para a construção de instalações e a aquisição de certa experiência para operá-las.

Diz-se com razão que certos produtos derivados da energia atômica já fizeram sua aparição no mundo industrial. Esses produtos, cujos raios são mais poderosos e de produção mais barata e fácil que os Raios-X, permite ao homem ver através do aço, da madeira e de outros produtos; inspecionar o interior de complicada maquinaria e labirintos de tubulações e medir a espessura do papel, das chapas de madeira e metálicas. Mais de 900 instalações industriais nos Estados Unidos utilizam esses sistemas para melhorar sua produção.

Mas constitui apenas o princípio da era atômica. As reservas dos minerais naturais urânio e tório, do mundo e sua capacidade de produzir material desintegrável artificial — plutônio — são suficientes para fornecer ao mundo energia atômica durante 1.700 anos. E isso com uma produção que esgotaria as re-

servas de petróleo e carvão em apenas 80 anos! A energia hidroelétrica, embora abundante, constitui apenas uma mínima parte da produção industrial.

O custo de produzir energia elétrica por meio da ciência atômica — que se considerou um grande obstáculo para sua aplicação prática — é agora uma questão de importância relativa. Nos Estados Unidos a eletricidade produzida pelos meios convencionais custa de dois a sete centavos de dólar por quilowatt-hora. A energia elétrica produzida por meio da energia atômica custa oito centavos por quilowatt-hora.

Em outros países, onde a energia elétrica é escassa e onde sua produção é em excesso custosa ou difícil, a energia atômica poderá entrar imediatamente a competir com a eletricidade produzida convencionalmente.

Os especialistas que ora trabalham na produção de energia elétrica para fins industriais estão convencidos de que um acordo internacional — sobre as bases sugeridas pelo presidente Eisenhower — se tornou urgentemente necessário. A oportunidade de uma "segunda revolução industrial" depende de como o homem aproveite essa oportunidade que lhe dá a natureza.

AVISO N. 99, DE 21-I-947

Tendo em vista que "A Defesa Nacional" vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, aprez-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen. Canrobert P. da Costa.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

TÉCNICA LEGISLATIVA

PONTES DE MIRANDA

São requisitos para boa lei de participação nos lucros: a) que não se afaste dos princípios constitucionais, principalmente os dos artigos 145, 141, § 16 e 157; b) que os empregados compreendam como se forma o lucro dedutível, como se forma e se deduz o quanto participável, como se determina a quota de participação e se procede à distribuição; c) que sirva, ou, pelo menos, possa servir às finalidades com que a Constituição concebeu a participação nos lucros; d) que a participação nos lucros seja suportável, objetiva, pela empresa, e objetiva e subjetivamente, pelos acionistas (não é preciso somente que seja objetivamente razoável o dividendo, é preciso que os acionistas não temam as eras más, não prefiram vender a países estrangeiros ou a outras unidades do país a maquinaria; e) a produtividade individual é que deve ser o critério para as quotas de participação, mais do que o tempo de serviço (Robert L. Rowe, Profit-Sharing Plans in Industry. Harvard Business Review, setembro de 1949, 583: "The increase in individual productivity and a realization that ultima-

tely compensation must be based on the individual employee's contribution rather than mere time on the job"); f) França (1919), Tcheco-Eslováquia (1920), Itália (1921), Noruega (1922), Portugal (1923), Colômbia (1923) e Nova Zelândia (1924) pensaram em participação obrigatória nos lucros. Também Bélgica, Inglaterra e outros países. Alguns chegaram a legislar. A Rússia afasta-a, como essencialmente capitalista. O Brasil põ-la em regra jurídica constitucional. Diz-se que ela é impraticável; alude-se ao abandono dela a cada momento, em todos os países. Maior responsabilidade do que considerá-la necessária é estabelecê-la em termos que levem a demonstração do seu fracasso. Têm razão os que os atribuem a não se ter planejado com os princípios certos ("correct principles"), inclusive o não se ter resguardado o lucro do que "arriscou" o capital e o não se atender a que a participação dos empregados nos lucros não importa em participação dêles nas perdas e é preciso assegurar a cobertura dessas perdas eventuais, antes dos dividendos e das quotas de participação.

JOALHERIA HERMAN

Anéis Militares com tôdas as Armas — Jóias, Relógios e Bijuterias

CONSERTAM-SE JÓIAS E RELÓGIOS

Sz. H. Klajmic

RUA DR. GARNIER, 390 "RIEX" — TEL.: 48-8502 — LOJA CENTRAL

SOCIEDADE COMERCIAL ROBERTO LENKE LTDA.**IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO**

Produtos químicos pesados, para a indústria. Produtos farmacêuticos para Laboratórios e Farmácia.

Inseticidas e adubos para a lavoura. Matérias-primas para rações de aves e animais.

Matérias-primas do país para a indústria e Laboratórios.

AVENIDA RIO BRANCO, 25-S/901-904**Tels. : 43-8211 e 43-1464 — Caixa Postal 3707****RIO DE JANEIRO****"FONTE" EMPRESA COMERCIAL E INDUSTRIAL
DE MATÉRIAS-PRIMAS S. A.****Telegramas: "SOURCE" — Caixa Postal 1513****RUA DO CARMO 6-7º ANDAR****TELEFONES 42-8564, 42-5995 E 42-7445****RIO DE JANEIRO**

O CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR ARGENTINO

Tradução do General NISO DE VIANNA
MONTEZUMA

XI

Art. 581. Quando este código estabelece pena alternativa para o delito o tribunal aplicará a que, a seu critério, fôr mais adequada ao caso.

Art. 582. Se as sanções alternativas forem de diversas categorias, isto é, pena de delito ou sanção disciplinar, esta última só poderá ser aplicada por sentença do conselho de guerra.

Art. 583. Quando couber a pena de morte e concorrerem somente circunstâncias atenuantes, será aplicada a pena imediatamente inferior; e quando couber a de reclusão por tempo indeterminado, será aplicada a de reclusão por doze a vinte e quatro anos.

Art. 584. Nenhuma presunção, por veemente que seja, dará lugar à imposição da pena de morte.

Art. 585. Ao culpado de duas ou mais infrações sujeitas à jurisdição militar, que ainda não tenham sido julgadas, será aplicada a sanção da infração mais grave, considerando-se as outras como causas agravantes.

No caso em que, depois de uma condenação imposta por conselhos de guerra, se deva julgar a mesma pessoa por novos delitos militares, se o condenado se achar cumprindo pena privativa da liberdade, a nova sentença deverá unificar todas as penas. Neste caso pode ser imposto ao acusado, como mínimo, o mínimo da pena máxima e, como máximo, a soma resultante da acumulação das penas correspondentes aos diversos fatos.

Na unificação de penas por delitos militares, a referida soma não

poderá exceder de cinco anos para a prisão menor; de doze, para a prisão maior e de vinte e cinco para a reclusão.

A pedido da parte se procederá à unificação das penas a impor por delitos comuns julgados pelos tribunais militares e pelos ordinários, devendo a sentença única ser proferida pelo tribunal a que corresponder a imposição da maior pena. Tratando-se de penas iguais, a unificação deverá ser solicitada ao tribunal que julgar o último ato praticado. Neste caso, os tribunais militares procederão de acordo com a regra estabelecida no parágrafo segundo deste artigo.

Será nula toda sentença dos tribunais militares que deixar de observar as disposições precedentes.

Não serão unificadas as penas quando concorrerem delitos especificamente militares com delitos comuns, algum ou alguns dos quais julgados pela justiça ordinária.

Art. 586. Quando, em consequência da condição do processado, não se lhe puder aplicar sanção militar, será esta substituída da seguinte forma:

- 1º) a degradação militar imposta como pena principal, pela de prisão até quatro anos e a inabilitação absoluta e perpétua em todos os casos;
- 2º) a destituição e o desterro por prisão até dois anos.

Art. 587. Quando se tratar de delitos comuns, os conselhos de guerra imporão as penas estabelecidas

pelo Código Penal ou pela lei especial violada, exceto quando a infração fôr reprimida com multa, caso em que será substituída pela de prisão militar.

Art. 588. As penas temporárias começam a correr :

- 1º) as que são acompanhadas de degradação, desde que esta tiver sido efetivada ;
- 2º) as demais, desde o pronunciamento da sentença condenatória, se o condenado estiver prêso, e desde que seja recolhido à prisão, se estiver em liberdade.

Art. 589. Nas penas privativas de liberdade, os tribunais militares computarão o tempo de prisão preventiva nas seguintes condições : quatro dias de prisão preventiva equivalente a um dia de reclusão ; dois a um de prisão maior ; um, a outro de prisão menor ou de destêrro e um de prisão preventiva a dois de prisão.

Art. 590. Tôda condenação proferida contra oficial, suboficial ou graduado, por delito consumado ou tentativa, por motivo de roubo, furto, estelionato, extorsão comum ou militar, acarreta a destituição.

Art. 591. A aplicação de pena aos assemelhados será feita de acôrdo com o emprêgo a que se refere a assemelhação.

Art. 592. Quando, ao indicar a pena de um delito êste código a estabelecer genericamente, ela poderá ser aplicada em suas diversas formas ou modalidades, de acôrdo com as circunstâncias do fato, apreciadas pelo tribunal.

CAPÍTULO IV

EXTINÇÃO DA AÇÃO PENAL E DA AÇÃO DISCIPLINAR

Art. 593. A ação penal se extingue :

- 1º) por morte do acusado ;
- 2º) por anistia ;
- 3º) por prescrição ;
- 4º) por sentença irrevogável ou sobrestamento definitivo.

Art. 594. As causas de extinção enunciadas no artigo anterior podem ser alegadas em qualquer fase do processo.

Art. 595. A morte do acusado extingue a ação apenas no tocante à pena corporal.

Art. 596. A anistia extingue a ação nos termos do art. 478. Se os acusados se acharem detidos, serão postos em liberdade.

Art. 597. Com a prescrição da ação também se extingue o direito de proceder contra os responsáveis.

Art. 598. A prescrição é pessoal : corre a favor ou contra qualquer pessoa, e para ela basta o simples transcurso do tempo estabelecido, salvo o disposto na última parte do art. 114.

Art. 599. Os prazos da prescrição são contínuos ; serão contados do dia em que começam ao que terminam.

Art. 600. A ação penal prescreve :

- 1º) depois de decorridos vinte anos, se o delito fôr punido com a pena de morte ;
- 2º) depois de decorridos quinze anos, se o delito fôr punido com reclusão por tempo indeterminado ;
- 3º) depois de decorridos dez anos, se a pena correspondente fôr a de reclusão por tempo determinado ou de degradação como pena principal ;
- 4º) depois de decorridos seis anos, se fôr punido com a pena de prisão maior ;
- 5º) depois de decorridos quatro anos, em todos os demais casos de delitos militares.

Art. 601. Nos delitos comuns a ação penal prescreve de acôrdo com os prazos fixados pelo Código Penal ou pela lei especial, conforme o caso.

Art. 602. Nos casos de delitos punidos com a pena alternativa, para fins da prescrição será preciso transcorrer o prazo correspondente à pena mais grave.

Art. 603. Os prazos estabelecidos no art. 600 começam a correr :

- 1º) para os delitos consumados, do dia em que estes forem cometidos ;
- 2º) para a tentativa ou delito frustrado, do dia em que foi praticado o último ato de execução, o mesmo que para a aliciação ou a conspiração, quando estas forem puníveis ;
- 3º) para os delitos continuados, do dia em que fôr cometido o último ato ;
- 4º) para as deserções o referido prazo começará a correr do dia em que ela fôr considerada consumada.

Art. 604. A prática de um novo delito interrompe a prescrição da ação penal com relação ao seu autor.

Art. 605. Proferida uma sentença irrevogável, seja condenatória ou absolutória, não se poderá intentar nova ação penal pelo mesmo fato, contra a mesma pessoa.

Art. 606. A sentença proferida em processo instaurado contra algum dos autores de um delito, não prejudicará os demais responsáveis não julgados quando fôr condenatória, mas serão beneficiados pela absolutória se tiverem a seu favor as mesmas razões de extinção da ação penal que tiverem servido de fundamento à absolvição.

Art. 607. A ação para aplicação das punições disciplinares se extingue :

- 1º) pela morte do transgressor ;
- 2º) pela prescrição, decorrido um ano, salvo se a ela corresponder destituição, exclusão do serviço, rebaixamento, destêrro ou aumento de tempo de serviço, casos em que será observado o prazo estabelecido no inciso 5º do art. 600.

Os prazos referido neste artigo começarão a correr de acôrdo com o disposto no art. 603.

Art. 608. A prescrição da ação disciplinar só se interrompe :

- 1º) pela aplicação da sanção disciplinar, ainda que seja interposto recurso ;
- 2º) pela reincidência.

CAPÍTULO V

EXTINÇÃO DAS PENAS E DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 609. A pena se extingue pelos mesmos motivos estabelecidos no art. 593 e mais :

- 1º) pelo indulto ;
- 2º) pela comutação ;
- 3º) pelo cumprimento da condenação.

Art. 610. A morte do condenado extingue a pena corporal.

Art. 611. A anistia extingue a pena e todos os seus efeitos, de acôrdo com o disposto no art. 478.

Art. 612. O indulto perdoa a pena a que o réu houver sido condenado e extingue seus efeitos salvo o disposto no art. 480.

Art. 613. A comutação importa na diminuição da pena estabelecida na sentença e sua substituição pela designada na resolução que a houver concedido.

Art. 614. A prescrição de uma pena extingue o direito de exigir sua execução e o de comutá-la por outra.

Art. 615. Para a prescrição das penas serão observadas as seguintes regras :

- 1º) a pena de morte prescreve em trinta anos e é comutada, de pleno direito, na de reclusão indeterminada, decorridos cinco anos ;
- 2º) a pena de reclusão por tempo indeterminado prescreve em vinte e cinco anos ;
- 3º) a pena de reclusão por tempo determinado prescreve em quinze anos ;
- 4º) a prisão maior prescreve em oito anos ;
- 5º) as demais penas privativas da liberdade, em tempo igual ao da condenação.

A degradação e a destituição impostas como pena principal ou acessória são, sempre, permanentes. Aquêles a que forem aplicadas só poderão ser reabilitados por disposição expressa de uma lei.

Art. 616. Os prazos para a prescrição das penas começam a correr do dia em que a sentença transitar em julgado, ou, se a sentença tiver tido início de execução, do dia em que se interromper a execução.

Art. 617. A prescrição das penas se interrompe :

- 1º) pela circunstância estabelecida no art. 604 para a ação penal ;
- 2º) pela apresentação voluntária do condenado ou pela sua captura.

Art. 618. São aplicáveis à prescrição da pena as disposições relativas à prescrição da ação penal que não contrariem as constantes dos artigos precedentes.

As penas por delitos comuns prescrevem de acôrdo com os prazos estabelecidos no Código Penal.

Art. 619. As sanções disciplinares se extinguem :

- 1º) por morte do punido ;
- 2º) por decisão de autoridade militar competente ;
- 3º) por prescrição.

Art. 620. A prescrição das sanções disciplinares se verifica ao decorrer um ano, salvo o disposto no inciso. 2º do art. 607.

LIVRO II

Infrações propriamente militares

DELITOS CONTRA A SEGURANÇA DA NAÇÃO

TITULO I

Delitos contra a lealdade à Nação

CAPÍTULO I

TRAICÃO

Art. 621. Os indivíduos das forças armadas que cometerem o delito de traição definido pela Consti-

tuição Nacional serão condenados à degradação pública e à morte :

- 1º) se houverem pôsto em perigo a independência ou a integridade da República ou causado mal grave e irreparável a suas forças militares ;
- 2º) se houverem impedido que uma operação de guerra produza os resultados que deveria produzir.

Quando o ato de traição não tiver a extensão prevista nos incisos precedentes, a pena será de reclusão por tempo indeterminado e degradação pública.

Art. 622. São considerados atos propriamente de traição :

- 1º) pegar armas contra a Nação, militando sob bandeiras de seus inimigos ;
- 2º) facilitar ao inimigo a entrada em território nacional, sua progressão dentro dêle ou a tomada de alguma praça, pôrto militar, navio do Estado, aeropôrto, base aérea, aeronave, máquina de guerra e outros semelhantes, armazéns, bagagens, elementos de telecomunicações e outros recursos de importância ;
- 3º) proporcionar ao inimigo, meios diretos de hostilizar a Nação ;
- 4º) destruir ou inutilizar, em benefício do inimigo, caminhos, elementos de telecomunicações, faróis, semáforos, aparelhos de sinalização, balizas que assinalem perigo ou rumo, as linhas de torpedos ou de minas, elementos de infraestrutura da aeronáutica, todo ou parte importante de um material de guerra, os depósitos de armas, munições, petrechos ou outros objetos do material das forças armadas ;
- 5º) deixar de cumprir total ou parcialmente uma ordem

- oficial, ou alterá-la arbitrariamente para favorecer o inimigo ;
- 6º) dar, maliciosamente, notícias falsas ou omitir as exatas, relativas ao inimigo, quando fôr seu dever transmiti-las ;
- 7º) informar o inimigo sobre o estado das forças armadas ou de seus aliados ;
- 8º) revelar ao inimigo os santos, senhas e contra-senhas, ordens e segredos militares ou políticos que lhe hajam sido confiados : planos de fortificações, arsenais, praças de guerra, portos ouanseadas, aeroportos, bases aéreas, significação de sinais ou estado de forças, a situação das minas, torpedos ou suas estações ou o passo ou o canal entre as linhas destes ;
- 9º) recrutar gente, dentro ou fora do território nacional, para uma potência inimiga ;
- 10º) persuadir as tropas da Nação a engrossar as fileiras de país inimigo ;
- 11º) provocar a fuga ou impedir dolosamente a reunião de forças debandadas em presença do inimigo ;
- 12º) arriar, mandar ou forçar a arriar a bandeira nacional sem ordem do chefe em ocasião do combate ou impedir, de qualquer forma, o combate ou o auxílio de forças nacionais ou aliadas ;
- 13º) desertar para as fileiras inimigas ;
- 14º) servir de guia ao inimigo para executar operação militar contra tropas, embarcações ou aeronaves argentinas ou aliadas, ou, sendo guia de tropas, embarcações ou aeronaves argentinas ou aliadas, desviá-las dolosamente da direção que se propunha seguir ;
- 15º) divulgar intencionalmente notícias que provoquem pânico, desânimo ou desordem nas forças armadas nacionais ou aliadas ;

- 16º) impedir que as forças nacionais ou aliadas recebam, em tempo de guerra, os auxílios e notícias que lhes forem enviados ;
- 17º) pôr em liberdade prisioneiros de guerra com o objetivo de reforçar as fileiras inimigas ;
- 18º) ocultar, fazer ocultar ou pôr a salvo um espião ou agente de país inimigo, conhecendo sua condição ;
- 19º) manter, com o inimigo, diretamente ou por intermédio de terceiro, correspondência que se relacione com o serviço ou com as operações atribuídos às forças nacionais, se para isso não houver recebido ordem escrita do chefe superior a que estiver subordinado. Nesta situação também está compreendida qualquer outra pessoa que acompanhar ou servir às forças armadas.

Art. 623. Em todo ato de traição, o delito frustrado será punido com reclusão de seis a quize anos e de gradação pública.

A conspiração e a aliciação serão punidas, respectivamente, com reclusão por cinco a dez anos e com prisão maior por três a seis anos. Em ambos os casos será imposta a de gradação.

Art. 624. O militar que tiver conhecimento de um ato de traição a tempo de poder evitá-lo e não o impedir ou, em caso de impossibilidade, deixar de participá-lo imediatamente, será punido como cúmplice.

Art. 625. Fica isento de pena o implicado no delito de traição que denunciar antes de ser iniciada a sua execução e a tempo de se poder evitar suas consequências.

CAPÍTULO II

INCITAMENTO A PRÁTICA DE ATOS HOSTIS

Art. 626. Será punido com de gradação e reclusão de dez a vinte e cinco anos o militar que incitar

uma potência estrangeira a fazer a guerra contra a Nação. Se a guerra fôr desencadeada, a pena será de degradação e morte.

Art. 627. Será punido com degradação e reclusão de dez a vinte e cinco anos de prisão maior, o militar que incitar uma potência estrangeira a praticar atos hostis contra a Nação. Se os atos hostis se efetivarem, a pena será de degradação e reclusão de quinze a vinte e cinco anos; e se, em consequência dêles, sobrevier a guerra ou houver danos, devastação ou morte de pessoas, a pena será de degradação e morte.

Art. 628. Será punido com degradação e reclusão por tempo indeterminado, o militar que tiver entendimento com potência estrangeira a fim de favorecer suas operações militares em caso de guerra com a Nação.

CAPÍTULO III

ESPIONAGEM E REVELAÇÃO DE SEGREDOS CONCERNENTES A DEFESA NACIONAL

Art. 629. Comete delito de espionagem todo o indivíduo que, astuciosamente, com um falso pretexto, ou de qualquer maneira oculta, ou sigilosa, se infiltra nas praças de guerra, navio, aeronaves, arsenais, portos militares, bases aéreas, acampamentos, colunas em marcha, etc., com o fim de fazer reconhecimentos, levantar croquis, fazer planos e colher, em geral, quaisquer informações e notícias que possam ser úteis ao inimigo ou servir a uma potência estrangeira em caso de guerra.

Se o agente fôr cidadão ou militar argentino, o delito será punido com a pena da traição.

Art. 630. Não são considerados autores dêste delito:

- 1º) os militares inimigos que, abertamente e com seu uniforme, executarem qualquer dos atos a que se refere o artigo anterior;

- 2º) os carteiros ou outras pessoas que cumprindo abertamente sua missão, sem introduzir-se artificialmente nos citados lugares, transmitirem notícias ao inimigo;

- 3º) os militares ou observadores inimigos que, sem disfarçar seu uniforme nem as aeronaves ou máquinas em que se transportem, reconheçam as posições das forças armadas ou transponham suas linhas com qualquer objetivo.

Art. 631. As pessoas mencionadas no artigo anterior, ou outras que forem encontradas em idênticas condições, ficarão sujeitas, entretanto, às leis da guerra prescritas pelo Direito Internacional.

Art. 632. Os espíões, em tempo de guerra, serão punidos com a pena de morte ou a de reclusão por tempo indeterminado, conforme o caráter do delito e a gravidade dos atos praticados; em tempo de paz, com reclusão por oito a doze anos.

Art. 633. O aliciamento para cometer o delito de espionagem será punido com prisão.

Art. 634. Será punido com prisão todo aquele que, sem o propósito de servir a uma potência estrangeira, revelar dados relacionados com a força, preparação ou defesa militar da Nação, que devam permanecer secretos, ou permitir que outras pessoas tomem conhecimento dêles.

Art. 635. Será punido com prisão até quatro anos, todo aquele que, sem o propósito de servir a uma potência estrangeira, procurar conhecer, sem a devida autorização, dados relacionados com a força, preparação ou defesa militar da Nação, que devam permanecer secretos.

Art. 636. Será punido com prisão até quatro anos, todo aquele que, sem a devida autorização, executar reconhecimentos, levantar áreas, fizer croquis ou tirar fotografias ou filmagens, de coisas ou lugares que interessem à defesa nacional.

Art. 637. Será punido com prisão até três anos :

- 1º) todo aquêle que se introduzir clandestina ou astuciosamente em lugares nos quais, por interesse da defesa nacional, seja vedada a entrada ;
- 2º) todo aquêle que fôr surpreendido nesses lugares ou em suas proximidades ou em aeronaves, injustificadamente munidos de meios destinados à prática do delito previsto no artigo anterior.

CAPÍTULO IV

DELITOS QUE AFETAM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA NAÇÃO

Art. 638. O militar, no exercício de comando, que praticar, sem necessidade, atos hostis não determinados nem autorizados pelo governo, expondo a Nação a uma declaração de guerra, será punido com reclusão de oito a quinze anos.

A pena será de reclusão por tempo indeterminado ou de morte se as referidas hostilidades consistirem em ataque à mão armada contra navios, aeronaves, tropas ou súditos de uma nação aliada ou neutra, ou se, em consequência desses atos vier a ser declarada a guerra, houver incêndio, devastação, morte de

alguma pessoa, causando prejuízo às operações de guerra ou posto em perigo as forças da Nação.

Art. 639. O militar no exercício de comando que, sem necessidade, praticar atos não autorizados nem determinados pelo governo, que vierem a dar margem a represálias contra qualquer pessoa que se achar sob a proteção das leis do Estado, será punido com prisão maior ; se tais atos forem praticados em revide a provocação, a pena será de prisão menor, consideradas as circunstâncias.

Se se tratar de atos arbitrários que não instiguem represálias, a pena será de prisão menor até um ano.

Art. 640. O militar sem comando que incorrer em qualquer das infrações referidas nos artigos anteriores será punido com as penas nos mesmos estabelecidas diminuídas de um terço à metade ; se a pena fôr de morte será substituída pela de reclusão por tempo indeterminado e, se fôr esta última, pela de reclusão a vinte e cinco anos.

Art. 641. Será punido com degradação e morte ou com reclusão por tempo indeterminado ou com prisão maior, o militar que, abusando de sua condição ou empregando força, embarcação ou aeronave militar, praticar atos de pirataria.

(Continua)

FLY-TOX

PRIMEIRO INSETICIDA NO MUNDO

INSETICIDAS EM LÍQUIDO E EM PÓ
PULVERISADORES PARA LÍQUIDO E PARA PÓ
ÓLEO DE RIGA (PARA MÓVEIS)

Companhia Fly-Tox do Brasil, S/A

RUA ARQUIAS CORDEIRO, 828 — RIO DE JANEIRO

Telegramas — FLY-TOX — Telefones : 29-1688 e 29-6012

CASA LAGUNA

O ponto de reunião da elite carioca do elegante
bairro de Praia Vermelha

Especialidades

Whiskys — Champagnes — Licores — Vinhos —
Frutas — Conservas nacionais e estrangeiras.

Matriz:

Avenida Pasteur, n. 493 — Telefone : 26-5616

Filial:

Rua Dias Ferreira, n. 256-b — Telefone : 27-4843

RIO DE JANEIRO

WILSON, SONS & CO., LTDA.

IMPORTADORES E EXPORTADORES

AGENTES DE NAVEGAÇÃO

AGENTES DE SEGUROS

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MAQUINÁRIA

AVENIDA RIO BRANCO, 25 — 4º AO 6º ANDAR

Telefone 23-5988 — End. teleg. "ANGLICUS"

RIO DE JANEIRO

REDUZIU-SE EXTRAORDINARIAMENTE A IMPORTAÇÃO DE TRILHOS, DEPOIS QUE A USINA DE VOLTA REDONDA, A PARTIR DE MAIO DE 1947, COMEÇOU A OPERAR NA LINHA DE FABRICAÇÃO DESSE PRODUTO

Única Usina atualmente produtora de trilhos, na América do Sul, Volta Redonda, da data em que começou a fabricá-los — maio de 1947 — até o primeiro semestre deste ano, já produziu 445.837 toneladas desse material.

Tal produção representa uma das mais importantes contribuições do poderoso centro fabril do Vale do Paraíba para o desenvolvimento econômico do país, pelas possibilidades que tem oferecido de ampliação da rede ferroviária nacional e até internacional, como é o caso recente da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, construída em grande parte com trilhos de Volta Redonda.

Essa colaboração vem se acentuando ultimamente, em face dos planos governamentais de reaparelhamento do nosso sistema de ferrovias, com os quais Volta Redonda foi chamada a cooperar, que ora está sendo executado através a extensão de novos ramais ferroviários e substituição do material desgastado em vários trechos de nossas principais estradas de ferro.

Neste sentido, a atuação da Usina de Volta Redonda, no fornecimento de trilhos, abrange todo o Brasil, desde a parte setentrional do país à meridional.

Dando, pela sua contribuição, novo impulso ao desenvolvimento dos nossos meios de transportes, do qual o ferroviário é, na atualidade, de significação marcante, vem assim, Volta Redonda de encontro a um dos pontos principais indicados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o combate aos males do nosso subdesenvolvimento: expansão do sistema de Transportes do país.

TRILHOS DE QUALIDADE SUPERIOR

Os trilhos produzidos na Usina de Volta Redonda, da Cia. Siderúrgica Nacional, são da melhor qualidade, rivalizando com os produtos similares fabricados nos mais importantes centros fabris do mundo.

De todos os setores que os utilizam no Brasil, tem recebido a CSN o reiterado testemunho da comprovação da excelência de sua qualidade, especialmente da Estrada de Ferro Central do Brasil, nossa mais importante ferrovia.

Tôdas as encomendas que têm sido feitas à CSN — com vistas à aquisição de trilhos, são prontamente atendidas, pois a Usina de Volta Redonda dedica especial interesse à fabricação desse produto, cumprindo, assim, uma de suas mais relevantes finalidades.

CORTANDO O BRASIL DE NORTE A SUL

No momento, Volta Redonda dedica-se à execução de um programa especial de fabricação de trilhos previsto para o biênio 1955-56, a fim de atender aos compromissos assumidos com as mais importantes ferrovias nacionais visando o fornecimento do produto.

Perfis da Siderúrgica, que já vem sendo utilizados por várias empresas ferroviárias com os melhores resultados, cortarão o Brasil de fora a fora, iniciando novos ramais e substituindo material desgastado.

O reequipamento das nossas estradas de ferro se processa, assim, em condições vantajosas, evitando-se o recurso à importação, que além de dificultar a sua realização imediata, nem sempre as encomendas feitas no exterior são entregues em tempo útil.

Serão beneficiadas com o fornecimento de trilhos 18 empresas ferroviárias do país, além do próprio Departamento Nacional de Estradas de Ferro, o qual poderá, assim, dar maior impulso às linhas que ora constrói no Nordeste do Brasil.

4.232 QUILOMETROS DE TRILHOS DE VOLTA REDONDA

Tal fornecimento monta em 168.322 toneladas de trilhos que, reduzidos a metro, cobrirão uma distância de 4.232 quilômetros.

Trata-se da maior encomenda global já feita à CSN, devendo ser entregue no decorrer do biênio 1955-56.

O valor total do fornecimento atinge as elevadas cifras de um bilhão e vinte milhões de cruzeiros.

Será financiado em grande parte pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que fará com cada empresa o contrato de financiamento, em chamadas sucessivas.

Já foram fechados os contratos de financiamento com a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Estrada de Ferro Goiás, acreditando-se que o próximo seja com a Rede Mineira de Viação.

FORNECIMENTO AO D.N.E.F.

Para a construção dos serviços de construção de linhas férreas que o Departamento Nacional de Estradas de Ferro ora está empreendendo no Nordeste, foi reservada uma cota de dezoito mil toneladas de trilhos do tipo TR-32, devendo ser entregues oito mil toneladas este ano e dez mil no ano próximo.

Essa quantidade corresponde a 562 quilômetros de linha e será empregada nas ligações ferroviárias Campina Grande-Patos, na Paraíba; Flores-Serra Talhada, em Pernambuco e Cratêus-Campo Maior-Teresina, nos Estados do Ceará e Piauí.

As entregas já começaram a ser feitas e assim Volta Redonda lança-se numa nova frente de ação em favor do desenvolvimento nacional: a vanguarda na luta pela expansão dos meios de transportes ferroviário no país.

TAMBÉM AÇO PARA VAGÕES E EIXOS

A colaboração da CSN para o reaparelhamento ferroviário do país não se restringe apenas ao fornecimento de trilhos. Chapas e perfis para a fabricação de vagões-tanques, vagões de passageiros, assim como tarugos de composição química especial destinados à fabricação de eixos forjados para vagões, têm sido postos à disposição de várias empresas que se dedicam à produção de material ferroviário. Ainda recentemente a CSN forneceu 300 toneladas desses produtos à Cia. Brasileira de Material Ferroviário e mais 300 à Cia. Sorocabana de Material Ferroviário.

É a primeira vez que se fabrica no Brasil eixo forjado. E esse privilégio é da Usina de Volta Redonda.

PEDIDOS DO EXTERIOR

A Cia. Siderúrgica Nacional, por outro lado, tem recebido de todos os continentes apelos visando o fornecimento de trilhos. Importantes firmas estrangeiras têm se dirigido à direção do nosso maior parque siderúrgico solicitando as especificações dos trilhos fabricados em Volta Redonda, que é considerado como de ótima qualidade.

A CSN, porém, tem deixado de atender a essas solicitações, por estar empenhada em suprir suficientemente o mercado nacional.

Nos últimos tempos, as firmas "Compagnie du Chemin de Fer Métropolitain", de Paris; "Alberto J. Zinssner", de Buenos Aires, representantes exclusivos da "The Furnival Steel Co. Ltda. Sheffield", Inglaterra e "Fried, Digk m.b.h.", Esslingen, Alemanha, encaminharam pedidos à CSN para fornecimentos de trilhos, que não puderam ser atendidos pelas razões já expostas.

BRASILIANAS

● Imigração

A nossa política imigratória é regida pelo decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, completando o decreto de 20 de agosto de 1938. A legislação vigente, cujos méritos nos dispensamos aqui de analisar, conserva o regime das quo-

tas anuais por nacionalidade, que reduzia as entradas anuais por nacionalidade a 2 % do total de imigrantes entrados nos últimos 50 anos, isto é, de 1884-1933.

Uma resolução adotada pelo Conselho Nacional de Imigração e Colonização, de 22 de abril de 1939, excluía os portugueses do regime de quotas.

ANOS	Alemanha quota:	Espanha quota:	Itália quota:	Japão quota:	Portugal quota:
	3.088	11.374	28.066	2.848	22.854
1935	2.423	1.206	2.127	9.611	9.327
36	1.226	355	462	3.306	4.626
37	4.642	1.150	2.946	4.597	11.417
38	2.348	290	1.882	2.524	7.435
39	1.975	174	1.004	1.414	15.120
1940	1.155	409	411	1.268	11.737
41	453	125	89	1.548	5.777
42	9	37	3	—	1.317
43	2	9	1	—	146
44	—	30	3	—	419
45	22	74	180	—	1.414
46	174	203	1.059	6	6.342
47	561	653	3.284	1	8.921
48	2.308	965	4.437	1	2.751
49	2.123	2.197	6.352	4	6.780
1950	2.650	3.581	7.091	31	14.685
51	2.858	9.636	8.285	106	28.731
52	2.326	14.082	15.254	261	40.561
53	2.149	17.010	16.379	1.255	30.675

● Industrialização do Nordeste

O flagelo das secas, que abrange, periodicamente, 1/3 do território nacional, atinge total ou parcialmente nove Estados da Federação. Assim, 13 milhões e 700 mil pessoas, ou seja 1/4 do total da nossa população, é vítima de um fenómeno contra o qual pouco ou quase nada se tem feito, não obstante as enormes somas destinadas ao seu combate. Em nome das secas tem-se

criado situações políticas, cuja influência na economia daquelas regiões nem sempre foram favoráveis. Não obstante a adversidade das condições naturais ali reinantes, a população vem crescendo a uma taxa elevada — 2,5 % ao ano — praticamente igual à média brasileira.

Numerosos são os grupos que, tangidos pelas secas e, sobretudo, pelas condições abomináveis de trabalho predominantes em grande parte das propriedades agrícolas,

emigram para o sul do país, em demanda dos centros industriais mais importantes.

A estrutura agrária na maioria do chamado Polígono das Sêcas, revelada pelo Censo de 1950, baseia-se no latifúndio improdutivo e no minifúndio anti-econômico. Isto produziu dois efeitos perniciosos: dificultou a ocupação da área territorial dos Estados do referido Polígono, o que é atestado pelo fato de a área global dos estabelecimentos agrícolas não alcançar sequer 40 % daquela; e impediu a expansão da área cultivada da região, que raramente excede 10 % da área das propriedades.

Muitos programas de investimentos na área do Polígono são articulados, sem que se procure dinamizar o fator de produção, que ali é primordial — a terra — estando por isso condenados a uma rentabilidade insuficiente. O dono da terra, quando dela dispõe em demasia, não se preocupa ordinariamente em adquirir a maquinaria, pois que possui mão-de-obra barata e abundante e pode assim fazer a colheita sem qualquer investimento. Além disso, a parceria e o arrendamento lhe proporcionam uma fonte segura de renda e o mínimo de esforço. O capital disponível, êle o reserva para outros fins: o comércio e a especulação de imóveis nas cidades, a usura e o barracão dentro do latifúndio.

A ausência de técnica agrícola significa fraco rendimento dos campos, alto custo de produção em consequência da produtividade diminuta, e, por último, baixa remuneração do trabalho rural. Tudo isso contribui para o pauperismo da região, que bem se espelha no nível irrisório da renda "per capita" — cerca de 2.500 cruzeiros anuais, — ou seja 46 % da média nacional, já de si tão exigua.

Como região subdesenvolvida, seu comércio repousa na exportação de produtos primários e na importação de artigos manufaturados, daí advindo uma relação de trocas desfavoráveis, e que tende a agravar-se ainda mais em face da atual conjuntura internacional, extremamen-

te adversa aos produtos primários da região em lide.

A industrialização de grande parte do Polígono das Sêcas, para o aproveitamento da própria matéria-prima, tão abundante em certas zonas, será capaz de possibilitar uma rápida mudança da fisionomia do Nordeste, dando-lhe maior estabilidade econômica dentro da unidade nacional, e empregando o excedente natural da mão-de-obra rural em ocupação na própria região. E isto, só se consegue pelo combate ao latifúndio, facilidades de capital para a indústria e criação de um ambiente propício, mediante facilidades a serem concedidas pelos poderes públicos, inclusive proporcionando a expansão dos suprimentos da energia necessária e de outros fatores indispensáveis à industrialização daquela vasta região, onde quase que só se tem cuidado, com discutível empenho, do problema das sêcas.

● Aproveitamento dos recursos hidráulicos do Vale do Paraíba

LIGAÇÃO DAS BACIAS DO PARAÍBA E TIETÊ — PORTO FLUVIAL PARA S. PAULO — UTILIZAÇÃO DA ENERGIA HIDRÁULICA DO PARAÍBA E TIETÊ — POSSIBILIDADE DE NAVEGAÇÃO NAS DUAS BACIAS — SANEAMENTO DA REGIÃO

Em conferência no Clube de Engenharia, o presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo e do Conselho de Energia Elétrica, engenheiro Plínio de Queiroz, abordou o tema "Aproveitamento dos recursos hidráulicos do Vale do Paraíba!"

LIGAÇÃO DAS BACIAS DO PARAÍBA E TIETÊ

Sobre os melhoramentos do rio Paraíba, disse o conferencista ser um dos de maior relevância ligar oportunamente ao Tietê, por canal de ponto de partilha, que será relativamente barato e terá cerca de 20 km, bem assim como os trechos aproveitáveis do Tietê, Piracicaba, Mogi-Guaçu, e, em seguida e oportunamente, proceder da mesma maneira com outras vias fluviais do

Estado. Disto resultariam conseqüências econômicas, financeiras e sociais de grande repercussão no desenvolvimento e prosperidade da região. Nessa faixa de terra deparamos a capital da República, a cidade de Cabo Frio, com suas riquíssimas salinas, Campos, com o açúcar e álcool, pagando fretes elevados nas estradas de ferro para procurar centros consumidores, Juiz de Fora, a capital industrial de Minas Gerais e, as velhas cidades de São Paulo, que se esforçam agora pelo seu renascimento, com a cultura do arroz, de cereais, e, no topo do planalto, onde se recurva o Paraíba para leste, São Paulo, cujas grandezas atuais e possibilidades futuras são por demais conhecidas.

PÓRTO FLUVIAL PARA S. PAULO

A realização do projeto de navegação do rio Paraíba é a solução nacional de uma velha aspiração de São Paulo. Pretendemos com isso ter em São Paulo um pórtio fluvial como os são os de Strasburgo, Lyo Bale, Colônia, Dusseldorf, e tantos outros, para o fácil escoamento das mercadorias.

UTILIZAÇÃO DA ENERGIA HIDRÁULICA DO PARAÍBA E TIETÊ

A viabilidade deste projeto teria como conseqüência imediata a utilização da energia hidráulica desses rios, com a localização ao longo de seus cursos de inúmeras usinas hidrelétricas, advindo daí, com o mínimo de linhas de transmissão, a eletrificação de nossas principais linhas férreas, como a Central do Brasil, a Sorocabana, parte da Paulista e Noroeste.

Em torno dessas usinas, com as sobras disponíveis, se estabeleceriam centros industriais onde a energia seria barata, frísou o conferencista, o terreno e habitação do operário mais acessível, sua vida mais higiênica e confortável. As indústrias aí localizadas teriam transporte barato de suas matérias-primas, pela água, e a saída dos produtos manufaturados pelas estradas de ferro, com tarifas baixas porque seriam eletrificadas.

Além desses benefícios, que são capitais, teríamos resolvido o problema da pequena lavoura, o saneamento dos sertões ao longo da zona, o transporte de xarque e sal para o interior de Mato Grosso, fácil acesso aos materiais de construção, como areia, pedras, materiais cerâmicos, carvão de madeira, e, finalmente, iríamos transformar Juiz de Fora num grande explorador de minério de ferro, manganês, etc. para os dois centros industriais, S. Paulo e Rio, e para as indústrias localizadas ao longo da linha navegável.

● Dívida pública externa

A Dívida Externa brasileira oriunda de empréstimos realizados até 1930 na Inglaterra, Estados Unidos e França, mediante emissão de títulos públicos, pelos Governos da União, dos Estados e dos Municípios apresentava em 31 de dezembro de 1954 os seguintes montantes: em Libras 31.470 mil; em Dólares 109.742 mil; em Francos-papel 104.846 mil e em Francos-ouro 20.373 mil.

● Papel-moeda em circulação

NOVA EMISSÃO EM AGOSTO

O papel-moeda em circulação que, em 31 de julho, somava Cr\$... 61.662.980.067,00, subiu, em 31 de agosto, para Cr\$ 63.061.878.566,00, havendo, assim, uma diferença para mais, de Cr\$ 1.398.898.499,00.

● Combustíveis

A lenha deixou de ser a principal fonte de energia no Brasil. De um consumo de energia elétrica de 18.405 milhões de kilowatts-hora em 1939, passamos para 35.331 milhões em 1951. A média de aumento é de 7% e pode-se considerar que é mais do que o dobro o gasto de energia, por habitante, desde 1939. O consumo de lenha diminuiu de 11% e de 31% o de carvão importado, enquanto os combustíveis líquidos aumentaram consideravelmente: 14 vezes maior o aumento da gasolina para a aviação; a gasolina comum e o óleo

diesel tiveram seu consumo aumentado de 449 % e 495 % respectivamente. O uso do carvão nacional também aumentou de 96 %. Somente em 1951 o consumo da energia elétrica superou o da lenha. Nesse ano, o aumento do consumo, em relação a 1939, época tomada por base para esse estudo estatístico foi de 194 %.

● Produção de Mataripe

Segundo informação do C.N.P., a média mensal da produção da refinaria de Mataripe se aproxima de 14 milhões de litros, dos quais quatro milhões são exportados para Vitória e Rio de Janeiro. Enquanto no ano passado essa produção foi de 62 milhões de litros, nos sete primeiros meses deste ano, elevou-se a 72 milhões, devendo atingir 100 milhões em dezembro. A produção do óleo Diesel do ano passado foi de 2 milhões de litros, ao passo que, este ano, até julho, atingiu 8 milhões. Houve, no ano passado, uma produção de 35 milhões de óleo combustível, enquanto, no ano corrente, a produção já chegou a 35 milhões.

A produção de gás liquefeito foi de 1 milhão e 600 mil, contra 1 milhão e 300 mil em 1954. A refinaria já está abastecendo deste último produto os Estados de Bahia, Sergipe, Pernambuco e Ceará. A produção total de Mataripe, nos sete primeiros meses de 1955, já rendeu 264 milhões de cruzeiros, isto é, quase o dobro da renda inteira do ano passado.

● Produção Nacional de Trigo

Nosso país já exportou trigo. Esse fato, entretanto, é uma simples curiosidade da história econômica, pois a realidade é que durante muitos anos temos importado a quase totalidade do produto que consumimos. A existência de terras próprias para o cultivo desse cereal foi praticamente esquecida por muitos anos. O país "essencialmente agrícola" importava e importa ainda, gastando grande parte das poucas

divisas de que dispõe, um dos produtos agrícolas de mais alto consumo "per capita" de sua população. Este paradoxo, contudo, parece estar sendo eliminado. A produção tem sido incrementada de ano para ano e, efetivado o que afirmou o Sr. Itacyba Barçante, diretor do Serviço de Expansão do Trigo, dentro de cinco anos seremos auto-suficientes.

A política tritícola nacional é traçada pela Comissão Técnica do Trigo, que se reúne no Rio, anualmente. Fazem parte dessa comissão, além dos técnicos e do ministro da Agricultura, delegações de técnicos das Secretarias de Agricultura dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e do S.A.P.S.

Os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, já produzem comercialmente e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Bahia estão em vésperas dessa fase de atividades, pois estão muito adiantados os estudos e trabalhos de alimentação, etc:

A produção de trigo em 1952, foi de 689.000 toneladas e neste ano está estimada em 800 mil toneladas. Segundo as conclusões da 7ª reunião da Comissão Técnica do Trigo foram os seguintes os fatores que mais contribuíram para a elevação da produção: a) a política do preço mínimo e compra obrigatória do trigo nacional; b) a instalação de silos e armazéns; c) a intensificação das medidas de ordem agrônoma pelo emprêgo de adubos e das variedades criadas em estabelecimentos oficiais; d) a distribuição e financiamento de grande quantidade de máquinas agrícolas; e) os resultados das reuniões da Comissão Técnica do Trigo que unificaram, em todo o País, a Campanha do Trigo.

A área cultivada com trigo no ano agrícola 1953-54 em nosso país é de 893.858 hectares que deverão produzir 821.777 toneladas, das quais mais de 550 mil toneladas serão comerciáveis.

● 33 Barcos japoneses aumentarão a nossa frota

TRINTA E TRÊS NAVIOS MERCHANTES, FABRICADOS EM ESTALEIROS JAPONÊSES, FORAM OFERECIDOS À VENDA AO BRASIL, PELO JAPÃO, PARA CABOTAGEM NO LITORAL DO NOSSO PAÍS.

A PROPOSTA ESTÁ SENDO ESTUDADA PELO GOVERNO BRASILEIRO, E, A PROPÓSITO, O EMBAIXADOR DO JAPÃO EM NOSSO PAÍS, SR. HOSHIRO ANDO, DECLAROU:

— “Os nossos estaleiros estão sobrecarregados por encomendas de outros países. A entrega desses 33 navios, no prazo estipulado, só poderá ser feita porque uma grande congregação armadora foi organizada para fabricá-los”.

“Nunca na história industrial do meu país — prosseguiu — organizou-se uma congregação tão poderosa, na qual estão reunidos os grupos Mitsui e Mitsubishi, além de 17 estaleiros, para execução de uma só proposta.”

Segundo acentuou o chefe da representação do Japão a proposta é bastante vantajosa em todos os itens, porque os prazos de pagamentos são extensos, e o pagamento, em dinheiro, será feito por meio do regime de compensação, já previsto no Convênio Comercial Brasil-Japão.

AS UNIDADES

Os navios são os seguintes: 4 unidades de carga geral, com 2.050 toneladas; 26, também de carga geral, com 4.200 toneladas e 3 mistas, de passageiros e carga, com capacidade para 500 passageiros em primeira e segunda classes, além da capacidade de 3.000 metros cúbicos de carga.

Onze unidades deverão ser entregues em 12 meses, mais 12 em 15 meses e, as dez restantes, em 18 meses.

AS VANTAGENS

Entre outras, os navios oferecem as seguintes vantagens: economia de combustível; adaptação de recursos para aumento ponderável de velocidade; características especiais para formação de comboios e uni-

formidade nos detalhes de construção, para facilitar a manutenção, sem necessidade de acúmulo de grandes estoques de sobressalentes.

Terminando, disse o embaixador Ando, que por parte do governo japonês, “tudo será feito para incentivar o intercâmbio comercial entre os dois países amigos”.

● S. Paulo: Características demográficas

Está circulando o primeiro volume da série de publicações finais do Recenseamento de 1950. Refere-se à população do Estado de São Paulo, que já fôra objeto de uma edição comemorativa do IV Centenário de sua capital, em janeiro deste ano. Como é sabido o último levantamento demográfico do País confirmou a posição de São Paulo como a unidade da Federação mais populosa, o que já fôra verificado pelo Censo de 1940. São Paulo surgiu, em 1950, com a população de 9.134.423 habitantes, equivalente a 17,35% da população brasileira. Ligeira predominância masculina ... (50,89%) acusava a influência das imigrações na constituição demográfica do Estado: êsse desequilíbrio, todavia, vem atenuando-se gradativamente através do tempo, havendo atingido, na data do Primeiro Recenseamento brasileiro (1872) os mais altos níveis. Grande parte dos imigrantes que demandam São Paulo provém, como é notório, do Exterior. Daí ser ainda elevado o número de nacionais de outros países e brasileiros naturalizados presentes no Estado. O Censo de 1950 contou 627.433 estrangeiros e 65.888 brasileiros naturalizados, que em conjunto perfazem 7,59% da população paulista.

O Censo de 1950 revelou a predominância da agricultura entre as atividades produtivas dos habitantes do Estado. O número de pessoas ocupadas nas indústrias de transformação e na construção civil tem aumentado, entretanto, com intensidade. Dentre as pessoas economicamente ativas, isto é, que exerciam atividades remuneradas ou

lucrativas, uma parcela da ordem de 803.590 foi classificada nessas indústrias, correspondendo a 23,33% do total. O contingente das pessoas economicamente ativas na agropecuária subia, contudo, a 1.453.530, ou seja, 42,20% do total. Outro ramo de atividade em que se ocupava forte contingente (12,03%) da população economicamente ativa era o da prestação de serviços. O comércio em geral — mercadorias, imóveis e valores, etc. — ocupava uma parcela representativa da ordem de 8,46%, das pessoas economicamente ativas.

Para o total de 3.434.971 pessoas com atividade (exclusive as atividades domésticas não remuneradas e escolares discentes), registrou o Recenseamento nada menos de ... 2.192.338 na categoria de empregados. O número de empregadores, porém, reduzia-se a 159.427. Parcela considerável de pessoas trabalhava por própria conta (530.870). Esses trabalhadores por própria conta que recebem, com frequência, a ajuda não diretamente remunerada de pessoas da família, foram contadas pelo Censo na categoria de *membros da família*. O número de trabalhadores em tal condição também era representativo, somente 411.368. A franca maioria dedicava-se à agropecuária, de vez que os trabalhadores por própria conta são igualmente mais numerosos, nesse ramo de atividade, do que em outro qualquer. Aí está, sem dúvida, um reflexo das condições dominantes das atividades rurais brasileiras, fundadas, em boa parte ainda, no trabalho do grupo familiar.

A respeito da família rural brasileira, o último Censo Demográfico oferece informações valiosas, apuradas pela primeira vez no País. Trata-se de uma elaboração acerca das pessoas dependentes da agropecuária, constante dos quadros da recente publicação sobre o Estado de São Paulo. Por meio dela ficou-se sabendo que a essa dependência de atividades rurais estavam sujeitos perto de 4 milhões de paulistas — mais de 43% da população estadual. O quadro discrimi-

na as relações de parentesco entre o chefe de família, geralmente responsável pela sua subsistência, e os demais membros. Dêsse modo, aparecem em São Paulo 1.453.530 pessoas economicamente ativas na agropecuária, das quais dependiam 2.496.186 não economicamente ativas, distribuídas, proporcionalmente, como se segue: cônjuges, ... 25,96%, filhos e enteados 66,57%, netos, 1,98%, outros parentes e agregados, 5,49%.

O Censo Demográfico de 1950 realizou também pesquisas diretas acerca da composição das famílias. Esse aspecto inédito dos levantamentos censitários brasileiros é de indubitável interesse, e fornece elementos para estudos de importância no campo social, econômico, político-administrativo, etc. Em São Paulo, segundo os resultados dêsse inquérito incorporados ao volume em questão, recensearam-se 1.798.735 famílias, constituídas, em média, de 5 pessoas. A distribuição segundo o número de componentes, indica, todavia, a existência de um número avultado de pequenas famílias, contrapondo-se a outras tantas grandes famílias. Um exemplo ilustra a importância numérica das famílias muito grandes: computaram-se, no Estado, nada menos de 12 mil formadas de 13 ou mais pessoas.

● Aumento do movimento de passageiros pelas rodovias

Segundo dados publicados pela imprensa tem aumentado de forma acentuada o número de passageiros usuários das rodovias. Assim foi estimado o movimento de passageiros nas estradas federais, no ano de 1953, em 24.000.000, quando no ano anterior tinha sido aproximadamente de 20.000.000. O número de linhas de transporte coletivo, nas estradas de rodagem federais, cresceu de 3, em 1946, para 218, em 1953. Na rodovia Rio-S. Paulo, o movimento de passageiros, que foi de 3.600.000 em 1951, passou em 1953, a 7.230.000. Na Rio-Belo Horizonte cresceu, no mesmo período,

de 5 para 15 milhões, aproximadamente, na Rio-Bahia de 300.000 para 980.000.

Os números acima indicam que a curva ascencional continuará, sem dúvida por muitos anos, justificando-se sobremodo a inversão de elevados recursos na melhoria de nossas estradas, sem nenhum risco quanto ao seu emprego e propiciando um alto índice de progresso às regiões servidas.

CONSTRUÇÃO DE RODOVIA DE ACESSO ÀS CATARATAS DO IGUASSU

Estão sendo ativados pelo DNER os trabalhos de construção da BR-35, estrada que vai de Paranaguá até a foz do Iguassu, estando já concluído o trecho Paranguá-Curitiba-Guarapuava. Esta estrada terá a

finalidade de resolver definitivamente o acesso da famosa região das quedas do Iguassu suprimindo as peripécias da viagem de agora, em que são usadas a via férrea, a via fluvial e a estrada de rodagem com baldeações incômodas e demoradas.

MODIFICAÇÃO DO TRAÇADO DA RODOVIA PAN-NORDESTINA

O Presidente da República assinou decreto modificando o traçado da Rodovia Pan-Nordestina, do Plano Rodoviário Nacional no trecho entre as cidades de Recife e Maceió, com os seguintes pontos principais de passagem: Recife, Cabo, Escada, Flexeira (PE) Ribeirão, Gameleira, Palmares e daí pelas proximidades de Flexeira (AL) até Maceió.

COMPRE RCA VICTOR

e comprará o melhor!

Esta é a marca que

Indica a mais alta qualidade em

RÁDIOS • DISCOS • TELEVISÃO

REVENDEDOR AUTORIZADO



Porque se deve anunciar em "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 42 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

PREÇO DOS ANÚNCIOS

PARA TODO O BRASIL

Por publicação :

	Cr\$
Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Meia página.....	1.000,00

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.



Noticiário de Interesse Militar

Centenas de Tenentes e todos os Subtenentes e Sargentos do Exército serão prejudicados com a sanção do projeto n. 2.298-B, de 1952, que cria o Q.A.A.

1º Ten. Q.A.O. SERAFIM FREIRE DE LIMA

Transita no Congresso Nacional o Projeto n. 2.298-B, de 1952, criando o Q.A.A., que, sancionado integralmente extinguirá o Q.A.O., diminuirá o efetivo de Tenentes, suprimirá o distintivo de arma, sendo promovidos a Capitães cerca de 280 1ºs Tenentes antigos R/2, que ficarão no Q.A.O. em extinção, acrescido de mais 20 vagas para atender as exclusões de Capitães R/2 Convocados com permanência assegurada.

Ingressarão pois no Q.A.A., 1.177 Tenentes, ficando excedentes 543, em relação ao efetivo fixado, sendo que, em face deste excesso, durante aproximadamente 5 anos não haverá promoções a 1º e 2º Tenentes no Q.A.A., assim como de 3º Sargento até Subtenente, prejudicando de maneira incalculável centenas de Tenentes e todos os Subtenentes e Sargentos do Exército, estes, para quem também foi criado o Q.A.O. Esta estimativa foi baseada no Decreto-lei n. 9.249, de 10-V-946, na Lei n. 1.782, de

24-XII-952 e na de n. 2.586, de 5-IX-955.

As vagas de Capitães no Q.A.A., somente serão preenchidas, no mínimo, em 27 meses, isto é, depois de concluído o Curso de Aplicação, considerando-se com bastante otimismo as seguintes previsões: 6 meses para a regulamentação do referido curso, 3 para o início, 6 de duração e 1 (um) ano para serem totalmente efetuadas, estas conforme o parágrafo único do art. 34 do citado Projeto.

Depois de realizadas integralmente, o Q.A.A. (ex-Q.A.O.) ficará com 110 Capitães, 390 1ºs Tenentes e 787 2ºs ditos, continuando, entretanto, com 433 excedentes, exceto os que já tiverem passado para a reserva.

A redução citada, acrescida dos que estiverem novamente fazendo o Curso de Aplicação, acarretará grandes dificuldades para o serviço, principalmente à proporção que fôr diminuindo tal excesso.

Há outro aspecto ainda mais grave, que é o VETO parcial a diversos artigos do Projeto, sendo os R/2 também incluídos no Q.A.A., isto porque esses Tenentes tendo poucos anos de serviço, o que equivaleria dizer: só haverá vagas daqui a 13 anos aproximadamente, caso os que atingissem 25 anos, passassem para a reserva, a pedido. Ficariam, assim, trancadas todas as promoções a 1º e 2º Tenentes, bem como o ingresso de Subtenentes durante o tempo acima referido, situação esta que se estenderia até os 3ºs Sargentos, de vez que tendo sido interrompida as promoções para o Q.A.A., também não se daria nos postos inferiores.

Criado o Q.A.A., os oficiais do ex-Q.A.O., com exceção dos Tenentes R/2 promovidos a Capitães, serão transferidos à revelia para aquele quadro, contrastando com o n. 2 do art. 29 do Projeto oriundo do Ministério da Guerra, publicado no Diário do Congresso Nacional, de 2 de agosto de 1952, assim redigido: *"os oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais, os quais serão incluídos no Quadro de Auxiliares de Administração, mediante requerimento na situação em que se encontrarem na data da presente lei.* Ainda com referência a este assunto, o art. 31, também do Projeto originário do Ministério da Guerra, diz o seguinte: *"os Oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais são, na data da presente lei, excluídos das armas e serviços e incluídos no Q.A.A., desde que o requeriram no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei"*.

Será também bastante desolador a supressão do distintivo da arma de origem, pois significará a perda de um emblema dignificante na vida militar, principalmente quando ostentado durante muitos anos, uma vez que constitui apanágio honroso, como é o caso dos Oficiais do Q.A.O. originário das fileiras, e, somente àqueles que não têm espírito de arma, se conformariam fôsse suprimido de seus uniformes, um símbolo indicativo e tradicional da arma de origem, que deve ser conservado em toda a sua plenitude.

O posto de Capitão no Q.A.O. ou Q.A.A., sempre foi e será almejado; entretanto, em nenhuma época foi cogitado visando favorecer determinado grupo com prejuízo do próprio quadro.

Outro aspecto também muito significativo, é que na mensagem do Exmo. Sr. Ministro da Guerra ao Sr. Presidente da República, em certo trecho diz o seguinte: *"Nenhum direito já concedido aos oficiais do Q.A.O. foi postergado, tendo-se admitido o benefício da promoção ao posto de Capitão, mediante prévia habilitação em curso especializado de curta duração"*.

Infelizmente, todo esse trabalho depois de receber parecer favorável do Conselho de Segurança Nacional, na Câmara dos Deputados foi completamente deturpado com o substitutivo já aprovado, em tudo aquilo que prejudica realmente, os Oficiais do Q.A.O. oriundos das fileiras.

O então Deputado Abelardo Andrêa, autor do Substitutivo, procurando justificar o benefício aos Tenentes R-2, conforme consta da pág. 573 do "Diário do Congresso" n. 118, de 20 de junho de 1953, entrou em considerações inconcebíveis, como por exemplo: depois de alegar as promoções a Capitão, que teriam os Oficiais do Q.A.O. que ingressassem no Q.A.A. — o que, na verdade, constitui, apenas, uma remotíssima esperança para a quase totalidade dos atuais oficiais desse Quadro — passou a dizer, repetidas vezes, que os antigos Oficiais R-2 possuíam o Curso de Formação de Oficiais da Reserva, com intuito de demonstrar que os oriundos das fileiras não possuíam o citado curso, o que constitui injustiça, pois a Lei de Ensino Militar — Decreto-lei n. 4.130, de 26 Fev 1942, — dispondo sobre o assunto diz: *"Art. 21 — o ensino de formação dos Oficiais da Reserva para as diversas Armas e Serviços efetua-se:*

a) nos cursos de aperfeiçoamento de Sargentos (formação de comandantes de pelotões ou seções, em campanha), para os Sargentos do Exército ativo;

b) nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (C.P.O.R.) ou

nos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (N.P.O.R.), para civis que tenham no mínimo o curso secundário fundamental.

É, realmente inconcebível que um projeto tire Oficiais de um Quadro, onde são efetivos, com cerca de 140 promoções anuais, em média, para cada posto, para colocá-los em outro, como excedentes. Teriam então os referidos Oficiais, ferido os seus direitos por dispositivo inconstitucional, de vez que o § 3º do artigo 141 da Constituição da República diz: "A Lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Daí o Estado-Maior do Exército, quando da elaboração do Projeto, ter tido a preocupação de salvaguardar a situação de direito dos Oficiais do Q.A.O., estabelecendo em dois dos seus artigos a faculdade aos Oficiais dêsse Quadro de optarem para ingresso no Q.A.A., hoje,

completamente modificado no Congresso, para defender interesses dos antigos Oficiais R-2, também integrantes do Q.A.O.

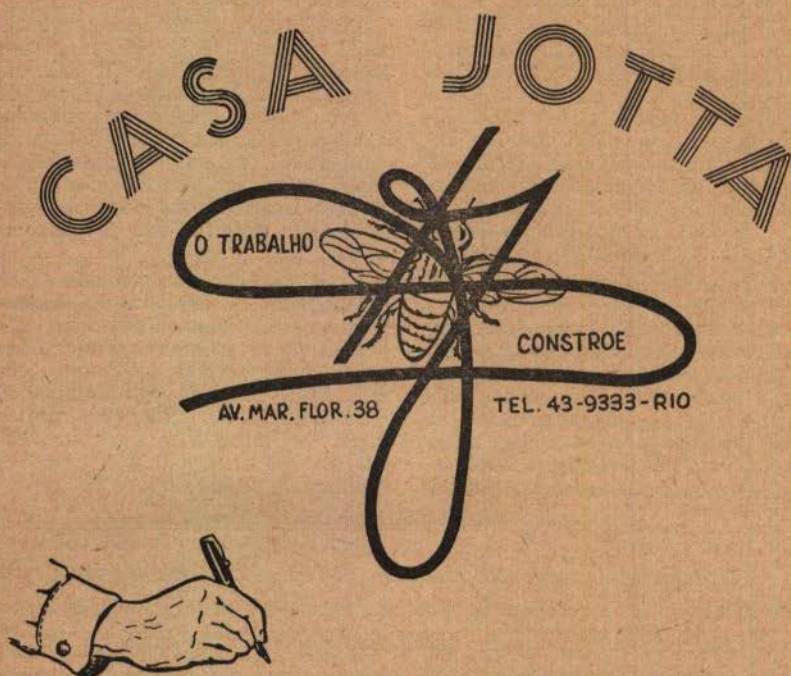
Para finalizar tudo isto, pergunta-se: poderá o Exército vetar um Projeto organizado pelo E.M.E., expressando o desejo do Ministro da Guerra? Sim; porque com as emendas aprovadas ficou completamente deturpado, deixando de atender os reais interesses do Exército, passando a ferir direitos adquiridos pela grande maioria dos Oficiais do Q.A.O.

À vista do exposto, somente o Excelentíssimo Sr. Ministro da Guerra poderia solucionar a situação, em definitivo, sugerindo ao Poder Executivo o veto total do Projeto em tela, uma vez que, completamente modificado como está, será prejudicial ao Exército, a mais de 80% dos oficiais do Q.A.O. e a todos os Subtenentes e Sargentos

"Ao sentimento cívico dos cidadãos corresponde, necessariamente, a preocupação pelas condições de vida da população. E a população brasileira, dotada em geral de tantas qualidades inatas vive ainda, como dantes, em condições de infra-existência, de que só poderá sair graças a um soerguimento econômico e social."

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —



..... "CASA JOTTA" ONDE SUA ASSINATURA
VALE DINHEIRO.

CONCEDEMOS CRÉDITO A TODOS MILITARES COM APENAS A
APRESENTAÇÃO DA CARTÊIRA DE IDENTIDADE.

TUDO EM 10, 15 E 20 PRESTAÇÕES :

Máquinas de costura, Fotográficas, Lavar roupa, Liquidificadores, Móveis,
Toca-discos, Bicicletas, Ventiladores, Televisões, Geladeiras, Enceradeiras,
Chuveiros, Bombas, Ferros elétricos, Panelas de pressão, Baterias de
alumínio, Faqueiros wolff, Fogões, Canetas, Aspirador de pó, Tecidos de
malhas, Maillots, Gravatas, Lingerie, Artigos de lã, Brinquedos, etc.

N.B. — Escreva ou telefone para a "CASA JOTTA", pedindo a presença
de um vendedor.

Avenida Marechal Floriano, 38-B — Telefone 43-9333

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firms :

COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz : São Paulo — Filial : Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

ALBERTO GUEDES DA SILVA — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

CASA SANTO ANTONIO — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial : Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.

IMPORTADORA DE FERRAGENS S.A. — Caminhões e Ônibus "GMC", Automóveis "OPEL" — Peças e acessórios — ampla Oficina, Pôsto de Lavagem, na Filial do Rio de Janeiro — Rua São Luiz de Gonzaga, 527 — Distrito Federal.

BORUP & CIA. — Fábrica de Rôlhas Metálicas — Rua José Bonifácio, 694-708 — Rio de Janeiro.

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON — Rua Visconde Niterói, 1.364 — Telefone 48-6262 — Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO TUDAUTO S.A. "MERCEDES BENZ" — Av. Presidente Wilson, 210-7º And. — Rio de Janeiro.

CORRETOR DE FUNDOS PÚBLICOS — IRMAOS LIPS DA CRUZ — Rua da Candelária, 9-4º, S/401 a 403 — Telefone 23-1711 — Endereço Telegráfico "Gelips e Stock".

BANCO DO COMÉRCIO S.A. — O mais antigo da Praça do Rio de Janeiro — Fundado em 1875 — Rua do Ouvidor, 93-95 — Caixa Postal, 653 — End. Teleg. "Bancocio" — Telefone 43-8966.

CERVEJARIA MAURIN — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel. 28-2706 — Rio de Janeiro.

CHINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET" — Filial de Copacabana : Automóveis, Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 88 — Telefones 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.

EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. — Rua Araujo Pôrto Alegre, 70-8º Sala 806 — End. Teleg. "Ecil" — Telefones 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE TECIDOS CONFIANÇA — Rua Artidoro Costa, 67 — Telefone 38-4440 — Rio de Janeiro.

- CHAME IMPORTADORA COMERCIAL S.A.** — Rua da Alfândega, 325 — Telefone 23-3849 — Rio de Janeiro.
- MATHEIS TEXTEIS CIA.** — Rua Beneditinos, 17-2º And. — Telefone 43-2860 — Rio de Janeiro.
- S.A. TÉCNICA MURRAY DE ORGANIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO** — Máquinas de Escrever — Somar — Calcular — Relógios de Ponto, etc. — Av. Erasmo Braga, 227-B — Telefone 32-4783.
- NEVACO — COMÉRCIO E INDÚSTRIA NEVA LTDA.** — Av. Rio Branco, 39-17º — Salas 1704/5/6/8 — Fones 23-1449 e 43-0031.
- S/A MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS** — Rua Teófilo Ottoni, n. 15-5º and. — Rio de Janeiro.
- MESBLA S/A** — Rua do Passeio, 42 a 46 — Telefone 22-7720 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- MESBLA S/A** — Rua Visconde do Rio Branco, 521 — Telefone 7311 — Niterói — Estado do Rio de Janeiro.
- BANCO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS S/A** — A Chave da Segurança de sua Economia e da sua Renda — Fundado em 1924 — Rua 1º de Março, 15 — Telefone 23-2414 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- INTERAMERICANA DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A** — Av. Rio Branco, 81-4º and. — Telefone 23-5880 — Rio de Janeiro. São Paulo — Rua Álvares Penteado, 218-5º and.
- CASAS DAS CORTINAS LTDA.** — Rua Riachuelo, 23 a 25 — Telefone 42-7872 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- PLANURBA — PLANOS DE URBANISMO PLANUBA S/A** — Av. Almirante Barroso, 2-15º and. — Telefone 22-9511 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- CIA. IMOBILIÁRIA IMPERIAL S/A** — Av. Churchill, 129-11º and. S/1101 — Telefone 42-9256 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- COMPANHIA AUTOCARROÇARIAS CERMAVA** — Fábrica — Rua Coronel Almeida, 53 — Piedade — Telefone 49-8068 — Av. N.S. de Fátima, 22-A — Rio de Janeiro — Telefone 22-5951.
- A EXPOSIÇÃO MODAS S/A** — Escritório — Av. 13 de Maio, 23-2º and. — Telefone 32-6060 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA DOCAS DA BAHIA** — Av. Baira-Mar, 262-4º and. — Telefone 52-7022 — End. Teleg. : "DOCBA" — Rio de Janeiro.
- BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S/A** — Praça Pio X, 54-A — Telefone 52-2170 — Correspondente do Credit Lyonnais — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA UNIVERSAL DE FÓSFOROS** — Fósforos de Propaganda, Brindes e Fantasia — Escritório — Av. Graça Aranha, 182-12º and. — Telefone 22-5111 — Rio de Janeiro.
- "HOOS" MAQUINAS MOTORES LTDA.** — Av. Rio Branco, 25-16º and. — Telefone 43-3510 — Rio de Janeiro.

LOWNDES & SONS, LTDA. — Administradores de bens ; Corretores de Imóveis e Seguros — Escritório — Av. Pres. Vargas, 290-1º and. — Telefone 43-0905 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA KOSMOS — Rua do Carmo, 27-A, Telefone : 52-8010 — Rio de Janeiro.

COLÉGIO ANGLO AMERICANO — Praia de Botafogo, 374 — Telefone : 26-1321 — Rio de Janeiro.

CASSIO MUNIZ S.A. — Rua Senador Dantas, 70 — Loja — Telefone : 52-7221 — RIO de Janeiro.

"E.T.E.C." — EMPRESA DE TERRAPLANAGEM ENGENHARIA — Av. Nilo Peçanha, 12-5º, S/526 — Rio de Janeiro.

BACOREP S.A. — Av. Rio Branco, 81-21º And. — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DEODORO INDUSTRIAL — Av. Rio Branco, 26-7º And. — Rio de Janeiro.

"S.O.M.T." — SOCIEDADE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE METAIS LTDA. — Av. Graça Aranha, 226-10º, S/1017 — Rio de Janeiro.

FRIGORÍFICO SANTO ANDRÉ "KLEMM LTDA." — Av. Higienópolis, 280 — Caixa Postal, 69 — Santo André — Estado de S. Paulo.

COMPANHIA QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA — Rua Líbero Badaró, 119-6º And. — Caixa Postal, 1.329 — São Paulo.

EMPRESA AUTO-ÔNIBUS SANTO ANDRÉ S.A. — Rua Gertrudes de Lima, 219 a 227 — Santo André — Estado de São Paulo.

COMERCIAL E IMPORTADORA SÃO CAETANO DO SUL LTDA. — Peças e Acessórios para Automóveis — Rua João Pessoa, 116 — Caixa Postal. 92 — São Caetano do Sul — Estado de São Paulo.

"BRASIL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS — Sede : São Paulo — Sucursal no Rio de Janeiro — Av. Rio Branco, 4-3º And. — Caixa Postal, 1.266 — Distrito Federal.

SINDICATO DOS ESTIVADORES DO RIO DE JANEIRO — Rua Antônio Lage, 42-3º And. — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

2º OFÍCIO — TABELIÃO Dr. EROS M. MELLO VIANA — Rua do Rosário, 138 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

ALFAIATARIA COLUMBIA — Aceita-se cortes à feitio — Rua Miguel de Frias n. 48 — Tel. : 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.

BUCYRUS-ERIE COMPANY — South Milwaukee-Wisconsin U.S.A. — W.F. HAR COURT-PALMER — Engenheiro Representante — Avenida Presidente Wilson, 198-7º, S/703 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

- ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S/A.** — Capital Realizado Cr\$ 2.000.000,00 — Sede social — Bahia — Agência geral no Rio de Janeiro — Av. Pres. Vargas, 642 — Tel.: 52-2108.
- E.G. FONTES & CIA.** — Av. Nilo Peçanha, 12-9º, S/901 e 903 — Rio de Janeiro.
- IPAMA IMPORTADORA PRODUTOS DE AÇOS, MADEIRAS LTDA.** — Av. Franklin Roosevelt, 115 — Grupo 1101 — Tel.: 32-3335 — Material ferroviário — Madeiras e Esquadrias.
- COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHÃ"** — Casemiras finas de pura lã — Fábrica: Rua Garibaldi, 169 a 187 — Caixa Postal, 1853 — Rio de Janeiro.
- BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL** — Matriz: Avenida Rio Branco n. 39/41 — Tel.: 43-4885 — Filial: Avenida Nilo Peçanha n. 12 — Tel.: 52-6122 — Agências: Campo Grande — Av. Cezário de Melo n. 1.188-b — Tel.: CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas n. 43A — Tel.: MHS 1022 — Jacarepaguá: Av. Geremario Dantas n. 56 — Tel.: JPA 453 — Meyer: Rua Frederico Meyer n. 22 — Tel.: 29-7915 — Penha: Rua Custódio de Melo n. 81A — Tel.: 30-5311.
- "ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA.** — Escritório: Av. Almirante Barroso, 72-13º And. — Tel.: 22-9981 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Avenida Beira Mar, 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA** — Rua Marquês de Sapucaí n. 200 e José Higino n. 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.
- "MAGALHAES SUCUPIRA & CIA. LTDA."** — Tecidos, Fardamentos, Esportes e Campanha — Rua São Bento, n. 7 — Telefones 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal — 1966 — Rio de Janeiro.
- "FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA."** — Importadores — Ferragens, Ferramentas, Tintas, Oficinas especializadas na execução de qualquer tipo de chaves e consertos de fechaduras "Yale", tipo "Yale" e para automóveis — Av. Presidente Vargas, 710 — Rio de Janeiro.
- "USINA BARCELOS"** — E. do Rio.
- COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL MAGALHAES** — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.
- FÁBRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE — H. MONKEN & CIA. LTDA.** — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.
- CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON** — Rua Visconde de Niterói, 1.364 — Rio de Janeiro.
- CASA BALNEÁRIO** — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, n. 191-B — Ramos — Rio de Janeiro.
- E.R. SCHEID** — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas, 529-s/1211 — Tel.: 23-4830.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra, publicados no mês de agosto de 1955

AVISO N. 567-D1-I — EM 18 DE JULHO DE 1955

Situação de presos civis recolhidos a organizações militares — solução de consulta.

("Diário Oficial" n. 175, de 2 de agosto de 1955.)

AVISO N. 587-D-1-I, — EM 25 DE AGOSTO DE 1955

Decênio de licença especial não gozado
Averbação nos assentamentos para os efeitos do art. 53 do CVVM —
Anulação.

O Departamento Geral de Administração, sugere em Ofício número 584-Gab., de 12 do mês em curso, a expedição de um ato ministerial, a fim de dirimir dúvidas quanto à aplicação do Parecer número 29-10-55, do Consultor Geral da República, sobre cancelamento de licença especial averbada nos assentamentos dos militares, na forma da interpretação dada ao artigo 53 do CVVM pelo Decreto número 30.119, de 1 de novembro de 1951, posteriormente revogado pelo Decreto n. 35.658, de 15 de janeiro de 1954, bem como sobre o processo a ser adotado com relação ao cancelamento das cargas feitas por força do Parecer n. 557-54, do Consultor Jurídico deste Ministério.

2. Em solução e tendo em vista o Parecer n. 29-X, de 2 de junho do corrente ano, do Consultor Geral da República, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, declaro:

a) são consideradas nulas, para todos os efeitos, as averbações dos decênios de licença especial não gozados, feitas nos assentamentos dos militares com fundamento na interpretação dada ao art. 53 do CVVM

pelo Decreto n. 30.119, de 1 de novembro de 1951;

b) as cargas feitas nos vencimentos dos militares que se beneficiaram com a aludida interpretação, e, com fundamento no Parecer n. 557, de 10 de outubro de 1954, da Consultoria Jurídica deste Ministério, devem ser anuladas e, as importâncias já descontadas, serão restituídas aos interessados na forma da legislação em vigor;

c) as anulações das licenças já averbadas e das cargas já ordenadas, serão feitas *ex-officio*, pelos Comandantes de Unidades, chefes de estabelecimentos militares ou diretores de repartições, onde estiverem servindo os interessados;

d) os militares que em virtude das providências determinadas na alínea a), tiverem os seus tempos de serviço reduzidos, deverão ter as suas gratificações reajustadas ou suspensas, de modo a serem enquadradas dentro das condições previstas no art. 53 do CVVM.

3. Em consequência, são considerados insubsistentes, o despacho de 27 de dezembro de 1954, que aprovou o Parecer n. 557-54, da Consultoria Jurídica deste Ministério e Aviso n. 220-D-I, de 12 de março de 1955. Revogam-se as demais disposições em contrário.

("Diário Oficial" n. 181, de 9 de agosto de 1955.)

PORTARIA N. 624 — DE 2 DE AGOSTO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve, nos termos do art. 35, do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946, alterado pela Lei n. 1.585, de 28 de março de 1952, aprovar o Plano Geral de

Convocação para o ano de 1956, que com esta baixa.

A presente Portaria revoga os Avisos ns. 364, de 21 de março de 1946 e 390, de 23 de junho de 1954 (n. 5 do Título VI do Plano Geral de Convocação para 1953), 788, de 30 de novembro de 1949 e 964, de 7 de dezembro de 1954 (número 3 do Título IX do Plano de Convocação para 1956).

(a) *Henrique Baptista Duffles
Teixeira Lott,*

("Diário Oficial" n. 182, de 10 de agosto de 1955.)

LEI N. 2.552 — DE 3 DE AGOSTO DE 1955

Fixa a composição da Reserva
do Exército

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. A Reserva do Exército de que trata a letra a), do art. 1º, do Decreto-lei n. 9.107, de 1 de abril de 1946, compõe-se :

a) do Corpo de Oficiais da Reserva ;

b) dos aspirantes a oficial da reserva, recrutados de acordo com o que for estabelecido no regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército ;

c) dos graduados da reserva, recrutados de acordo com a Lei do Serviço Militar e seu regulamento ;

d) dos cidadãos até 45 anos de idade que, na forma da Lei do Serviço Militar e seu regulamento, forem considerados reservistas do Exército.

Art. 2º. O Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE) é constituído de três classes.

§ 1º. Fazem parte da 1ª classe da Reserva (R-1) :

a) os oficiais do Exército ativo transferidos voluntária ou compulsoriamente para a Reserva, de acordo com a Lei de Inatividade dos Militares do Exército ;

b) os oficiais pertencentes ao magistério militar ;

c) os nomeados segundos tenentes, recrutados entre subtenente ou primeiros sargentos do Exército ativo, nas condições estabelecidas na Lei de Inatividade dos Militares do Exército.

§ 2º. Fazem parte da 2ª classe da Reserva (R-2) :

a) os oficiais demissionários do Exército ativo ;

b) os oficiais da reserva provenientes de institutos de formação e outras fontes de recrutamento de oficiais da reserva, de acordo com o estabelecido no regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército ;

c) os oficiais de polícias militares em serviço ativo ou na inatividade dessas corporações, estes enquanto não atingirem a idade limite de permanência da Reserva do Exército.

§ 3º. Fazem parte da 3ª classe da Reserva (R-3) os dos quadros de serviços ou técnicos nomeados oficiais da reserva, no decurso de uma guerra externa, e nas condições a serem estabelecidas no regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército.

Art. 3º. O regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército estabelecerá as normas que serão adotadas para o recrutamento, a convocação, a promoção, os direitos, as regalias, as obrigações e a reforma dos oficiais da reserva, observada a legislação em vigor.

Art. 4º. A Reserva do Exército, em praças, é constituída de três categorias, em que são incluídos os cidadãos que houverem satisfeito as condições estabelecidas na Lei do Serviço Militar e seu regulamento.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data da publicação do regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de agosto de 1955 : 134º da Independência e 67º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.
Henrique Lott.

("Diário Oficial" n. 183, de 11 de agosto de 1955.)

AVISO N. 612-D-4, DE 1 DE AGOSTO DE 1955

Considerando a ocorrência de casos fatais, por absorção de substâncias tóxicas (fósforo branco) contidas em certos tipos de fogos de artifício;

Considerando o disposto no artigo 1º, letra d), do Decreto número 1.246, de 11 de dezembro de 1936, facultando ao Governo a execução de medidas que visem acautelar e garantir a defesa da sociedade em face da fabricação, armazenagem e comércio de produtos perigosos;

Considerando o compromisso indicado na letra d), do art. 62, do mesmo decreto, assumido pelos fabricantes, de aceitar as restrições que o Governo Federal julgar conveniente criar ao comércio de sua produção,

fica proibida a fabricação de fogos de artifícios, conhecidos sob os nomes de "estalo", "traque", "pipoca", "espanta-coiô" e outros, por conterem substância tóxica.

("Diário Oficial" n. 184, de 12 de agosto de 1955.)

AVISO N. 628-D/1-H — DE 2 DE AGOSTO DE 1955

Gratificação de tropa — Solução de Consulta — Revogação de Aviso.

I — Considerando :

a) que o Aviso n. 143-D/1-H, de 14 de fevereiro de 1955, ao solucionar a consulta formulada pelo Exmo. Sr. Comandante da 7ª RM em Radiograma n. 24-Tes., de 20 de setembro de 1954, sobre o direito à gratificação de tropa ao Oficial Intendente, Tesoureiro-Almoxarife do QG daquela Região, designado para exercer também as funções de Aproveitador da Companhia do mesmo QG, não fez referência sobre se o rancho é próprio da subunidade ou não;

b) que, por outro lado, os esclarecimentos prestados pelo EME, a propósito do mesmo Aviso, em parecer constante de seu Ofício número 1.103-A, de 2 de julho de 1955, emitido no processo originá-

rio de requerimento em que o Major Fiscal Administrativo do QG da 4ª DI pede pagamento de gratificação de tropa, concluem pela sua alteração;

c) que há, portanto, necessidade de completar-se o ato ministerial em tela, ampliando-o aos casos ocorrentes.

II — Declaro que o Aviso número 143-D/1-H, de 14 de fevereiro de 1955, passa a vigorar com a seguinte redação :

a) as Companhias de QG de Zonas e Regiões Militares devem ser consideradas como Corpo de Tropa, como, aliás, em relação às das Regiões, já estabelecida e Aviso número 16, de 7 de janeiro de 1949;

b) em consequência, aos militares nelas em serviço, assiste o direito à gratificação de tropa instituída pelo Av.

("Diário Oficial" n. 185, de 13 de agosto de 1955.)

AVISO N. 623-D/1-D, — DE 2 DE AGOSTO DE 1955

Autoriza o uso dos distintivos dos cursos das Escolas do Exército dos Estados Unidos da América, aos Oficiais por elas diplomados.

Ficam autorizados a usar os distintivos de curso das Escolas do Exército dos Estados Unidos da América, os oficiais por elas diplomados, desde que satisfaçam o disposto no art. 114 do R-124 (Decreto n. 30.163, de 13 de novembro de 1951).

("Diário Oficial" n. 185, de 13 de agosto de 1955.)

AVISO N. 638 — DE 3 DE AGOSTO DE 1955

Tendo em vista estimular autores de boa categoria, instituo na Biblioteca do Exército o prêmio anual "General Tasso Fragoso" de Cr\$. 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), destinado ao autor ou autores da melhor obra de cultura profissional militar, julgada por uma Comissão Especial.

O prêmio acima correrá por conta da verba orçamentária competente e sua execução obedecerá a

instruções a serem baixadas posteriormente.

("Diário Oficial" n. 190, de 20 de agosto de 1955.)

AVISO N. 640 — DE 3 DE AGOSTO DE 1955

De acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro :

1. Para efeito de contagem de pontos para promoção, os elogios individuais dados por motivo de doação de sangue, de conformidade com o prescrito na Lei n. 1.075, de 27 de março de 1950, valerão 1 (um) ponto e serão computados a razão de 1 (um) em cada 12 (doze) meses.

2. Ficam, como consequência, revogados a alínea b), do Aviso número 838, de 21 de setembro de 1953, e o Aviso n. 915, de 16 de outubro de 1953.

("Diário Oficial" n. 190, de 20 de agosto de 1955.)

AVISO N. 644-D-5 — DE 4 DE AGOSTO DE 1955

Resolvo fixar para a Farmácia Central do Exército e o Anexo da Praia Vermelha o seguinte horário de funcionamento :

Segunda a sexta-feira, inclusive : das 8,30 (oito e trinta) às 17 (dezesete) horas ;

Sábado, das 9 (nove) às 12 (doze) horas ;

Para atender aos casos de urgência, fora das horas de funcionamento normal, serão mantidos, na Farmácia e no Anexo, plantão de emergência.

O Diretor da Farmácia observará o prescrito nos arts. 4º e 6º, do Decreto-lei n. 26.299, de 31 de janeiro de 1949.

("Diário Oficial" n. 190, de 20 de agosto de 1955.)

GUIA DA LEGISLAÇÃO MILITAR

ORGANIZADO PELO

Subten. MANOEL HENRIQUE DA CUNHA RABELLO

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELO AVISO MINISTERIAL N. 657,
DE 10 DE AGOSTO DE 1948

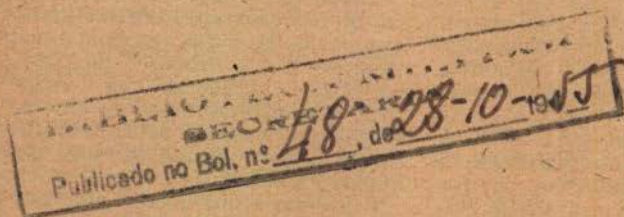
Estão à venda, pelo Reembolso Postal, os seguintes volumes :

- | | |
|--|-------------|
| I — De 1808 a 1948, com 900 páginas..... | Cr\$ 200,00 |
| II — De 1949 com 100 páginas..... | Cr\$ 40,00 |

(Os volumes de 1950 e 1954 estão no prelo)

PEDIDOS A

IRMAOS DI GIORGIO & CIA. — Rua Canindé, 32 — Rio de Janeiro



PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de setembro do corrente ano :

a) Do exterior :

- Argentina — Revista Militar.
- Bolívia — Revista Militar.
- Espanha — "Ejército" — Revista ilustrada de las armas y servicios.
 - "Revista de la oficialidad" (apêndice da Revista Ejército).
 - "Guion" (Revista de los mandos subalternos).
- França — Revue de Defense Nationale.
 - Revue Militaire d'Information.
 - Revue des Forces Aér. Franc.
- Itália — Rivista Militare.
- Portugal — Revista Militar.
 - Revista da Cavalaria.
- U.S.A. — Military Review.
 - Rev. Aérea Latino Americana.
- Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

b) Nacionais :

- "Conjuntura Econômica", da Fund. Getúlio Vargas.
- "Comércio Internacional", do Banco do Brasil.
- "Digesto Econômico", da Assoc. Com. de S. Paulo.
- "Militia", da Fôrça Pública do Est. de S. Paulo.
- "Itamaraty" — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.
- "Rev. Brasileira de Geografia", do I.B.G.E.
- "Boletim de Informações", da Conf. Nac. de Ind.
- "Rodovia" — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.
- "Revista do Club Militar".

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea

PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações · Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acordo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

PREÇOS DAS ASSINATURAS PARA AS CLASSES ARMADAS

Ano.....	Cr\$ 100,00
Semestre.....	Cr\$ 50,00
Número avulso.....	Cr\$ 10,00

Obs. : O pagamento das assinaturas poderá ser efetuado em 4 prestações devendo a última prestação ser remetida no mês de novembro.

Aos Srs. Representantes

A Gerência da Revista solicita ao prezado representante :

- 1) Encaminhar oficialmente a revista para o assinante que fôr transferido e cujo conste da guia.
- 2) Comunicar via rádio a transferência de qualquer assinante, esclarecendo a Unidade, Repartição ou Estabelecimento para onde foi transferido
- 3) Devolver-nos sem demora o recibo.
- 4) Fiscalizar os descontos dos assinantes e se possível a remessa ; agradeceríamos uma comunicação via rádio para providenciarmos o recebimento ou reclamação se fôr o caso ; facilitaria o nosso controle se se fizesse referência ao número da guia de remessa bem como o número da ordem de pagamento.
- 5) De seis em seis meses envia-nos uma relação completa dos assinantes da unidade, para uma verificação no fichário e evitar assim falhas ou enganos que redundam no prejuízo do assinante.
- 6) Para facilidade do serviço de controle, os pagamentos devem ser efetuados rigorosamente de acordo com as normas estabelecidas na presente nota.
- 7) Mande, se possível com a maior urgência, nome da rua, número, bairro, cidade e caixa postal de sua unidade, estabelecimento ou repartição ; estes dados facilitam a repartição do correio a entrega com maior rapidez.

PASSADEIRAS MILITARES



CONDECORAÇÕES CIVIS E MILITARES
MEDALHAS MILITARES

PASSADEIRAS EM ESMALTE A FOGO
E EM FITA DE SEDA

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO

Randal

RUA SENADOR DANTAS, 42-1º - TEL : 22-0748

ENDEREÇO TELEGRAFICO : INSIGNIAS

RIO DE JANEIRO